

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

João Vítor Koenig Ferraz

O Brasil sitiado pela luta de classes:
o Estado, o trabalho e a crise no capitalismo dependente

Florianópolis
2022

João Vítor Koenig Ferraz

O Brasil sitiado pela luta de classes:
o Estado, o trabalho e a crise no capitalismo dependente

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Patricia Fonseca Ferreira Arienti, Dra.

Coorientador: Maicon Cláudio da Silva, Me.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ferraz, João Vitor

O Brasil sitiado pela luta de classes : O Estado, o trabalho e a crise no capitalismo dependente / João Vitor Ferraz ; orientadora, Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, coorientador, Maicon Cláudio da Silva, 2022.

119 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Brasil. 3. Estado. 4. Capitalismo Dependente. 5. Crise. I. Fonseca Ferreira Arienti, Patrícia. II. Cláudio da Silva, Maicon. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. IV. Título.

João Vítor Koenig Ferraz

O Brasil sitiado pela luta de classes: o Estado, o trabalho e a crise no capitalismo dependente

Florianópolis, 08 de março de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, Dra.
Universidade Federal Santa Catarina

Prof. Miguel Borba de Sá, Dr.
Universidade de Coimbra

Maicon Cláudio da Silva, Me.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Profa. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2022.

*Pelos que não desistem da solidariedade, do amor e da
bonança que há de vir.*

AGRADECIMENTOS

À minha família. O tempo passa, as histórias se fazem, os sentimentos se transformam: tudo desponta de quem fui e de como vim ao mundo. Aos meus pais, então, meu mais sincero agradecimento pelos encontros e desencontros dessa vida; por suas dedicações carinhosas, gênios fortes e, sobretudo, pelos ensinamentos que carrego de cada um. Por terem me fornecido as condições para me tornar quem sou. Ao meu irmão, pela sua companhia, paciência e por fazer da irmandade uma das melhores jornadas que pude atravessar desde pequeno.

À Sofia, minha companheira de amor, de luta, de um amor genuinamente revolucionário. Dos encontros que essa vida me reservou, tenho a certeza de que o nosso extrapola as explicações possíveis neste universo - coincidências que não são coincidências, agradeço pelo amparo nesse ciclo em que nos conhecemos. Ela gosta do verso “Amor é tudo que move”, e eu não poderia concordar mais. Agradeço também por todo acolhimento que recebi de sua família, cujo carinho comigo me fez sentir em casa e com outra morada em Florianópolis.

Ao Lucas, que entre tantas diferenças e formas de ser, encontramos espíritos com uma vocação comum. Pelo teu apoio, pelas conversas, pelos desentendimentos, pelas intrigas, ironias e piadocas que só contigo seriam possíveis de compartilhar, a felicidade de saber que fiz na UFSC um irmão para minha vida. Por ter apoiado esse trabalho e mudanças minhas no jeito mais sincero e transformador de uma amizade.

Ao Ghabriel, o vascaíno que, em um piscar de olhos da pandemia, tornou-se uma das pessoas mais próximas da minha vida. Não haveria como ser diferente, dado que é um guri que cativa com a maior naturalidade do mundo. Tenho a honra de poder chamar de um melhor amigo. aguardo os futuros episódios da melhor dupla do Brasil.

À Virgínia, minha referência de uma pessoa contagiante, com quem sonhava em poder trocar palavras e saber de sua história. Quis o destino que nosso encontro não fosse nos corredores da UFSC, e sim ao nosso melhor espírito de nossa amizade: entre trilhas, cafés e muita prosa ao ar livre.

À Tauana, colega e amiga que desde nossas primeiras conversas tinha a plena certeza de que nosso “match”, como sempre brincamos, era raro e singular. Por todo seu carinho e por estar presente em tantos momentos felizes e boas memórias que levo da UFSC.

À Rebeca, minha melhor amiga de anos, que nem a distância e o tempo conseguiram separar. Pela companhia, pelos desabafos, por me entender há muito tempo e compartilhar de tantos momentos felizes desde a adolescência.

Aos amigos emotivos, o melhor grupo de amigos que poderia ter feito durante meus anos no querido CARI, cujas histórias ainda irão reverberar pelos corredores da universidade. Amanda, Ana, Emanuel, Giulia, Júlia e Leonardo, amo vocês.

Aos membros do 1000 dias, o seletivo grupo construído pela volta dos que não foram. A maior comunidade de referência nas histórias da pandemia, no manejo da geopolítica, nas piadas infames, no futebol, e dos melhores rolês que poderiam ser feitos durante esse TCC

Aos companheiros de militância que permitem sustentar o desejo de um outro Brasil, pela camaradagem e pelas tantas experiências que já passamos juntos.

Às pessoas que dei a grande sorte de encontrar e conhecer ao longo desse ciclo pandêmico, que sustentaram alegrias mesmo nos momentos mais sérios e difíceis de reclusão. À Carolina, uma convicta colorada de personalidade transbordante – ainda tenho certeza que nosso Inter fará jus a nossa devoção. À Karen e ao Leonardo, amigos que me deram as melhores alegrias e desafios que atravessei junto ao final desse TCC enquanto um programador. Estou seguro de que, sem vocês, não teria a mesma graça retornar à vida que todos sonhamos ao longo dessa pandemia.

Por fim, à UFSC. Das gratas surpresas que tive em minha vida, ao vir para Florianópolis, jamais imaginaria a feliz odisséia que seria conviver nesse lugar. Aos que sustentam essa instituição, e que sei que são muitos, entre estudantes, TAE's e professores, o agradecimento de quem sabe o potencial por trás de tudo isso.

Aos meus mestres, que jamais deixaria de fazer menção.

Ao Maicon, meu co-orientador que viu e viveu comigo a redação desta monografia. Pelos comentários, críticas e suporte em um período tão difícil. Pela dedicação incansável, e por ter aceitado prontamente o convite em me auxiliar. Por seu espírito leve e por me animar nos momentos que achei não ter saída.

Ao Miguel, que entre tantas conversas de corredor da universidade, finais de aula e muita escuta paciente, conseguiu decifrar meus anseios de pesquisa e deu as pistas para o caminho que me trouxe até aqui.

À Cris, que transformou em absoluto minha forma de assimilar e discutir assuntos tão complexos a partir de ensinamentos tão singulares.

Finalmente, à Patrícia. Sem ela, tenho certeza de que toda essa história seria diferente. Muito mais do que orientadora e professora, tenho a honra de poder compartilhar conversas e momentos da mais sincera amizade com a mulher que me viu no começo, durante e ao final desse curso. Leva a missão de ser uma mestre no melhor espírito e sentido da palavra, e por toda sua paciência, dedicação, acolhimento e ensinamentos, agradecerei por toda minha vida.

RESUMO

O presente trabalho, inspirado em uma perspectiva crítico-dialética, busca estudar a atuação do Estado no Brasil a partir das condições e necessidades concretas do atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva e sua inserção dentro da divisão internacional do trabalho e da economia internacional em sua fase mundializada. Para tanto, faço um retorno histórico até a formação das estruturas e contradições que determinam os signos da dependência latino-americana, a partir da Teoria Marxista da Dependência, para alcançar as determinações fundamentais que repousam sobre o Estado brasileiro. A monografia analisa, assim, a relevância do Estado na luta de classes atual, situando a crise social que o país atravessa como um elemento determinante dos projetos disputados em torno do Estado no capitalismo dependente. Trago, como um exemplo disso, a reforma trabalhista de 2017. Ao final do trabalho, sustento minhas sínteses sobre o Estado brasileiro, finalmente compreendido como um elemento ativo e fundamental na conjuntura brasileira através do tempo e do espaço. O Estado brasileiro é delimitado pelas condições da dependência e a correspondente reprodução ampliada de suas determinações, como a superexploração da força de trabalho. O TCC situa, assim, o Estado dentro da tendência do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, assinalada nos primórdios do debate sobre a dependência, para o período atual.

Palavras-chave: Estado; Brasil; Dependência; Mundialização; Crise.

ABSTRACT

The current work, inspired in a critical-dialectical perspective, seeks to study the acting of the State in Brazil based in the concrete conditions and necessities of the current pattern of capital reproduction exporter of productive specialization and its insertion in the international division of labor and in the international economy in its mundialized phase. For this, I present an historical return to the formation of structures and contradictions that determine the signs of latin-american dependence, based in the Marxist Theory of Dependence, seeking the fundamental determinations that lean on the brazilian State. The monograph analyses, thus, the relevance of the State in the current class struggle, pointing the social crisis that the country is going through as an determinant element of the projects disputed around the State in the dependent capitalism. I introduce, as an example of this, the recent labor reform (2017). At the end of the work, I support my syntheses about the Brazilian State, finally understood as an active and fundamental element in the Brazilian conjuncture through time and space. The Brazilian State is delimited by the conditions of dependence and its correspondent enlarged reproduction of its determinations, as the overexploitation of the workforce. The work situates, thus, the State inside the tendency of the “development of the underdevelopment”, marked in the beginnings of the debate about the dependence, for the current period

Keywords: State. Brazil. Dependence. Mundialization. Crisis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 PREFÁCIO DE UM GRADUANDO INQUIETO.....	15
1.2 ENTRE O MÉTODO, A IDEOLOGIA, O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA.....	16
1.3 CATEGORIAS BÁSICAS DO MARXISMO: UMA BREVE INTRODUÇÃO E SUA RELEVÂNCIA PARA O OBJETO.....	21
1.4 À GUISA DE UM ROTEIRO: O ESTADO, O TRABALHO E A CRISE DO CAPITAL NO BRASIL.....	24
2 NAVEGANDO ENTRE O TEMPO E O ESPAÇO: A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NA ASSIMILAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES FUNDANTES DA AMÉRICA LATINA.....	28
2.1 ACERCA DAS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA - DO PERÍODO COLONIAL À INTEGRAÇÃO AO “LIVRE” COMÉRCIO.....	29
2.2 QUANDO UMA CATEGORIA JÁ NÃO É MAIS SUFICIENTE: DAS MUDANÇAS NAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS, O NOVO CARÁTER DO TRABALHO À GÊNESE DA TMD.....	40
2.3 ESTRUTURAS E CONTRADIÇÕES INTRODUZIDAS: COMO OPERA UMA ECONOMIA DEPENDENTE E SEUS DESDOBRAMENTOS AO LONGO DO SÉCULO XX.....	49
3 VIDA E CAPITAL QUE NÃO PODEM PARAR: A TUMULTUADA HISTÓRIA DA MUNDIALIZAÇÃO E SUAS REPERCUSSÕES PARA A PERIFERIA DO SISTEMA	63
3.1 ASCENSÃO E QUEDA DE UM PADRÃO DE ACUMULAÇÃO - DO PÓS-GUERRA AO ESGOTAMENTO DO FORDISMO.....	66
3.2 DO PRELÚDIO À SINFONIA DA SALVAÇÃO - OU DE COMO A ESPIRAL CAPITALISTA ENTRA EM UMA NOVA FASE DE CONCENTRAÇÃO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO.....	70

3.3 O MOVIMENTO E O SEU DESENLACE: O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL COMO UMA MEDIAÇÃO ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR.....	75
3.3.1 Uma leitura original, criativa e marxista: o ciclo do capital na dependência.....	76
3.3.2 Marcas que perduram no tempo e no espaço - o poder de síntese do padrão de reprodução do capital.....	80
4 VANGUARDA E RETAGUARDA: AS POSIÇÕES DO ESTADO NA LUTA DE CLASSES BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.....	85
4.1 O ESTADO EM SEU LABIRINTO: CAMINHOS SINUOSOS NA TEORIA E NA HISTÓRIA.....	86
4.2 QUAL PROJETO, QUAL BURGUESIA: O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	96
4.3 PONTO DE PARTIDA OU PONTO DE CHEGADA? A VIOLENTA CRISE BRASILEIRA E O ESTADO DE SEGURANÇA DO GRANDE CAPITAL.....	104
4.4 A REFORMA TRABALHISTA: UMA ATUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	112
4.4.1 As novas possibilidades e condições do trabalho.....	113
4.4.2 Desmantelamento das organizações sindicais.....	117
4.4.3 Negociações sobre o trabalho: a espinha dorsal da reforma trabalhista.....	117
4.4.4 À guisa de levantar provocações sobre o período pós-golpe e manifestações recentes.....	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	123

1 INTRODUÇÃO

1.1 PREFÁCIO DE UM GRADUANDO INQUIETO

Essa introdução mudou de caras algumas vezes desde sua primeira versão. Agora, em sua versão final, ela está dividida em quatro momentos para o leitor: o primeiro e segundo são um testemunho meu, entre experiências, estudos e práxis que me trouxeram até aqui; o terceiro e quarto introduzem as perguntas de inquietação e categorias para a presente monografia, indicando o caminho que seguirei neste trabalho. O conteúdo em si começa adiante, mas acredito ser importante saber da história por trás de tudo isso.

Gostaria de ressaltar, desde o título desse escrito, que a intensidade da crise que se alastra em nosso país evidencia, além da barbárie que o capitalismo representa para a humanidade, um ponto distintivo para o conjunto da vida social em um país dependente. A violência do momento que atravessamos é singular.

Assinalar essa contradição é parte da minha jornada pessoal enquanto pesquisador e universitário. Ao ingressar na Universidade Federal de Santa Catarina em 2016, os episódios políticos que vivo desde então mostram disputas de poder que explicações de amplo consenso nunca me convenceram, seja por não assimilarem o tamanho do terremoto que nos aflige, nem por avaliar os escombros que dele surgem.

Nesse sentido, a redação desta monografia não será um encerramento em si das reflexões que me trouxeram até aqui; ao contrário, é uma das primeiras incursões materializadas em texto dessa minha busca por sentido entre anseios do mundo que cresço. Em que pese as dificuldades vividas pelo período da pandemia, dos males algozes de nosso povo brasileiro, me mantenho de pé promovendo sínteses a partir dessas experiências, sendo o TCC um acúmulo dessa caminhada.

Dentre tantos mestres que possibilitaram novas e melhores *pistas* para os *porquês* que cativei enquanto graduando, destaco o papel de Virgínia Fontes para alcançar o presente tema. Foi lendo sua obra, *O Brasil e o capital-imperialismo*, que comecei a desenvolver um outro senso de reflexão.

O que antes se operava em meus pensamentos a partir de dicotomias do tipo “bons vs. maus” - governos, ciclos econômicos, sistemas políticos -, transformou-se depois de seu questionamento¹ introdutório do livro:

¹Aqui reside um agradecimento especial aos que dedicam-se à essencial tarefa de levantar perguntas. Entre meus professores, orientadores, amigos e comunicadores de esquerda, os verdadeiros mestres sempre foram os que conseguiram alcançar com as perguntas o seu legítimo potencial revolucionário.

A crise social, que se prolonga e intensifica há três décadas no Brasil, expressa a crise *do* capitalismo ou pode ser um ponto a partir do qual, aprofundando ainda mais as desigualdades e iniquidades, se *expandem* relações capitalistas? (FONTES, 2010, p. 11, grifos da autora).

Ou seja, o momento que atravessamos poderia denotar um fenômeno muito mais complexo, uma inflexão tensionada pelas contradições que se expandem em um mundo de capital *mundializado*, reproduzido de maneira particular na *periferia* do sistema. A dupla-face desse processo, longe de apresentar características que se anulam, é de fato a razão de seu movimento.

Naturalmente, o tipo de problema que uma monografia permite desenvolver é substancialmente menor do que o acima apresentado. Ainda assim, me interessa sobremaneira o trecho final trazido pela autora.

1.2 ENTRE O MÉTODO, A IDEOLOGIA, O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Algumas suspeitas já surgem, como pontuei, pelas disputas imediatas que presenciei nos últimos anos. Dentre as principais, é a de que existe uma âncora em meio ao mar agitado para os setores hegemônicos do país. O golpe consumado em 2016, e os subsequentes projetos e reformas propostos e/ou aprovados desde o mandato de Michel Temer, atestam que o Estado brasileiro é um dos instrumentos principais para a *contenção e expansão*² dos problemas atuais.

Esse campo inicial da experiência sensível, ou da *pseudoconcreticidade*, como pontua Kosik (1976, p. 11), é fundamental pois a partir dele que construímos nossas representações e damos sentido à diferentes angústias que surgem em uma sociedade atravessada pela divisão do trabalho. Mas também é um claro-obsuro, do tipo que pode render conclusões precipitadas.

2 O uso da expressão contenção e expansão possui o propósito de esclarecer, de uma só vez, que i) a crise social seguirá existindo conquanto a massa trabalhadora do país esteja na espiral da exploração de sua força-trabalho e ii) o uso do Estado cumpre um papel específico para a resolução da crise que atravessa a burguesia dependente no atual período da mundialização. Logo, a origem dos problemas permanece intacta, e não obstante isso, as condições pauperizadas das massas servem como novas formas de exploração às franjas dominantes na disputa pelo país atual.

“O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos” (KOSIK, 1976, p.11). É a partir das leituras, da investigação com maior maturação que é possível se apropriar da riqueza do objeto.

Assim sendo, apropriar-se de todas as categorias que podem reproduzir fidedignamente o movimento real das sociedades contemporâneas depende da capacidade de, na abstração, encontrar um caminho, um fio que organize de maneira eloquente a totalidade da existência *social*. Como bem define José Paulo Netto (2011), essa é a vocação do método crítico-dialético, utilizado nesta monografia. Ele pode ser sintetizado como uma forma de “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21).

Sublinho a questão do social por entender que, dada a natureza complexa e fetichista das interações humanas que ocorrem nos dias de hoje, escapa à vista que as condições de nossa existência não são imediatas e independentes, mas sim “sedimentos e produtos da *praxis* social da humanidade” (KOSIK, 1976, p. 17).

Assim, a referência ao conceito do modo de produção capitalista e às suas crises não se limita

à atividade econômica imediata, mas remete à produção da totalidade da vida social, ou ao modo de existência. Longe de ser um tratado de economia, como imaginam alguns, *O Capital* desmonta a suposição burguesa de uma natureza humana mercantil e apresenta de maneira minuciosa o conjunto das relações sociais que sustentam o capitalismo. A materialidade crucial que está em questão não é das coisas, mas a dos seres sociais concretos, imersos na historicidade que os constitui (FONTES, 2010, p. 41).

Por meio dessa chave podemos alcançar uma base que dê conta de explicar a organização que vivemos. Ao analisar fenômenos complexos como o Estado brasileiro e o porquê, segundo minha hipótese, ele tem atuação decisiva para continuidade do sistema capitalista atual, é necessário entender em si quais são as relações sociais que sustentam toda essa estrutura, e como esta última reincide sobre a totalidade do corpo social.

Esse processo de “*destruição da pseudoconcreticidade*”, de análise profunda, é a tarefa do pensamento crítico. Ele “não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência, demonstrando o seu caráter mediato e apresentando, contra a sua pretensa independência, prova do seu caráter derivado” (KOSIK,

1976, p. 16). Logo, esse compromisso me rende uma pequena digressão que devo fazer aqui, por entender que o campo em que esse trabalho está radicado, as Relações Internacionais, também faz parte desse problema de mistificação da realidade e que deve ser disputado.

Enquanto uma área notoriamente dedicada ao sistema internacional, ao tema do poder e, por consequência, dos Estados, as Relações Internacionais fazem parte também do terreno da luta de classes. Destaco isso pois vivenciando essa graduação, pude atestar que em sua bibliografia hegemônica se reforça a *pseudoconcreticidade* dos fenômenos, interligando-os por via somatória e, não suficientes esses problemas dentro de um país como o Brasil, ocupa-se com temas que não interessam, em larga escala, a solução de nossos dilemas.

Não teço críticas ingênuas, no sentido de esperar e cobrar de uma episteme coisas que ela nunca se propôs. As Relações Internacionais nascem em função dos entraves relativos ao desenvolvimento e disputas imperialistas em torno do sistema internacional, sendo assim necessariamente a *expressão ideológica*³ da face colonizadora-eurocêntrica que denominou a dinâmica de acumulação e reprodução social do século XX. As discussões fundantes limitadas, assim, aos termos em abstrato com que as suas nações proponentes estavam enfrentando - a guerra, o poder e a paz -, encabeçam um longo caminho de desenvolvimento teórico fundado em idealismos ou fraseologias.

Isso corresponde, em larga medida, ao processo que Marx e Engels também buscaram combater entre os ideólogos de seu tempo. Declaram os autores que

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. *Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência* (MARX E ENGELS, 2007, p. 94, grifo meu).

As ideologias operam na história não enquanto substâncias separadas, mas sim expressando historicamente as relações materiais desenvolvidas na humanidade. Logo, o

³ Utilizo aqui o termo expressão ideológica por entender que as linguagens, a ciência, os símbolos, etc. são uma parte orgânica da totalidade social e, assim, são uma continuidade das disputas que atravessam as relações sociais, em concordância com a interpretação de Ludovico Silva (2017, p. 39). Ou seja, elas não criam as contradições que existem na materialidade das situações, ao contrário, as expressam. Elas podem, de fato, reincidir sobre a sociedade em uma espécie de síntese dialética-ideológica, mas não pode-se perder de vista o fenômeno de gênese das mesmas. A respeito desse assunto, sobretudo nas discordâncias sobre a metáfora de Marx e a subsequente interpretação mecanicista de Engels sobre a ideologia enquanto “reflexo”, conferir Silva (2017, p. 27-60).

processo que representa também o desenvolvimento das Relações Internacionais expressa um fenômeno típico do campo da mistificação, em que interesses específicos são atendidos e encobre-se a real articulação dos fatos. Opera-se, portanto, uma “coisificação do mundo das ideias e a conseqüente desmaterialização ”desse” mundo em que vivemos” (SILVA, 2017, p. 33).

A quem interessa a discussão sobre o sistema internacional ser uma “anarquia” ou não? De que maneira se pode discutir os termos da “paz perpétua” elaborado pelas grandes potências, encabeçado, por exemplo, nos *14 pontos de Wilson*, quando eram exatamente elas mesmas que promoviam processos de espoliação e escravização em larga escala? Advertia Lenin (2017), em suas *Teses de Abril*, que a violência e as guerras que os povos enfrentavam eram sobretudo uma submissão ao interesse concreto das burguesias internacionais por recursos e pelo lucro.

Como destaquei, não procuro aqui clamar por algo que nunca foi materialmente o objetivo de uma episteme. Meu ponto é sobretudo de disputa, e por entender que a estruturação das Relações Internacionais no continente latinoamericano precisa passar por um processo sistemático de crítica e reflexão. O campo não se manifesta enquanto totalidade eurocêntrica e colonizadora por mero acaso, mas porque em si representa os desígnios históricos do sistema internacional e seus atores principais.

E é nesse sentido que resgato a tradição de pensamento de Darcy Ribeiro e a sua *Universidade Necessária*. O caminho percorrido até aqui pelas universidades brasileiras, como a estruturação de seus cursos e a superação de suas crises (conjuntural, política, estrutural, intelectual e ideológica), desde a data da publicação da obra de Ribeiro (1969), não corresponde, infelizmente, ao tamanho de nossa tarefa histórica.

À época, Darcy já destacava duas alternativas possíveis e que poderiam significar diferentes concepções de construção de conhecimento e futuro do nosso país:

[...] (Para a universidade) Estes caminhos são redutíveis a duas políticas básicas, não apenas distintas, mas opostas, sustentadas com maior ou menor lucidez por todos os universitários. Uma delas é a da *modernização reflexa*, baseada na suposição de que, acrescentando certos aperfeiçoamentos ou inovações a nossas universidades, vê-las-emos aproximar-se cada vez mais de suas congêneres mais adiantadas até se tornarem tão eficazes quanto aquelas. A outra política, que designamos de *crescimento autônomo*, parte da suposição de que a universidade, como uma subestrutura inserida numa estrutura social global, tende a operar como órgão de perpetuação das instituições sociais, enquanto atua espontaneamente; e que só pode representar um papel ativo no esforço de superação do atraso nacional, se

intencionaliza suas formas de existência e de ação com este objetivo (RIBEIRO, 1969, p. 9, grifos do autor).

Em que pese os anos de ditadura, o manejo intelectual-ideológico de instituições de amplo domínio burguês no país, o exílio e a falta de publicação de importantíssimos autores brasileiros (cujo presente trabalho busca também resgatar), é nítido que o caminho adotado no Brasil é a modernização reflexa. Esse caminho, entre suas piores consequências, assimila acriticamente modelos ocidentais de produção de conhecimento e se afasta vertiginosamente dos problemas de nossa nação.

É nesse interregno dependente que também se insere, portanto, o curso no qual desenvolvi minha graduação. Um curso afeito aos estudos manualescos, aos autores requintados do Ocidente, aos temas de *geopolítica*, sem uma discussão histórica, sem reflexões metodológicas. Renegado também, enquanto uma graduação brasileira e latinoamericana, de seus legados históricos, de suas batalhas, de suas lideranças e pensadores.

Busco travar aqui, portanto, um debate singelo no sentido de mostrar que não existe fenômeno desconectado da história. O desenvolvimento das contradições do capitalismo e do Estado é um fenômeno universalizado, no sentido de estar conectado dentro do movimento mundial da luta de classes, e é particular por manifestar e mediar contradições específicas a partir do passado latino-americano.

Com isso, sistematizo aqui um pouco de meus acúmulos sobre as insuficiências da academia internacionalista dentro do Brasil. Estou em pleno acordo com o que coloca Ludovico,

Marx parece dizer que a expressão ideológica é clara quanto a que, examinando-a, podemos averiguar o que cada época pensava de si mesma; mas também adverte, claramente, que o cada época pensava de si mesma não corresponde, quase nunca, ao que nessa época realmente ocorria [...]. Por todas essas razões, *todo cientista social terá que iniciar por uma crítica radical das ideologias*, pois essas se encarregam invariavelmente de nos entregar uma visão enganosa da realidade [...] (SILVA, 2017, p. 40, grifo meu).

Assim, acerca da compreensão das relações sociais e as estruturas que a partir delas se erguem, como o autêntico mecanismo de *destruição da pseudoconcreticidade*, devo constatar que a opção pelo uso de uma perspectiva teórico-metodológica marxista⁴ em sua

⁴ À altura desse texto, deve parecer redundante apontar o meu ponto de referência teórico, mas penso ser fundamental explicitar, a partir das angústias que atravessaram minha graduação, os caminhos que desbravei e como, assim, cheguei aonde estou.

interpretação não é acaso ou predileção particular. Como bem pontua outra mestre de grande referência para mim, Vânia Bambirra, em entrevista ao canal do IELA/UFSC⁵, o marxismo me forneceu e fornece os instrumentos necessários para entender o mundo. Trago algumas categorias para mostrar o porquê.

1.3 CATEGORIAS BÁSICAS DO MARXISMO: UMA BREVE INTRODUÇÃO E SUA RELEVÂNCIA PARA O OBJETO

Além dos questionamentos introdutórios que cativaram minha atenção para o tema da crise que persiste e se aprofunda no Brasil, Fontes (2010, p. 21) destaca um ponto nevrálgico de entendimento marxiano do capitalismo enquanto universalidade de relações sociais que se expandem e como as mesmas podem ser compreendidas em sua particularidade dentro do país. A condição social básica para a atividade específica do capitalismo, a extração de mais-valor, depende necessariamente do trabalho “livre”, desprovido de posse. Esse é o elemento *social* indispensável.

Isso envolve, necessariamente, diferentes e sucessivos momentos de *expropriação*. Ela é “a condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital” (FONTES, 2010, p. 42), e portanto, um conceito-chave para o presente trabalho. A especificidade do bloco histórico que vivemos, da mundialização do capitalismo, incorre em modalidades específicas de exploração e, portanto, de expropriação.

O grau de concentração de recursos em nível monopólico, como já destacava Lenin (2012) em sua obra *Imperialismo: estágio superior do capitalismo*, avançou para uma particularidade de reprodução do capitalismo em nível global, dado o esgotamento do fordismo e a reestruturação de economias no pós-guerra. Nessa nova particularidade que emerge, em que a riqueza passa a ser cada vez mais financeirizada e mundializada, acrescida da velocidade exponencial das movimentações a partir da revolução técnico-científica-informacional, gestou-se uma modalidade específica de circulação do capital, destacando-se agora sua forma-principal de existência enquanto *capital portador de juros*.

Sua singularidade reside no fato de que o capital portador de juros comporta-se como uma mercadoria cujo valor de uso é o de impulsionar e subordinar os capitalistas

⁵O Instituto de Estudos Latino-Americanos/UFSC é um dos espaços que alentam o trabalho crítico dentro das universidades brasileiras e é responsável, sem sombra de dúvidas, pelo resgate de todo um aporte original e genuinamente revolucionário dentro do continente. O meu agradecimento a todos seus trabalhos de comunicação, ensino e publicação editorial. Link para a entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=9fsZ6AIRtS8>. Acesso em 11 de mar. 2022.

funcionantes, responsáveis por de fato extrair o mais-valor e remunerar a massa de recursos investidos. Nesse sentido, como resgata Virgínia Fontes, concebe-se uma nova fórmula de circulação do tipo $D-d-M-d'-D'$, em que

- D (capital-portador-de-juros, ou dinheiro nas mãos de detentores de grandes massas monetárias, bancos ou outros) é convertido em capital através de empréstimo (ou outras formas de aplicação) para →
- d (dinheiro nas mãos de quem vai extrair sobretrabalho, capitalista funcionante, quer seja ou não proprietário dos meios de produção) →
- M- processo de produção, realizado através da compra de força de trabalho e de meios de produção, quando o dinheiro se imobiliza durante o processo de produção →
- d' – após o processo produtivo, ocorre a venda das novas mercadorias produzidas e reconversão em dinheiro, com um lucro (') →
- D' - pagamento de juros ou remuneração ao capital-portador-de-juros ou capital monetário ('), como parcela do lucro gerado no processo produtivo. (FONTES, 2010, p. 25)

Como se percebe, a base social que reveste e ainda sustenta o capitalismo mundializado segue sendo a extração de mais-valor através do trabalho alienado. A questão chave, nesse sentido, como bem aponta Fontes na sequência, é que a maneira com que esse montante de capital monetário será remunerado pouco importa - é uma imposição material, mas que “a atividade específica da extração de sobretrabalho não lhe diz respeito” (2010, p. 25), já que seu trabalho em si é de somente gerenciar e movimentar amplas massas de recursos. Podemos resumir, assim, essa perversa dinâmica da seguinte forma:

O papel das instituições concentradoras dessas enormes massas monetárias se altera – quer sejam elas bancos ou outras instituições – para assegurar sob diversas modalidades o processo de venda de capital, venda que impõe a condição de que seus compradores o convertam em capital ativo, isto é, que os mutuários atuem socialmente como extratores de mais-valor. Isso significa que massas crescentemente concentradas de recursos impõem ao conjunto da vida social uma extração acelerada e intensificada de mais-valor (FONTES, 2010, p. 24).

Esse aspecto é fundamental para a delimitação do presente trabalho. As mutações que atravessam o capital implicam, necessariamente, em atualizações sobre as formas de extração de mais-valor, entendendo que somente assim se torna possível sustentar a

reprodução ampliada dessa riqueza. Marx já destacava esse processo n'O Capital, em um estágio muito mais tênue do desenvolvimento das relações capitalistas

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2017, p. 515).

Como já sublinhei a particularidade do atual momento histórico, é preciso portanto uma maneira de diferenciar também os movimentos de expropriação que subsistem no capitalismo. É nesse sentido que acompanho Fontes na diferenciação de *expropriações primárias e secundárias*, com o intuito de diferenciar i) as grandes massas camponesas/ agrárias separadas de suas condições de reprodução social, seja por vontade própria ou não, das ii) fraturas promovidas entre a classe trabalhadora atualmente durante a mundialização do capital (2010, p. 44).

Essas fraturas podem se manifestar de diferentes maneiras, a depender da correlação de forças e da inserção na divisão internacional do trabalho. Seu aspecto fundamental é incidir sobre formas/bens coletivos ainda não assimiladas pelo capitalismo e convertê-los em seu favor; exemplos como a flexibilização/exclusão de direitos trabalhistas, revisão de sistemas previdenciários e alocação de seus recursos no sistema financeiro, privatização de empresas em setores estratégicos, redefinição de acesso à bens elementares (água).

Essas conversões podem delimitar, em maior ou menor grau, novas formas de apropriação sobre parcela da jornada de trabalho das massas e gerar lucro. Os contornos tornam-se dramáticos, entretanto, na periferia do sistema, onde a regra que impera já é a da *superexploração* do trabalho, um conceito elaborado pela Teoria Marxista da Dependência como mediação do desenvolvimento da lei marxiana do valor e suas circunstâncias históricas próprias sob a periferia do sistema.

Por isso, também concordamos com Fontes (2010, p. 44) de que o tema da expropriação pode parecer demasiadamente simples para dar conta de estabelecer um nexo explicativo de todo o período recente. Ele não explicará, por suposto, toda situação da América Latina dentro desse contexto mundial. Entretanto, a essência reside no fato de que a

expropriação, para a expansão das relações capitalistas, é a “sua condição necessária”. Há que se analisar, assim, suas manifestações particulares.

1.4 À GUIA DE UM ROTEIRO: O ESTADO, O TRABALHO E A CRISE DO CAPITAL NO BRASIL

Dedico-me ao final dessa introdução para explicar o percurso durante a monografia para estudar o tema que o título do trabalho indica. O primeiro capítulo, naturalmente, será dedicado ao estudo com maior aprofundamento sobre a integração da América Latina ao sistema internacional. Não somente por entender a importância de pensar nosso legado, nossas tradições e tudo que nos foi saqueado, mas por entender que a particularidade latina é constantemente negada em análises de conjuntura atuais - fazendo uso de jargões como os de sociedades *em desenvolvimento*, como se a história de todos os povos ao redor mundo fosse uma progressão linear rumo à “civilização”.

Sem um retorno objetivo e subjetivo ao que nos une, as pesquisas seguirão sustentando a lógica colonial de apoderamento material e espiritual de nossos povos. Minha identificação com a história de nosso continente e o sonho de ver nosso povo emancipado de todos os seus fardos históricos é algo que defendo aqui com muito carinho.

Nesse resgate histórico, portanto, me refiro sobretudo à passagem da América Latina de sua condição enquanto território colonizado para sua independência formal e vinculação dependente ao desenvolvimento do capitalismo em escala global. Dentro desse contexto, me parece fundamental buscar explicações originais, que sigam, como destaque desde o princípio dessa introdução, uma investigação fundamentalmente social e guiada pela historicidade dos fatos aqui transcorridos.

Uma análise concreta da situação concreta, como pontuou Lenin sobre a distintividade do marxismo, deve evitar a mera replicação de conceitos ou fórmulas de análise utilizadas para outras situações/formações sócio-históricas diferentes⁶. Nesse sentido, a contribuição “tropical” para o marxismo parte exatamente da insatisfação recorrente entre

⁶Aqui faço referência clara às análises que buscaram explicar o desenvolvimento das relações sociais na América Latina a partir do referencial do feudalismo e experiências históricas europeias e asiáticas. O passado colonial latinoamericano e as mudanças que o mesmo modula criam situações particulares que, à luz do materialismo histórico, só podem ser compreendidas em seus próprios termos. Naturalmente essas disputas estiveram também guiadas pela práxis revolucionária encabeçada pela III Internacional e seus sustentáculos através dos continentes, incorrendo, invariavelmente, na adoção de estratégias e táticas de transformação social que viriam a se mostrar errôneas.

uma série de pensadores brasileiros que, muito embora renegados em larga escala pela academia do país, são referências continentais no estudo de nossa formação social e de uma chave alternativa de compreensão da realidade.

Dentre eles, destaca-se Ruy Mauro Marini (2005) por seu precioso escrito *Dialética da Dependência*, um artigo fundamental que desbrava um giro epistemológico buscando, a partir da lógica marxiana de análise do círculo de reprodução do capital, compreender o desenvolvimento das relações sociais capitalistas latinoamericanas. Vânia Bambirra (2019), por sua vez, com o *O capitalismo dependente latino-americano* estrutura de maneira mais aprofundada as manifestações concretas das relações dependentes e integração monopólica.

Destaca Marini (2005) que as relações internacionais que denotavam a dinâmica entre metrópole vs. colônia/centro vs. periferia da América Latina mudam qualitativamente na medida em que seus países passam a integrar a divisão internacional do trabalho com a aurora das manufaturas e mercadorias proporcionadas pelo desenvolvimento capitalista europeu⁷. Necessitando de novos mercados que permitissem a expansão de suas relações comerciais, bem como demandando em escala crescente o acesso a produtos primários, os centros europeus desenvolvidos, sobretudo a Inglaterra, fazem descortinar uma nova modalidade de relacionamento.

O autor faz questão de assinalar que a existência de continuidades ou similaridades com a situação anterior não pode excluir a necessidade de uma análise que entenda o novo dilema que passa a definir o continente latino-americano. Destaca que,

A situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; como bem afirmou Canguillhem, “o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento” (MARINI, 2005, p. 141).

Assim, colocada a necessidade de entender de qual maneira nossos países latinos passaram a compor a divisão internacional do trabalho e estruturar o desenvolvimento de suas economias, no sentido de atender imposições sistemáticas, é que proponho essa interligação entre o antes e o depois. É notório que muito mudou entre o século XX e XXI, e que mediações precisam ser feitas no sentido de alcançar o problema a que se propõe o presente trabalho.

⁷ Este último criado e gestado às expensas de ampla exploração e escravização nas colônias mundo afora, como bem ilustram Eduardo Galeano em *As veias abertas da América Latina* (2012, Ed. L&PM) e Walter Rodney *Como a Europa Subdesenvolveu a África* (1975, Ed. Seara Nova).

A presente pesquisa procurará, assim, estabelecer um estudo que consiga de fato reconhecer e reproduzir em palavras as contradições que se desenvolveram na história brasileira. Deixa claro Kosik (1976, p. 217) que “a tridimensionalidade do tempo se desenvolve em *todas* as épocas: se agarra ao passado com os seus pressupostos, tende para o futuro com as suas conseqüências e está radicada no presente pela sua estrutura”.

Entendendo que o capitalismo é por excelência uma relação social, atravessada por etapas sistêmicas de acumulação e reprodução singulares, e que a partir dessa dinâmica, situações particulares emergem ao redor do globo, retornamos às angústias iniciais que alavancaram o presente projeto.

Delineados os contornos de nosso desenho sobre a situação do **trabalho** na América Latina, é indispensável para o segundo capítulo reconstruir um aporte que faça a mediação com os movimentos de concentração e centralização de recursos em nível mundial, e as correspondentes mudanças que emergem do capitalismo/imperialismo no pós-guerra.

Para tanto, creio ser uma mediação frutífera conciliar a leitura da categoria de *mundialização do capital*, enquanto universalidade, com a categoria *padrão de reprodução do capital*, para situar a particularidade econômico-social latinoamericana ao longo dos últimos anos.

Dado o recorte temporal da presente monografia, terá um peso fundamental o padrão de reprodução de capital exportador de *especialização produtiva*. Ele corresponde ao período específico de sínteses operadas nas economias latino-americanas com o movimento de mundialização do capital.

Esse padrão será efetivamente estudado e descrito no terceiro capítulo, já que veremos que o **Estado** tem um papel ativo na gestação desse padrão (como teve, também, ao longo de toda formação do capitalismo dependente). Assim, a partir do trabalho de Jaime Osorio⁸, *O Estado no centro da Mundialização*, gostaríamos de nos deter sobre as transformações estruturais que o Estado brasileiro vive e promove. É nesse momento que encontramos o interligamento entre a questão social fundamental do capitalismo enquanto universalidade, as *expropriações*, e suas manifestações específicas no Brasil.

A despeito de inúmeras tentativas, inclusive dentro do campo de Relações Internacionais, de discutir o tema do Estado em tempos de mundialização como algo

⁸ Responsável também por acúmulos a respeito do conceito de padrão de reprodução do capital e um dos vértices de continuidade da Teoria Marxista da Dependência na atualidade.

ultrapassado, superado, ou menos impactante (vis-à-vis instituições multilaterais), acreditamos que ele segue sendo uma instituição fundamental.

Nesse sentido, e é de suma importância salientar o objetivo deste trabalho, minhas preocupações residem exatamente no **porquê** o Estado é basilar para o período recente no Brasil. Mais especificamente, trata-se de entender **como** ele atua dentro desse novo padrão de reprodução do capital no Brasil, dentro de uma economia internacional na fase mundializada. Para tanto, trarei como um *exemplo*, ao final da monografia, as transformações promovidas a partir da reforma trabalhista, esclarecendo assim o crivo da *luta de classes* que atravessam todas essas questões, sobretudo o tema da crise.

2 NAVEGANDO ENTRE O TEMPO E O ESPAÇO: A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NA ASSIMILAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES FUNDANTES DA AMÉRICA LATINA

Utilizar essa linha de análise para estudar as formações sociais concretas da América Latina, orientar esse estudo no sentido de definir as determinações que se encontram na base da luta de classes que ali se desenvolve e abrir assim perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente: **este é o desafio teórico que se coloca hoje em dia para os marxistas latino-americanos.** (Ruy Mauro Marini, 2005, p. 180, grifo meu)

O presente capítulo busca explicitar as *categorias* fundamentais na assimilação da realidade histórica e concreta que se estende pelo território latino-americano. De princípio, convém apontar o porquê da opção por essa unidade de análise “continental” para um trabalho que tem como foco específico o caso brasileiro.

Entre a expansão universal do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico e as particularidades de sua reprodução nos diferentes países que compõem o sistema internacional, situam-se precisamente as mediações da práxis (objetiva e espiritual) no desenvolvimento concreto dessas sociedades. Isso é dizer que, desejando estudar o Brasil atual, há que se fazer uma viagem de retorno à sua formação em si, compreendendo o legado das contradições que *integram* o país ao restante da história de todo o território em seu passado colonizado.

É para tanto que, como destacado na introdução, recorrerei às apropriações de reflexão crítica da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Suas categorias de análise fazem dela um aporte capaz de compreender, no plano das ideias, todo esse período de gestação das contradições que definem a fórmula do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, tendência de força massacrante aos povos latino-americanos.

Ao final do texto, estaremos munidos, portanto, de um fio-condutor capaz de dar sentido i) ao nosso passado colonial, às transformações entre uma incipiente economia-exportadora e o capitalismo dependente em si e ii) às transformações que emergem após a integração monopólica do capitalismo brasileiro à totalidade do sistema capitalista em sua fase imperialista.

Destaca-se apenas uma ressalva antes de adentrar o conteúdo do capítulo em si: o mesmo não possui a intenção de ser uma revisão historiográfica de todo esse período que entendo ser a gênese da dependência. Mais do que isso, trata-se de assinalar as contradições que inauguram-se a partir do estabelecimento da relação centro-periferia (ou metrópole-satélite) e a capacidade das categorias fundantes da TMD em explicá-las.

Dessa forma acredito ser possível estabelecer umnexo explicativo entre a empreitada colonial e o desenvolvimento da América Latina até o período presente (e também como esse todo se articula enquanto eixo fundamental na evolução do capitalismo em nível mundial). Para tanto, um caminho possível - e compatível com a dinâmica de uma monografia - é revisitar seus momentos históricos tendo em vista, sobretudo, as categorias fundamentais dentro do materialismo histórico, o **trabalho** e suas *formas de exploração*. Esse será o lastro de cada subseção desenvolvida aqui.

Ao melhor estilo da escrita de Marini, o que pretendo com o conjunto deste capítulo é (2005, p. 161, grifos meus), portanto,

tão-somente fixar a pauta em que há de ser conduzido este estudo, pauta que corresponde ao movimento real da formação do capitalismo dependente: da circulação à produção, *da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho*, para voltar então a recolocar o problema da circulação. Porque é próprio do capital *criar seu próprio modo de circulação*, e/ou disso depende a reprodução ampliada em escala mundial do modo de produção capitalista.

Passo então a esta tarefa.

2.1 ACERCA DAS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA - DO PERÍODO COLONIAL À INTEGRAÇÃO AO “LIVRE” COMÉRCIO

Diferentes obras do pensamento crítico latino-americano retornam ao nosso passado com o intuito de mostrar a história a contrapelo, marcada pelas cicatrizes e pela violência característica da luta de classes. A questão do passado colonial por si só já demandaria um trabalho de revisão bibliográfica intenso.

Aqui recorro a dois autores fundamentais para fixar a pauta desde a inauguração do colonialismo até os desdobramentos ulteriores de integração da América Latina ao restante do comércio mundial. No sentido de entender a formação de uma dialética entre centro e periferia utilizarei os ensaios de André Gunder Frank em *Capitalismo y subdesarrollo en*

América Latina (1967). E, em conjunto com o mesmo, para introduzir o problema do colonialismo na América Latina, recorrerrei às passagens iniciais dos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* (2004), de Mariátegui.

Relembra o último acerca da história do Peru:

Todos os testemunhos históricos coincidem na afirmação de que o povo incaico - laborioso, disciplinado, panteísta e singelo - gozava de bem-estar material. Os alimentos abundavam, a população crescia. [...] O trabalho coletivo, o esforço comum, empregavam-se frutuamente para fins sociais. Os conquistadores espanhóis destruíram, naturalmente sem conseguir substituí-la, esta formidável máquina de produção. (MARIÁTEGUI, 2004, p. 3)

Isto é, se a organização social dos povos originários do continente latino-americano correspondia a uma construção secular própria, a colonização europeia tratou de subverter e transformar em seu favor todo esse contingente humano e material existente. É nesse sentido que se constrói a relação entre centro e periferia no sistema internacional, ou como também Gunder Frank trabalha, entre metrópole(s) e satélite(s), para expropriação/apropriação do excedente econômico.

Referir-se à apropriação do excedente econômico é especial para esse trabalho por entender que a mesma serve como um aprofundamento categórico dentro da tradição marxista, tendo uma potência singular para compreender o processo de acumulação e produção em uma economia. Como destaca Frank, referindo-se à obra de Paul Barán *A economia política do Desenvolvimento* (1984),

Baran subrayó el papel del excedente económico en la generación de desarrollo económico y también de *subdesarrollo*. Baran llamó excedente económico "real" a esa parte de la producción que se ahorra y se invierte en realidad (por lo que sólo es una parte de la plusvalía). Baran distinguió también y puso aún más en relieve el excedente económico "potencial" o potencialmente invertible, el cual no está a disposición de la sociedad, porque la estructura monopolista de ésta impide su producción o (de ser producido) es objeto de apropiación y derroche en usos suntuarios. (FRANK, 1967, p. 14, grifos meus)

Ou seja, a partir do desenvolvimento das relações econômicas de cunho capitalista, em que preponderam sobretudo as expropriações sobre a classe trabalhadora dos meios de

produção e reprodução social, conjugando a alienação do trabalho e a criação do mais-valor⁹, também subsiste a própria lógica da *circulación do capital* para compreender o desenvolvimento das sociedades - algo de importância frequentemente destacada por Marini, como apresentarei posteriormente. É esse encontro entre discussões, continentes e autores que permite o seguinte pontapé para o presente trabalho:

Para la generación de subdesarrollo estructural, aún más importante que el drenaje del excedente económico del satélite, después de la incorporación de éste al sistema capitalista mundial, es el *infundir a la economía nacional del satélite la misma estructura capitalista y sus contradicciones fundamentales* (FRANK, 1967, p. 16).

Há, portanto, um complexo fenômeno que se articula com a chegada das caravelas. O impulso colonizatório, convém lembrar, desponta a partir do próprio desenvolvimento histórico da luta de classes no continente europeu. Isto é,

En alianza con sus aprovechados monarcas, el capital mercantil español, el portugués, como también el italiano y el holandés, partiendo de la península ibérica en busca de rutas comerciales hacia las Indias y el oro, conquistaron algunas avanzadas en las Antillas y en la costa americana y las convirtieron en satélites comerciales suyos por medio de la guerra [...]. Estos satélites militares, productores y mercantiles de la metrópoli ibérica sirvieron luego de trampolines para la conquista y el establecimiento de nuevas avanzadas satélites en la tierra firme americana [...]. Así pues, al igual que otros pueblos y continentes, todo el continente latinoamericano y sus pueblos quedaron convertidos en una serie de constelaciones económicas menores [...] todos ellos dependiendo directa o indirectamente del centro metropolitano europeo. (FRANK, 1967, p. 19, grifo meu)

Reside aí a conexão que pretendo fazer entre o passado e o presente. Uma das teses centrais de Frank é que o subdesenvolvimento que assola o continente remonta às seguintes contradições introduzidas a partir da colonização:

la expropiación del excedente económico a los más y su apropiación por los menos; la polarización del sistema capitalista en un centro metropolitano y en satélites periféricos, y la continuidad de la estructura fundamental del sistema capitalista a lo largo de la historia de su expansión y transformación, a causa de la persistencia o reproducción de estas contradicciones en todas partes y en todo tiempo. En mi tesis que estas contradicciones capitalistas y

⁹ Convém colocar que o manejo da teoria marxista ao longo do trabalho será desenvolvida sem uma “reconstrução” completa de todo o legado teórico-metodológico desde sua criação, sobretudo pelo caráter embrionário de uma monografia. Assim, as categorias utilizadas serão abordadas assumindo uma relativa naturalidade do leitor, desenvolvendo com maior profundidade àquelas que o autor julgar necessárias para a compreensão da dialética da dependência.

el desarrollo histórico del sistema capitalista *han generado subdesarrollo en los satélites periféricos expropiados, a la vez que engendraban desarrollo en los centros metropolitanos* que se apropiaron el excedente económico de aquéllos; *y además, que este proceso continúa.* (FRANK, 1967, p. 12, grifo meu)

A análise do subdesenvolvimento latinoamericano é, naturalmente, tema de amplo debate. A partir do trecho acima, acredito que Frank coloca a problemática fundamental, que é a gênese de uma lógica de circulação e produção própria da América Latina.

Entretanto, se por um lado as contradições capitalistas introduzidas com a colonização organizam o nosso subdesenvolvimento histórico, por outro, o autor afirma que o processo do colonialismo continua nos dias de hoje representa certa incoerência com a materialidade da situação latinoamericana. À essa confusão entre aparência e essência gostaria de me dedicar¹⁰.

Isso pois são demasiadamente distintas as condições sociais ao longo de cinco séculos para que uma única categoria possa abranger; é, inclusive, dessas incongruências e debates que aflora Teoria Marxista da Dependência, como aberto por Marini em seu ensaio seminal - o que temos aqui é, na verdade, um capitalismo *sui generis*, o capitalismo dependente. Pretendo, assim, tão logo introduzido nessa seção alguns pontos de partida elementares, reconstruir o caminho percorrido pelos autores citados até alcançar as compreensões da TMD.

Acerca desses primeiros séculos, a dinâmica exploração colonizatória é compreendida para os teóricos contemporâneos como algo relativamente “subaproveitado”, mas não menos violento. Analisando o Perú, Mariátegui coloca que

O Vice-reinado assinala o começo do difícil e complexo processo de formação de uma nova economia. Neste período, a Espanha esforçou-se para dar uma organização política e econômica à sua imensa colônia. Os espanhóis começaram a cultivar o solo e a explorar as minas de ouro e prata. [...] Mas a Espanha não enviou ao Peru - como de resto não o fez com as suas outras colônias - uma densa massa colonizadora. A fraqueza do império espanhol consistiu precisamente em seu caráter e estrutura de empresa militar e eclesiástica, e não política e econômica. (MARIATEGUI, 2004, p.4)

Essa descrição permite, ao mesmo tempo, entender as debilidades que já se forjavam na organização interna da América Latina em seu período de dominação dos países ibéricos.

¹⁰ Esse apontamento não impede de reconhecer que, em termos políticos, essa compreensão foi imprescindível *para e a despeito* de sua época - apontar a conexão das mazelas sociais de países latinos com sua integração forçosa à economia mundial sustentou discordâncias sobre linhas políticas errôneas dos partidos comunistas à época, e, portanto, possibilitou a ascensão também de uma práxis revolucionária distinta no continente.

Pelo lado brasileiro, Frank (1967, p. 105) delinea as contradições materiais próprias do país,

En Brasil, a diferencia de Nueva España y Perú, no se encontró oro ni plata. Pero la rivalidad entre los expansivos centros europeos forzó a Portugal a ocupar lo más posible del territorio brasileño, antes de que se apoderaran de él sus competidores. Por otra parte, el norte del país era rico en palo brasil, madera muy codiciada para la producción de tintes, al igual que el índigo de Guatemala. Así, pues, esta parte norteña y ahora subdesarrollada de Brasil no tardó en ser incorporada al expansivo sistema capitalista mercantil como fuente de exportación de una materia prima.

Os ponto-chaves dessas análises residem nas consequências práticas que irão se observar nas relações internacionais nos séculos seguintes: i) a acumulação primitiva que se sustenta com a transferência de riqueza ao continente europeu impulsiona a circulação mercantil da época, permitindo o desenvolvimento das metrópoles e ii) a incapacidade dos países ibéricos em converter os excedentes econômicos apropriados em força motriz de desenvolvimento capitalista leva a esses países a se tornarem satélites próprios da metrópole inglesa. Essa última é a que, de fato, se consagra enquanto potência ao longo dos séculos XVIII -XIX (FRANK, 1967, p. 16).

Ambas chaves servem como clivagem para uma compreensão totalizante do período colonizatório e que exploraremos agora. Sobre a acumulação primitiva, a explicação é mais intuitiva à luz de Mariátegui (2004, p. 4-5) que destaca que “os colonizadores preocuparam-se, quase que exclusivamente, com a exploração do ouro e da prata peruanos”.

À medida que esse excedente era transferido, a demanda interna como um todo na metrópole passou a aquecer. Assim, criaram-se também os estímulos para a gestação de uma economia açucareira no Brasil, em que a técnica já era amplamente conhecida e aproveitada por Portugal em outras de suas colônias (FRANK, 1967, p. 105).

Os exemplos peruano e brasileiro dão a tônica do que seria a empreitada colonial em todo continente. Para que se reitere: as economias coloniais são, em um só tempo, a razão da expansão e desenvolvimento das economias no centro do sistema internacional, como também estas últimas são as que estrangulam qualquer potencial de mudança qualitativa na base econômica ao redor das colônias.

Esse último aspecto se explica pelo fato de que a exploração, seja de recursos naturais, seja de monoculturas, não se traduzia em um reingresso da massa de valor gerada nas economias locais, algo que será determinante para a criação da *dialética da dependência*. Nas palavras de Frank (1967, p. 16), articulando com as ideias de Paul Barán,

Así pues, la metrópoli expropia el excedente económico de sus satélites y se lo apropia para su propio desarrollo económico. Los satélites se mantienen como subdesarrollados por falta de acceso a su propio excedente y como consecuencia de la polarización y de las contradicciones explotadoras que la metrópoli introduce y mantiene en la estructura económica interior del satélite. La combinación de estas contradicciones, una vez firmemente implantadas, refuerza los procesos de desarrollo en la cada vez más dominante metrópoli, y los de subdesarrollo en los cada vez más dependientes satélites.

Assim, tendo em vista o propósito metodológico dessa primeira seção, há que se examinar em quais condições esse excedente econômico foi apropriado - pois, se por um lado aponte as próprias contradições no estabelecimento das forças colonizatórias por parte de Espanha e Portugal, sabe-se que a massa de recursos espoliada do continente foi inestimavelmente grande. E nesse sentido, a violência é a pedra basilar para manter e sustentar o império colonial, seja no sentido de conquistar e subordinar os povos, como também na dominação e aproveitamento do *trabalho escravizado* a partir das colônias em África.

A respeito da escravidão, Gunder Frank é elucidativo sobre as razões que levaram a uma das experiências mais desumanas existentes na história da humanidade - não se tratava somente de uma questão moral sobre a “maldade” ou não do colonizador, mas sobretudo do imperativo ganancioso de valorização dos portadores de capital em expansão. No caso brasileiro,

Al comienzo, para su acumulación primaria de capital, Portugal se sirvió de esclavos indígenas (así como también de capital extranjero, holandés en su mayor parte). [...] Empero, las ganancias fueron grandes. Portugal tenía una población de no más de un millón de habitantes, mientras que Europa contaba cincuenta millones (Simonsen, 1962, p. 126.) Era, por tanto, posible y *necesario* importar esclavos negros. Además, Portugal poseía las costas del Africa occidental, fuente de exportación de esclavos. Así, pues, la producción de azúcar y esclavitud significaron un buen negocio. (GUNDER FRANK, 1967, p. 105).

Dentro desse fenômeno também desenvolvem-se bases ideológicas que “cimentam” e expressam o interesse das classes dominantes em nível mundial - me refiro, sobretudo, à racialização dos povos e a subjugação das mulheres dentro das colônias. A constituição do racismo e do patriarcado, elementos que inicialmente são difusos dentro da própria TMD e

demandam, sem dúvidas, estudos maiores, são elementos constitutivos da dependência e que carregam, até os dias de hoje, continuidades de violência dos povos¹¹.

A situação no restante do continente nesses séculos iniciais não foi distinta. O emprego das forças escravizadas permitiu a manutenção desse sistema de apropriação de riquezas ao ponto de aproveitar-se de todas as potencialidades do território em termos de riqueza, resguardadas, naturalmente, as variações cíclicas da economia internacional e a própria disputa dentro do sistema internacional entre os diferentes capitais que se expandiam (como holandês, inglês, etc.).

Fato é que o desenvolvimento da economia açucareira, e posteriormente aurífera no Brasil¹², gestou os embriões de uma classe dominante local - seja pelos monopólios que controlavam as diferentes zonas de produção colonial no país, como também pela correspondente concentração da propriedade de terras e recursos.

A constituição dessas classes internas, inseridas na dinâmica entre metrópole e satélite, alteraria a correlação de forças e a própria repartição do excedente econômico entre seus expropriadores. Dentro de uma compreensão dialética, é a expansão por excelência das contradições engendradas entre o centro e a periferia.

A respeito de Portugal e sua capacidade de seguir promovendo o sistema de acumulação existente, Gunder Frank (1967, p. 107) aponta que

Entre 1600 y 1750 también Portugal se subdesarrolló y no pudo expropiar ya tanto a su satélite brasileño. A su vez se convirtió cada vez más en un satélite. Los tratados del siglo XVII, y especialmente el de Methuen en 1703, trajeron la desaparición de las industrias textiles portuguesas, el paso a manos de Inglaterra del comercio exterior, e incluso el interior, ambos lusitanos, y la conversión de Portugal en un mero entrepôt entre la Gran Bretaña y el Brasil y otras colonias portuguesas. Portugal se convirtió también en exportador de vino, a cambio de los tejidos que ya no podía

11 Entendendo as limitações de espaço e objeto da presente monografia, inserimos o presente parágrafo por entender que é também papel do autor salientar tais problemáticas independente do seu desenvolvimento teórico ou não ao longo do capítulo. Referências de leitura indispensável para os assuntos são as obras de: i) Eric Williams, *Capitalismo e escravidão* (2012, Ed. Companhia das Letras), Silvio Almeida, *Racismo Estrutural* (2019, Ed. Pólen), Cristiane L. S. de Souza, *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente* (2020, Ed. Hucitec) e ii) Heleith Saffioti, *Gênero, patriarcado, violência* (2011, Ed. Expressão Popular), Marina Machado Gouvêa e Maria Josefina Mastropaolo, *Capitalismo, Racismo, Patriarcado, Dependência* (2019, NIEP-MARX).

12 Essa mudança de eixo dinâmico da economia colonial - que, como já destaquei, não buscarei esgotar em suas categorias e análises - decorreu tanto da suplantação no mercado internacional pelas ilhas caribenhas e novos capitais em ação no sistema internacional, como também pela descoberta das jazidas ao sudeste do país. Deixou-se, assim, amargas sequelas ao norte e nordeste do Brasil pelo quase completo abandono de seus territórios durante esse período, que perduram em larga escala até os dias de hoje. Para aprofundamento na formação econômica brasileira dessa época, conferir a obra de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (Companhia Editora Nacional, 2005).

producir frente a la competencia de los productos ingleses que inundaron su mercado, lo que David Ricardo, en 1817, tuvo la temeridad de interpretar como una ley de "ventajas comparativas".

Problema semelhante é observado por Mariátegui nas posses da coroa espanhola. Analisando o que ele chama de “segunda etapa” da economia peruana após a independência, o autor destaca as razões para tais mudanças:

A política da Espanha obstruía e contrariava totalmente o desenvolvimento econômico das colônias, não permitindo às mesmas o comércio com nenhuma outra nação, conservando sua qualidade de metrópole e monopolizando todos os direitos de comércio e empresa em seus domínios. *O impulso natural das forças produtivas das colônias era lutar para a quebra destes laços* (MARIATEGUI, 2004, p. 6, grifo meu).

Em outras palavras, a dinâmica da luta de classes não é, como se deturpa sobre a teoria marxista, um economicismo, um preciosismo categórico - ao contrário, é uma manifestação concreta entre as sociedades à medida que se universalizam as condições ocidentais de produção e reprodução social, e invariavelmente com particularidades ao redor do mundo. Repleta de contradições, exatamente por compreender diferentes extratos de classes burguesas, a compreensão desse período na América Latina perpassa então uma visão com diferentes “lentes” totalizantes - a menor focalizada sobre o interior de nossos países, e outra maior, compreendendo agora o papel da Inglaterra e a integração ao mercado mundial de nossas economias.

Sobre a primeira lente, Mariátegui é claro e objetivo apontando as razões materiais para o “destino” britânico:

Na Inglaterra, sede do liberalismo e do protestantismo, a indústria e a máquina preparavam o futuro do capitalismo, isto é, do fenômeno material do qual aqueles dois fenômenos, político um deles, religioso o outro, aparecem na história como fermento espiritual e filosófico. Por isso tocou a Inglaterra - com essa clara consciência de seu destino e de sua missão histórica, à qual deve sua hegemonia na civilização capitalista - representar um papel pioneiro na *independência da América do Sul* (MARIATEGUI, 2004, p. 6, grifo meu).

De uma só vez o marxista peruano oferece as razões pelas quais é, de fato, a Inglaterra que se consagra como vértice fundamental do sistema internacional a partir do século XVIII-XIX, como também desmantela aspirações analíticas pós-modernas sobre a “colonização” e a

“missão do homem branco” enquanto instituições abstratas de dominação na humanidade¹³. A correspondência se dá no nível dos interesses materiais que se articulam sobre tempo e espaço definidos.

E se com tempo e espaço existe uma delimitação também sobre as possibilidades de acumulação, as classes dominantes locais não hesitaram, já que

A única coisa que a Espanha podia oferecer com abundância às colônias eram seus clérigos, doutores e nobres. Suas colônias tinham necessidade de coisas mais práticas e de ferramentas mais novas. E, conseqüentemente, voltavam-se para a Inglaterra, cujos industriais e banqueiros, colonizadores de novo tipo, queriam por sua vez tomar conta destes mercados, cumprindo sua função de agentes de um império que surgia como criação de uma economia manufatureira e de livre- câmbio. (MARIATÉGUI, 2004, p. 7).

O epílogo desse processo não poderia ser outro senão o fato de que as nações agora independentes “procuraram, no comércio com o capital e a indústria no Ocidente, os elementos e as relações de que o incremento de sua economia necessitava. Para o Ocidente capitalista começaram a enviar os produtos de seu solo e subsolo. E do Ocidente capitalista começaram a receber tecidos, máquinas e inúmeros produtos industriais” (MARIÁTEGUI, 2004, p. 7). À luz de List¹⁴, fica claro que o livre-comércio se converteu no principal produto de exportação da Inglaterra (FRANK, 1967, p. 186).

Frank, desenvolvendo sua chave de análise entre metrópole-colônia, chega a compreender a formação de uma metrópole nacional no caso brasileiro, ou seja, interna, centrada no eixo sudestino após o esgotamento da economia aurífera. Essa metrópole sustentaria toda edificação social no território colonial e seria responsável por sustentar parte fundamental da circulação de mercadorias junto à metrópole mundial. Sendo assim,

La metrópoli nacional se convirtió en exportador satélite de productos primarios a la metrópoli mundial y, a la inversa, en dependiente de ella en cuanto a importación de manufacturas y artículos suntuarios. La oligarquía nacional, sea agraria, minera o comercial, quiere, naturalmente, importar

13 Confusão de estilo semelhante a de Frank entre aparência e essência dos fenômenos, só que desta vez em um trato histórico recorrente dentro das Relações Internacionais a partir do que convencionou-se chamar de campo das "Teorias críticas".

14 Friedrich List foi um reconhecido economista do século XIX. Nascido na Alemanha, passou pelo funcionalismo público, política e também pela academia, até migrar para os Estados Unidos da América. Lá, em meio às suas experiências junto aos tratados de A. Hamilton, começou a dedicar-se ao estudo da economia, tornando-se um defensor do protecionismo comercial, entendendo seu papel para o desenvolvimento da indústria nacional em meio às potências que se desenvolviam à época, incluindo a própria Inglaterra, já que a mesma lançou mão do protecionismo para seu desenvolvimento interno para, depois, coibir iniciativas semelhantes ao redor do mundo.

estas mercancías al precio más bajo posible (esto es, sin aranceles proteccionistas), mientras las paga con el excedente económico que a su vez expropia a sus satélites nacionales y provinciales. (FRANK, 1967, p. 113)

Em sentido semelhante avança Marini ao conceber os processos de independência política, que embora não representem, em si, uma novidade revolucionária acerca dos processos sociais em desenvolvimento, são elementos importantes para compreensão da gradativa mudança nas economias aqui. Como afirma o brasileiro,

[a região latino-americana] é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção leve europeia. A ruptura do monopólio colonial ibérico se torna então uma necessidade e, com isso, desencadeia-se o processo de independência política, cujo ciclo termina praticamente a o final do primeiro quarto do século XIX, dando como resultado as fronteiras nacionais em geral ainda vigentes em nossos dias. A partir desse momento se dá *a integração dinâmica dos novos países ao mercado mundial* [...] (MARINI, 2017, p. 48, grifo meu).

O “livre-comércio” é, então, uma expressão do próprio caráter contraditório da expansão capitalista em nível mundial: sustentou o desenvolvimento das riquezas nos grandes centros e agravou as condições de subdesenvolvimento nas periferias do sistema internacional. Sublinha Frank que

El nuevo fortalecimiento de los lazos metrópoli-satélite por razón del librecomercio consolidó este subdesarrollo del satélite brasileño. La independencia política del Brasil no bastaba para liberarlo del subdesarrollo o de la estructura que lo produce. Por lo contrario, la independencia puso el poder político en las manos de los grupos económicos cuyos intereses creados estaban en el mantenimiento del status quo brasileño. Simultáneamente la metrópoli, ahora Inglaterra, sin la mediación de Portugal, reemplazó los ya anticuados instrumentos mercantiles del control metropolitano por los más recientes y entonces más ventajosos del librecomercio (FRANK, 1967, p. 114).

É inescapável, tratando do período colonial e da acumulação primitiva, não trazer um próprio comentário marxiano a respeito do assunto. Em um parágrafo, Marx alcança uma síntese genuína sobre a violência e relevância do processo colonial para o capitalismo e que nos permitirá, assim, avançar nas próximas seções sobre suas novas facetas contemporâneas:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco (MARX, 2017, p. 821).

À guisa de considerações finais sobre o colonialismo: este é, por excelência, o fenômeno que inaugura, desenvolve e movimenta a América Latina dentro de uma *nova* lógica. Agora integrada ao Ocidente, a produção da vida social adquire um novo caráter. Servindo aos ditames do período colonial-mercantil, a organização interna do trabalho (categoria que, relembro, ditará o ritmo das seções deste capítulo) sofreu mudanças drásticas. Sua nuance primordial é a introdução do trabalho escravizado como forma de acumulação inicial.

O trabalho escravizado, alicerce da sociedade colonial, persistiu enquanto reminiscência ao longo do século XIX, sustentando por algum tempo a concentração de recursos e o próprio impulso das economias centrais, sobretudo no pós-Revolução Industrial. Entretanto, à medida que o continente passou a engajar-se em uma perspectiva ativamente econômica dentro do comércio internacional, observa-se também uma mudança qualitativa sobre a situação de nossos países. Esses, que com a colonização passaram por uma transformação sobre a produção e circulação das mercadorias, agora alcançam um novo patamar a partir de sínteses próprias dentro das estruturas definidas e explicitadas até aqui - considerando, também, às dificuldades enfrentadas no comércio de escravizados em decadência por intervenção britânica.

Destaquei também, ao longo dessa seção, as discordâncias sobre apontamentos teóricos nos ensaios de Gunder Frank. Isso se explica por entender que a vida social adquire novas determinações à medida que se rompe com o modelo colonial de produção e, assim, o capitalismo aflora na América Latina.

Aqui subsiste, naturalmente, uma crítica que poderia ser estendida às teorias dentro das Relações Internacionais - como em alguns casos pós-coloniais, decoloniais e até sistemas-mundo - que seccionam o subdesenvolvimento e os problemas de diferentes opressões como *traumas* de um passado que flutuam e permanecem no presente. Nessas reflexões, as estruturas do passado aparentam ter se convertido em instrumentos de cunho discursivo e

ideológico, em leituras de clara inspiração foucaultianas e/ou pós-modernas, pulverizando e dissociando a violência do fenômeno de sua base material¹⁵.

Para fechar: muito além da independência formal como um demarcador histórico de “mudança”, são as relações sociais e a forma de exploração do povo que mudam progressivamente, colocando em xeque a teoria de um “processo contínuo” do colonialismo até os dias de hoje. O condicionamento estrutural do mercado interno (como no caso brasileiro, ao ser balizado pelas relações com a metrópole britânica) leva a uma dinâmica própria da luta de classes dentro do continente, conformando o que aqui então estabelecemos como a *dialética da dependência*. As condições com que somos integrados ao mercado mundial serão agora nossa preocupação.

2.2 QUANDO UMA CATEGORIA JÁ NÃO É MAIS SUFICIENTE: DAS MUDANÇAS NAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS, O NOVO CARÁTER DO TRABALHO À GÊNESE DA TMD

Na América Latina, pelo menos desde que se consolidou a Conquista e os espanhóis destruíram os impérios Inca e Asteca, o curso do desenvolvimento do capitalismo não implicou a liquidação radical dos modos de produção que o precederam, mas sim sua superação descontínua e lenta, desde formas mais primitivas, até formas mais elaboradas (BAMBIRRA, 2019, p. 78).

Se a progressão do capitalismo dependente não se deu pelo “desenvolvimento de um processo revolucionário, no sentido da tomada do poder por novas classes e da transformação radical das relações de produção nas quais se assentavam as velhas classes, como o fez a burguesia europeia” (BAMBIRRA, 2019, p. 79), ela se deu por mudanças qualitativas perceptíveis pelo avanço à industrialização e modernização do continente como um todo. Desta maneira, a própria realidade passou a demandar categorias capazes de articular as diferenças no tempo e espaço latino-americano.

¹⁵ Acerca desse assunto, sobretudo no que tange à racialização e opressão de povos periféricos, convém ressaltar duas leituras que agregam críticas que partem do mesmo ponto de vista metodológico aqui apresentado. A primeira é do autor Asad Haider, *Armadilha da Identidade* (2019, Ed. Veneta), que discute, a partir da práxis militante negra dentro dos E.U.A, a complexidade do problema das opressões e como isso reverberou em problemas de diagnóstico na luta política entre forças de esquerda norte-americana. A segunda leitura é a seção 1.3 na obra de Virginia Fontes, *O Brasil e o capital-imperialismo* (2010), em que a mesma aborda, a partir do viés das expropriações e da violência que o capital imprime na América Latina, um debate com as leituras de Aníbal Quijano.

Como bem sugere Marini, o debate teórico acerca de uma revolução burguesa ter acontecido ou não no Brasil é traiçoeiro, por partir de concepções idealizadas sobre a “passagem ao capitalismo” e não se dedicar ao estudo da realidade concreta. Assinala o autor que

O fato que mais chama a atenção é o *caráter relativamente pacífico que o trânsito de economia agrária para economia industrial* assume na América Latina, em contraste com o que ocorreu na Europa. [...] Ainda que fosse correto dizer que a revolução burguesa não se concretizou na América Latina segundo os cânones europeus, este argumento é enganoso, pois não considera adequadamente as condições objetivas dentro das quais se desenvolveu a industrialização latino-americana (MARINI, 2017, p. 55, grifo meu).

Pois bem, as condições objetivas que Marini se refere são sintetizadas na introdução de seu ensaio *Dialética da Dependência*, em que surgem,

com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa, e em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e - quando a exportação supera às importações - de dívidas. (MARINI, 2005, p. 140).

Naturalmente, dentro do continente, existiam distintos graus de aparato burocrático e infraestrutura econômica capazes de satisfazer, em maior ou menor escala, os desafios históricos colocados ao aquecimento causado pela Revolução Industrial - isto é dizer, também, uma dinâmica de classes capazes de levar adiante, em sua própria lógica gananciosa, uma elevação de patamar econômico. Inicialmente,

Chile, Brasil e, pouco depois, Argentina aumentam sensivelmente neste período seu comércio com as metrópoles europeias, baseado na exportação de alimentos e matérias-primas como cereais, cobre, açúcar, café, carnes, couro e lã. Paralelamente, utilizando inclusive o crédito oferecido pela Inglaterra, aumentam suas importações de bens de consumo não duráveis e dão início à construção de um sistema de transporte, através de obras portuárias e das primeiras ferrovias, abrindo assim um mercado complementar à incipiente produção pesada europeia (MARINI, 2017, p. 48-49).

O que se descreve aqui é, por excelência, a criação e desenvolvimento da divisão internacional do trabalho. É essa estrutura, definida pelas relações entre países periféricos vs.

centrais na aurora do capitalismo (assinalando, justamente, uma passagem da antiga relação metrópole-colônia), que define o futuro da região - o estabelecimento da dependência. Essa última é aqui entendida

Como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas *são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada* da dependência. A consequência da dependência, não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência (MARINI, 2005, p. 141, grifo meu).

A preocupação de Marini em explicitar esse fenômeno reside em captar a originalidade do momento, considerando que a questão de nosso subdesenvolvimento já não se resume mais somente a uma relação de subordinação pela violência colonial. As economias latino-americanas começando a participar plenamente do mercado mundial, comportando novas relações de produção e circulação, jamais poderiam apresentar uma *homogeneidade* com o período anterior. Utilizada por Marini, a máxima de Georges Canguilhem (1971, p. 60, apud MARINI, 2005, p. 141, grifo meu), “o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento” coloca a tarefa de expor aqui, então, como sucedeu essa progressão.

Em um nível de abstração maior, compreendendo a totalidade do sistema internacional, a exportação de produtos agrícolas de países dependentes permitiu o desenvolvimento e especialização industrial europeu de fato. Essa primeira chave de análise é fundamental: nela observo a importância da relação centro-periferia na transformação econômica dos países centrais. Essa relação foi, assim, um solo fértil de condições para o estabelecimento e reprodução *ampliada* de uma nova dinâmica de acumulação da riqueza¹⁶.

Relembra Marini (2005, p. 143) que

No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem

¹⁶ Nesse sentido, não bastaria afirmar que houve uma mudança nas Relações Internacionais - ainda que a frase seja verdadeira, ela obnubila o caráter nacional, isto é, os territórios concretos que ou se transformam, ou se adaptam, à nova dinâmica de circulação estabelecida.

agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos.

Fornecer alimentos não será, entretanto, a única função da América Latina - ela é tão somente o ponto de entrada no comércio internacional. Essa relação dentro da D.I.T evolui à medida que a própria indústria europeia começa a ganhar robustez e depender, naturalmente, de matérias-primas para a manufatura de seus produtos.

Essa demanda concomitante, que cresce em progressão muito maior do que a própria demanda por insumos para a classe trabalhadora - tendo em vista a potencialidade das máquinas, edifícios e afins em escalonar a produção - é a que consagra um processo revolucionário dentro do continente europeu. Isso pois, muito mais do que permitir um crescimento *quantitativo* da produção no centro capitalista, a

participação América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 2015, p. 144).

A passagem de eixo dinâmico é algo que importa sobremaneira o presente trabalho, e que precisa ser esclarecida em alguma medida: o capitalismo se afirma enquanto realidade histórica na medida em que i) a grande indústria se estabelece de fato, acompanhada das expropriações e da constituição de grandes centros urbanos e ii) evolui a concorrência entre capitais, que se traduz, por sua vez, em um respectivo desenvolvimento de suas relações de produção. Estas últimas são determinadas, portanto, pela busca de cada capitalista em reduzir o valor de troca de sua mercadoria para conseguir vantagens dentro da disputa de mercados.

Dentro da teoria marxista, é sabido das limitações estruturais e até fisiológicas em forçar a redução do valor de troca através de uma exploração acentuada da força-trabalho em um determinado momento: qual seja o prolongamento da jornada, ela cria um *mais-valor absoluto* que é limitado pela própria natureza de desgaste humano.

Ou seja, a passagem do capitalismo enquanto uma força motriz alicerçada na criação da grande indústria e no avanço da técnica se afirma enquanto tendência generalizada na medida em que a própria luta de classes impele à busca por saltos de produtividade que se traduzam em uma possibilidade de redução do valor de troca de uma mercadoria, por apropriar-se, naturalmente, de um maior excedente produzido pelo trabalhador durante a *mesma* jornada. A esse respeito, Marx (2017, p. 395) é veemente:

Na produção capitalista, portanto, a economia do trabalho por meio do desenvolvimento de sua força produtiva não visa em absoluto a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas a redução do tempo de trabalho necessário para a produção de determinada quantidade de mercadorias.

Em que medida, então, a América Latina influi nesse processo? É o ponto-chave de toda linha de raciocínio de Marini para explicar a dialética da dependência, ao perceber que a mudança qualitativa nas economias centrais não se explica somente pelo aumento da produtividade.

Mais do que isso, os saltos de acumulação de capital que se observam na Europa (garantindo uma posição privilegiada dentro da D.I.T) dependem, necessariamente, de uma generalização de condições favoráveis para aumento da taxa de mais-valor (ou taxa de exploração) - caso contrário, os saltos de produtividade implicariam tão somente em um mais-valor extraordinário, cujas consequências são, como se pode imaginar, lucros individualizados.

É ao final dessa mesma seção da categoria de mais-valor relativo em Marx que se encontram as pistas para entender a influência da América Latina nesse processo. O autor relembra que “o desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista” (MARX, 2017, p. 395-396, grifo meu).

Assim, a digressão fundamental feita na *Dialética da Dependência* tem o intuito de mostrar que i) “a mais-valia relativa está ligada indissolúvelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho” (MARINI, 2005, p 146) e ii) que é a América Latina que sustenta a vultosa razão com que cresceram as economias centrais nesse novo período, já que é ela quem sustenta o decréscimo no valor dos bens-salário (MARINI, 2005, p 147).

As contradições desse processo são mais profundas ainda ao relembrar da tendência da queda da taxa de lucro já esclarecida na obra marxiana. Na medida em que os ganhos de mais-valor relativo expandem, tanto quanto *maiores* deverão ser os investimentos de capital-constante (matérias-primas, processo de produção, etc) para dar conta da tarefa de realizar a potencial lucratividade desse processo. Ou seja, é um desenvolvimento permeado por contradições em que a América Latina surge como uma verdadeira alavanca para resolver a

equação em favor das nações centrais em ambos os casos - alimentos e matérias-primas (MARINI, 2005, p. 148).

Em meio a essa realidade histórica surgem próprias angústias e tentativas político-teóricas de superar esse dilema. Utilizo o adjetivo *dilema* no intuito de adiantar um processo de longo debate e acúmulo reconhecido acerca da deterioração dos termos de troca e dos concomitantes “receituários” desenvolvimentistas.

Aqui convém rapidamente tocar no assunto a partir de uma ótica marxista. Como explicar i) o contínuo aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas e ii) sua respectiva depreciação, considerando que esses produtos não perderam *valor* em si? Há que se lembrar que é exatamente nesse ramo em que o avanço das tecnologias e técnica ocorre em razão menor e, logo, o tempo socialmente necessário para a produção, ou a quantidade de trabalho cristalizada nas mercadorias mantém-se relativamente estável (MARINI, 2005, p. 149; MARX, 2017, p. 116-117).

Ora, aqui subsiste precisamente o fato de que arredonda a teoria marxista da dependência em um sentido universalizante. O intercâmbio de mercadorias em nível mundial, à medida que alcançou formas mais desenvolvidas, passou a depender menos do uso da violência política e militar para explorar nações débeis e mais da reprodução *ampliada* de relações de produção e troca que perpetuam, através da transgressão do valor de troca das mercadorias envolvidas nas relações econômicas internacionais, a relação entre centro e periferia (MARINI, 2005, p. 150-151).

Como bem pontua Marini, não é somente uma questão de oferta e demanda e tampouco da “desigualdade de poder”¹⁷ - pontos de vista que introjetam, no fenômeno, as categorias que desejam enxergar. Fato é que

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala (MARINI, 2005, p. 150).

Me interessa aqui sobretudo explicitar, portanto, como essa deterioração comercial opera entre um país periférico e um país central, bem-dizer respectivamente países que produzem matérias-primas e manufaturas. Aqui a resposta é aferida de maneira intuitiva, dadas as digressões anteriores, já que

¹⁷ Poder aqui compreendido no sentido mais próprio das Relações Internacionais, essa zona entre o Estado-militar-discursivo.

o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercados a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (MARINI, 2005, p. 152).

Outro fator, compreendendo a relação engendrada pela composição orgânica do capital - a proporção colocada entre os gastos de capital constante e capital variável -, é a maior apropriação natural de valor em bens industriais. Isto é, em relação aos bens primários, considerando a utilização de maquinarias e novos processos da industrialização, consegue-se extrair um maior valor do trabalho explorado do que em relação aos bens primários, característicos dos países dependentes.

Se assim o é dentro da totalidade do sistema internacional, na medida em que a nação desfavorecida encontra-se em uma equação desvantajosa sobretudo para suas classes dominantes, existe um arremate a ser feito internamente para dar conta do problema gerado externamente. O capitalista, dentro de um país dependente, busca corrigir a perda de renda na divisão internacional do trabalho através de um incremento na *massa de valor* produzida.

Esse incremento, à luz da teoria marxiana, só pode ser registrado mediante uma maior exploração da força-trabalho, "seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos" (MARINI, 2005, p. 153). Isso é o que explica, portanto, como poderia a oferta mundial de matérias-primas e alimentos aumentar em razão inversa dos seus preços vigentes de mercado.

E, finalmente, aqui reside o segredo fundamental da dialética da dependência. Se na parte central da D.I.T acontece um salto qualitativo na produção e criação de riqueza, existe um solo que sustenta esse impulso na periferia do sistema. As condições de **trabalho** no continente latino-americano passam a ser outras¹⁸, e sigo por esse giro metodológico para o

18 Quando me refiro ao trabalhador latino-americano, em clara articulação com a categoria de trabalho escravizado que fiz questão de dedicar à primeira seção, entendo também uma progressão própria no sentido de superar gradualmente as condições históricas passadas e de coexistência de modos de produção até que se afirme, de fato, uma economia desenvolvida robustamente - ou seja, o trabalho escravizado é eliminado na medida em que i) torna-se difícil sua reposição e ii) a própria classe trabalhadora latino-americana passa a corresponder a uma nova função, seja dentro da D.I.T, seja dentro do país, já que passa, enquanto um trabalhador, a assinalar uma demanda própria de produtos que satisfaz mais adequadamente a produção capitalista através do assalariamento (MARINI, 2005, p. 159). A esse respeito Bambirra (2019, p. 68) também desenvolve uma análise da proletarianização latino-americana, pontuando que ela "expressa o processo de penetração do capitalismo no campo - que, embora em vastas regiões passe a ser dominante, não elimina

restante da seção. Em termos históricos, me permito adiantar uma breve explicação de Ruy Mauro em ensaio posterior à *Dialética da Dependência* em que o autor pontua a historicidade dos fatos. Sua análise é informada pelo pressuposto de que

A economia exportadora constitui a transição a uma autêntica economia capitalista nacional, a qual somente se configura quando emerge ali a economia industrial, e que as sobrevivências dos antigos modos de produção que a regiam a economia colonial determinam todavia em grau considerável a maneira como se manifestam nesses países as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente (MARINI, 2005, p. 182).

O que baliza meu debate aqui é, portanto, uma preocupação em ter rigor com os diferentes lapsos históricos da exploração do trabalho no Brasil, sem redundar, entretanto, em uma busca de precisão cirúrgica acerca de quando ou como se superaram condições de modos de produção anteriores. Ou seja, “o sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao se desenvolver a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo” (MARINI, 2005, p. 160).

Assim, a "progressão do acontecimento" só é plenamente contemplada e apropriada em nível teórico na medida em que aferimos as novas condições com que se reproduzem as sociedades dependentes; o lastro da relação de dependência é, notoriamente, de cunho internacional, mas a base em que se sustenta o processo, ou seja, a materialidade da produção de mercadorias e de criação de valor que se reparte desigualmente pelo sistema tem um cunho *nacional*. A exploração dos trabalhadores latino-americanas de maneira mais intensa explícita, assim, a importância da categoria de *superexploração da força-trabalho*. Como bem diz Marini,

A superexploração do trabalho constitui, portanto, *o princípio fundamental* da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial (MARINI, 2017, p. 52, grifo meu).

Essa particularidade da economia subdesenvolvida-dependente repousa, portanto, em

três mecanismos identificados - a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - [que] configuram um modo de

completamente as relações pré-capitalistas ou semi-serviis, e até coexiste com estas em alguns casos [...]. Por outro lado, essa proletarização também se torna possível e necessária porque corresponde à melhor forma de entrelaçamento entre os países dependentes e capitalistas avançados. Em outras palavras, a expansão do capitalismo metropolitano faz com que se reproduza seu sistema, não estritamente à sua imagem e semelhança, mas sob a forma de um capitalismo dependente”.

produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua força produtiva (MARINI, 2005, p. 156).

É um modo que também corresponde e se satisfaz pelas características próprias de uma economia extrativista e agricultora, dado que o escalonamento da exploração do trabalhador não chega a significar um incremento nos gastos de capital constante e na demanda por matérias primas como em indústrias no centro do sistema. Assim, cria-se um aumento simultâneo das taxas de mais-valor e de lucro (MARINI, 2005, p. 156).

Em termos de justificar a existência da categoria de superexploração, residem dois aspectos fundamentais. O primeiro é com relação a negação à classe trabalhadora de condições dignas e necessárias para repor seu desgaste: i) no sentido intensivo e extensivo, “porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro” (MARINI, 2005, p. 156) e ii) no sentido de expropriação de parte do trabalho necessário para o trabalhador repor-se e reproduzir-se enquanto ser social, “porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal”.

Isso assinala uma remuneração do trabalho abaixo de seu valor de fato. Ela corresponde, em nível teórico, à superexploração da força-trabalho - é a realidade que informa a categoria, portanto.

O outro aspecto fundamental é dissipar a confusão que poderia se criar entre o emprego da superexploração da força-trabalho vs. o aumento de produção de mais-valor absoluto. Acerca desse último, em Marx encontra-se a seguinte definição:

A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital - nisso consiste a produção do mais-valor absoluto (MARX, 2017, p. 578).

Como se observa, apesar da intuitiva conexão existente com as ideias presentes na superexploração da força-trabalho, somente a noção de expansão do mais-valor absoluto é incapaz de explicar os modos de trabalho e apropriação de mais-valor nas economias latino-americanas. Em que pese essa obviedade, ainda assim Marini também fez questão de esclarecer ao replicar, dentro dos debates acadêmicos à época, diferentes críticas (e em muitas medidas, ataques, à TMD). Segue ele no ensaio publicado posteriormente à edição de *Dialética da Dependência*,

Assinalemos, inicialmente, que o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa - a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real (MARINI, 2005, p. 188-189).

Assim, alcanço a conclusão da presente seção com a compreensão de um novo caráter do trabalho e das mudanças ocorridas nos países da América Latina e nos países centrais. Motivos esses que sustentam, como busquei sublinhar, uma diferenciação com o período colonial e, ao mesmo tempo, categorias que explicitam a particularidade do desenvolvimento capitalista por aqui.

O conhecimento do passado e o resgate das condições que fundam o capitalismo na América Latina são indispensáveis para a compreensão do presente - nesse sentido que aponto a bússola do trabalho e aporto na última seção deste capítulo, vislumbrando a constituição do ciclo capitalista em uma economia dependente e os desdobramentos da integração monopólica com o avanço do capitalismo em nível mundial.

2.3 ESTRUTURAS E CONTRADIÇÕES INTRODUZIDAS: COMO OPERA UMA ECONOMIA DEPENDENTE E SEUS DESDOBRAMENTOS AO LONGO DO SÉCULO XX

Colocadas as determinações materiais que engendram as relações sociais da América Latina a partir da integração ao mercado mundial, temos os fundamentos que balizam a temática da presente monografia - nomeadamente temos acesso às condições de trabalho e de desenvolvimento das economias latino-americanas.

Essa digressão era, portanto, fundamental para que se possa atentar ao Estado brasileiro, já que como veremos, ele sempre foi de grande importância desde a constituição de uma economia dependente. Para alcançar o referido tema é necessário, entretanto, dedicar-se à tarefa de assimilar as condições de circulação de uma economia dependente, já que são elas

que sustentam e desenvolvem, em nosso entendimento metodológico, as contradições que desdobram no tempo e no espaço.

Adiante, no segundo capítulo, será introduzida a categoria de padrão de reprodução do capital que busca sistematizar esses acúmulos sobre a circulação no capitalismo dependente, à medida que encontram-se repetições de ciclos compartilhadas entre os países da região, a depender também do seu momento histórico.

Portanto, nesta seção, explico tão somente o que seriam as estruturas primárias de circulação e as contradições básicas desse período que começa no século XX e que se estendem, se recriam e se intensificam na posterioridade. Começo por onde terminei a seção passada:

Com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção. As classes dominantes locais tratam de se ressarcir desta perda aumentando o *valor absoluto* da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de *superexploração* (MARINI, 2017, p. 52, grifo meu).

Marini coloca, de uma só vez, diferentes questões acerca da economia dependente. O processo de superexploração é fundamental, como vimos, para solucionar/compensar a relação desfavorável com os países centrais – logo, ainda que uma parte do excedente seja apropriado por uma burguesia externa, quem extrai o mais-valor dos trabalhadores é uma classe dominante local. Entretanto, o problema se complexifica à medida que analisamos como a circulação passa a condicionar a estrutura interna dos países dependentes.

Isso pois a constituição de uma economia exportadora implica que a “produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização” (MARINI, 2005, p. 162). Separam-se, assim, as condições de produção e circulação - e se a produção é prontamente atendida por uma demanda externa, a esfera de circulação, que tipicamente denota a “conclusão” do ciclo do capital, já possui condições privilegiadas para a classe dominante envolvida no processo, enquanto a classe trabalhadora passa a ter papel irrisório em uma demanda e construção de mercado interno.

Isso permite às burguesias em países dependentes ignorar as condições com que a classe trabalhadora latino-americana se reproduz, contanto que existam contingentes humanos passíveis para substituir e ocupar, no processo produtivo, o desgaste da força-trabalho. E se sabe-se que a “existência de reservas de mão-de-obra indígena (como no México), ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão-de-obra européia [...] permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora, até o início do século 20” (MARINI, 2005, p. 164), a conclusão lógica do processo é não só a continuidade da superexploração da força-trabalho, mas uma reprodução ampliada de sua lógica, sacramentando a própria dependência diante da economia internacional.

Friso a contradição basilar desse ciclo do capital na economia dependente: na medida em que a demanda interna é deprimida estruturalmente pelas condições de trabalho daqui, “paralelamente, o incremento dos lucros que disso se deriva coloca o capitalista em condições de desenvolver expectativas de consumo sem contrapartida na produção interna (orientada para o mercado mundial), expectativas que têm de ser satisfeitas por meio de importações” (MARINI, 2005, p. 165). Logo, observa-se a criação de um processo dramático: uma estratificação do mercado interno, que Marini nomeia como duas esferas distintas de circulação. Enquanto a esfera “baixa”, correspondente aos trabalhadores, é constantemente asfixiada e satisfeita de maneira débil, a esfera “alta” concentra seu consumo na produção externa.

Isso, em um primeiro momento, estabelece uma harmonia (entendida pela relação do capitalismo em nível internacional vs. nacional) que esconde o tamanho do abismo da dependência que começa a ser cavado desde então. Conforme o progresso técnico e próprio capitalismo ganha robustez em nível mundial - sobretudo em sua fase monopolítica -, o que se observa é a ebulição de problemas e tendências criados pelo descolamento da circulação com a produção nacional. Isso é dizer, em outras palavras, que o processo de industrialização latino-americano é desde sua partida permeado por contradições de difícil resolução, dado que sua estrutura nunca atendeu uma demanda articulada e formada sob os moldes clássicos, e que posteriormente esse dilema se agrava.

Na linha do tempo, a industrialização na América Latina passa a desenrolar-se com maior intensidade em função da conjuntura internacional - mais especificamente, pelas restrições criadas entre as crises da economia capitalista e guerras mundiais no começo do século XX, limitando o atendimento da demanda da esfera alta, dado que a indústria nos países centrais passa a mudar seu caráter, sobretudo nos períodos bélicos.

O resultado é, portanto, um deslocamento do consumo da esfera alta para a produção nacional, coincidindo com o que antes era tão somente o consumo da classe trabalhadora - e, se como destaquei a asfixia da demanda interna desses países, é natural que até então o que possuíamos fosse uma indústria frágil. Essa reorientação do excedente econômico, que passa a se realizar internamente, transforma o mercado interno à sua própria maneira (MARINI, 2005, p. 167). O caso brasileiro integra o rol de países na América Latina que adentram esse processo com maior facilidade pela participação ativa e dinamismo próprio à medida que se adaptaram mais rapidamente ao mercado mundial (BAMBIRRA, 2019, p. 75), conforme destacado no começo da segunda seção.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é a aliança característica desse processo dentro da América Latina: a progressão de uma economia exportadora para uma economia industrial não se dá pela supressão de uma classe dominante por outra; ao contrário, elas estão conectadas pela codependência de uma com a outra. A situação da contenção de importações no comércio internacional criou as

As condições para a utilização das *divisas* obtidas mediante a exportação dos produtos do setor primário (agrícola ou de mineração, conforme o caso), orientando-as para a importação de equipamentos, máquinas e matérias-primas necessárias para a instalação de fábricas no território nacional, *destinadas à produção de bens anteriormente importados* (BAMBIRRA, 2019, p. 63, grifo meu).

Logo, a criação de uma “grande indústria” surge para atender uma demanda pré-existente, e “se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 2005, p.170). Considerando as condições deprimidas de demanda anteriores, o aumento súbito do consumo interno sustenta ainda mais as razões para a manutenção de um sistema de preços que privilegie um lucro extraordinário (MARINI, 2005, p. 171).

Ainda que a oferta se especialize e consiga encontrar um equilíbrio com o tamanho da demanda, o processo de reprodução de uma lógica dependente persistirá. Isto é dizer, tão logo as frações dominantes consigam desenvolver suas empresas em um cenário que já favorece a criação de monopólios, o capitalista industrial passa a valer-se do excedente de mão-de-obra disponível a partir da economia exportadora (que também sente as repercussões da crise). Podendo incorporá-la no setor dinâmico da economia, o processo de concentração de capital e

superexploração *intensifica-se*, dado que permanece um exército de reserva grande o suficiente para manter a pressão nos salários para baixo¹⁹.

Podemos perceber, assim, que a transformação do mercado interno não implica, necessariamente, em sua ampliação como um todo - ele passa a atender a demanda da esfera alta ao mesmo tempo que extrai até a última gota de mais-valor da classe trabalhadora. Essa é uma das diferenças fundamentais entre uma economia industrial dependente e uma economia industrial central: os seus modos de circulação são radicalmente distintos (MARINI, 2005, p. 171).

A partir disso, considerando as totalidades mundial-nacional, temos também a constituição progressiva de uma burguesia com caráter nacional e nacionalista. Ou seja, com um projeto de desenvolvimento próprio - isto sobretudo pelo fato de ainda não ter enfrentado o imperialismo, bastando lembrar que este último, enquanto fenômeno, ocupava-se da partilha colonial e das guerras supracitadas (BAMBIRRA, 2019, p. 98-99).

Marini em *Subdesenvolvimento e Revolução* reafirma o pacto estabelecido entre aquela primeira burguesia com a “antiga” agrário-mercantil, ao passo que seu vértice comum era a mediação materializada em um Estado de compromisso. Esse compromisso mútuo era permeado por contradições, dado que existiam “divergências sobre a política cambial e de crédito, as tentativas constantes da burguesia industrial de canalizar para si o excedente gerado no setor exportador, e seu propósito de assegurar através do Estado o desenvolvimento dos setores básicos foram motivos de conflitos interburgueses constantes” (MARINI, 2017, p. 56-57 grifo meu).

Esse aspecto sublinhado na citação de Marini está diretamente relacionado com a capacidade da indústria latino-americana alcançar a equiparação entre a oferta e a demanda existente. Dada a quantidade de capital que começou a se concentrar, era imperativo estabelecer como horizonte uma expansão do consumo para conseguir *realizar* o ciclo da economia dependente. Ou seja, as possibilidades de reprodução ampliada do capitalismo

19 A respeito da constituição desse exército de reserva, Vânia Bambirra relembra, dentro do processo de "proletarização", a importância de romper com a unidade do campo e a disponibilização de seus trabalhadores à indústria. “A família camponesa, como unidade produtiva, tende a ser desmembrada [...] na medida em que a agricultura em grande escala e a proletarização do trabalhador rural ganham terreno. Sua existência se torna cada vez mais difícil e precária, ao passar a depender unicamente dos salários de alguns de seus membros. Pois bem, em primeiro lugar, a oferta de trabalho assalariado é muito maior que a demanda; em segundo lugar, a maior parte da demanda é por trabalhadores temporários [...]; em terceiro lugar, o salário agrícola não é suficiente para que o trabalhador possa manter sua família [...]; em quarto lugar, quando a atividade principal passa a ser o trabalho assalariado - ao lado da diminuição progressiva da economia de subsistência -, esta deixa paulatinamente de suprir as necessidades básicas do camponês” (BAMBIRRA, 2019, P. 191). Logo, a massa de trabalhadores aumenta vertiginosamente junto das mudanças qualitativas que passamos a observar nas economias dependentes.

gestado nas primeiras décadas do século XX esgotam-se em um prazo relativamente curto. Sua solução se daria por duas adaptações: “a ampliação do consumo das camadas médias, que é criado a partir da mais-valia não acumulada, e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição sine qua non para baratear as mercadorias” (MARINI, 2005, p. 172).

Agindo sozinha, a segunda adaptação por si só promoveria transformações de estilo semelhante às economias centrais - isto é, uma mudança do eixo de acumulação, passando da exploração intensiva do trabalhador para o aumento de sua capacidade produtiva. Entretanto, esse movimento é contra-arrastado pelo primeiro, considerando sobretudo que a ampliação da renda dos setores médios está conectada com um acréscimo da extração de mais-valor, conseqüentemente, comprimindo a renda dos trabalhadores (MARINI, 2005, p. 173).

Em última instância, somente com a penetração tecnológica e financeira estrangeira é que observa-se uma novidade na gestão dos problemas de realização encarados aqui. O capital estrangeiro adquire importância singular na medida em que expressa o próprio poderio que o capitalismo alcança na "etapa superior do capitalismo"; o setor mercantil-exportador já não conseguia satisfazer integralmente a necessidade de divisas do capitalismo industrial para seguir com o processo substitutivo de importações (MARINI, 2005, p. 173), e assim escancara-se a incapacidade de sustentar a ampliação de capital constante sem recorrer à forças externas.

A respeito do primeiro, convém resgatar brevemente a definição sobre o Imperialismo categorizada por Lenin (2012, p. 124),

Se fosse necessário definir o imperialismo da forma mais breve possível, dever-se-ia dizer que ele é o estágio monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais, e por outro, a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido.

Prossegue ele, logo adiante, elencando cinco características fundamentais desse processo e que não podem escapar à análise do sistema internacional no século XX:

1. a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro", da oligarquia financeira;

3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si;
5. conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 2012, p. 124).

Recapitulo: o interregno assinalado pelo período de crise e das guerras permitiu a expansão, em larga escala, de um projeto nacionalista de desenvolvimento e a consituição de um poder hegemônico interno nos países latino-americanos que progrediu, à medida que pôde, na construção de setores dinâmicos. Já avançados no processo de construção de um “parque” nacional, em que a produção posteriormente passa a sofrer dos limites estruturais da circulação restrita das economias dependentes, as ambições maiores das classes dominantes colidiram entre i) suas incapacidades financeiras e tecnológicas e ii) os setores exportadores e as potências imperialistas - ou seja, as ambições teriam de, necessariamente, tomar o “remédio amargo” e isso assinalou, naturalmente, um processo conflituoso intra-classe.

Aqui subsiste a própria vulnerabilidade da produção tecnológica em países como o Brasil assinalada por Bambirra - a industrialização, conquanto restrita ao setor de bens de consumo, conseguia se satisfazer pela lógica “mais simples” na aliança com o setor exportador para importar maquinário e matérias primas. Na medida em que esse problema de realização tornou-se mais evidente, a fragilidade de pesquisa e inovação somou limitações para as burguesias nacionais, limitações essas que, inegavelmente, eram atraentes no plano internacional para a valorização do capital concentrado em nível monopólico (BAMBIRRA, 2019, p. 138).

Fato é que, seguindo na esteira leninista, Marini assinala que

Por volta de 1950, ela [a economia internacional] havia superado a crise que a afetara, a partir da década de 1910, e se encontrava já reorganizada sob a égide estadunidense. O avanço conseguido pela concentração de capital em escala mundial coloca então nas mãos das grandes corporações imperialistas uma abundância de recursos, que necessitam buscar aplicação no exterior. O traço significativo do período é que esse fluxo de capital para a periferia se orienta de forma preferencial para o setor industrial (MARINI, 2005, p. 174).

E, conjugando a questão do imperialismo com a fragilidade tecnológica que Bambirra ressalta, o que temos é que outra

razão da integração do sistema de produção é dada pelo grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais,

acompanhado de uma aceleração considerável do progresso tecnológico. Isto fez com que, por um lado, os tipos de equipamentos produzidos, sempre mais sofisticados, devessem ser aplicados em atividades industriais mais elaboradas nos países periféricos, existindo interesse, por parte dos países centrais, de impulsionar ali o processo de industrialização. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu, nos países centrais, o prazo de reposição do capital fixo - que passou de uma média de oito anos para quatro anos -, surgiu a necessidade de exportar para a periferia os equipamentos e máquinas que se tornavam obsoletos e ainda não tinham sido totalmente amortizados (MARINI, 2017, p. 59).

Esse fenômeno de integração com os capitais e tecnologia estrangeiros cria o que Bambirra (2019, p. 143) categoriza como *mecanismos acumulativos da dependência*. A noção de acumulativo é resultado do processo de ampliação do controle do capital externo sobre o capitalismo dependente, mediante a espiral que as empresas imperialistas criam: “dos lucros obtidos, uma parte, em geral pequena, é reinvestida; outra parte é enviada ao exterior como remessa de lucros, que aumenta indiretamente através dos pagamentos de royalties, de serviços técnicos e de depreciação, cujo resultado é a descapitalização da economia” (BAMBIRRA, 2019, p. 143, grifo meu).

Ou seja, no momento em que começam a surgir os déficits na balança de pagamentos de diferentes países dependentes, cuja resolução só é possível mediante empréstimos externos, aumenta-se a dívida externa, que aumenta, por sua vez, a necessidade de mais capital estrangeiro em um processo que poderia se visualizar como um dominó da dependência. Toda a economia passa a ser impregnada, necessariamente, pelo capital imperialista.²⁰

Fato é que esse fenômeno, em sua totalidade, abarca a formação de uma nova divisão internacional do trabalho, cuja característica fundamental é a transferência “para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como o Brasil já exportam aço)” (MARINI, 2005, p. 174). Aos centros imperialistas é reservado o processo mais avançado, dedicado à criação da indústria eletrônica-pesada em geral, inovações em diferentes campos estratégicos, seja da comunicação, seja energético, seja militar, sempre atrelado ao monopólio correspondente, isto

²⁰ Aqui reside talvez das últimas rebarbas enfrentadas pelas inspirações autônomas-nacionalistas em contraposição às tendências integradoras do imperialismo, ao que redundaram, de uma vez só, nas críticas que à TMD já colocava dentro da práxis de esquerda (nomeadamente, ao etapismo da III Internacional), como também nas consequências subsequentes da década de 1960, à medida que as partes subservientes ao poderio estadunidense hegemônico solapam politicamente o país através do golpe militar.

é, as patentes, cuja importância é fundamental até os dias de hoje (BAMBIRRA, 2019, p. 141).

Esse processo é complexo e atravessará também a dinâmica do segundo capítulo da presente monografia, mas é importante pontuar que podemos perceber uma hierarquização do processo produtivo em um sentido internacional. E esse mesmo processo possui uma compenetração das relações de produção e circulação, dada a origem de seus recursos ser cada vez mais centralizada. É o que os teóricos da TMD chamaram de “novo caráter da dependência” (SANTOS, 1978; BAMBIRRA, 2019, p. 125), constituído especialmente a partir de 1945. Suas características fundamentais são:

1. O controle e domínio, por parte do capital estrangeiro, dos novos setores e ramos produtivos industriais, que desde então começaram a se desenvolver.
2. A intensificação da monopolização, concentração e centralização da economia, que se expressa através da instalação das grandes empresas e da absorção, por parte destas, de empresas nacionais, mediante compras, fusões, associações, etc.
3. O processo de desnacionalização progressiva da propriedade privada dos meios de produção nos setores industriais até então controlados pelos produtores nacionais.
4. A integração, cada vez mais articulada, dos interesses das classes dominantes locais, o que se reflete nas políticas econômicas nacionais, além da integração das políticas externas dos países dependentes à política dos Estados Unidos para a América, acompanhada também de uma integração do âmbito militar (BAMBIRRA, 2019, p. 126).

Não podemos esquecer, entretanto, que o fenômeno da exploração e apropriação de mais-valor segue tendo uma base nacional. A esse respeito, Marini anuncia a consequência desse processo para a classe trabalhadora, dado que (2017, p. 62)

O mecanismo da associação de capitais é a forma que consagra esta integração, que não apenas desnacionaliza definitivamente a burguesia local, como também, entrelaçada à diminuição relativa do emprego de mão de obra própria do setor secundário latino-americano, consolida a prática abusiva de preços como meio para a compensar a redução concomitante do mercado [...]. O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho.

Ora, a dramaticidade desse processo é uma consequência própria das novidades do processo de integração, como bem relembra o autor na parte final de *Dialética da Dependência*. Considerando que o

progresso tecnológico caracteriza-se pela economia de força de trabalho que, seja em termos de tempo, seja em termos de esforço, o operário deve dedicar para a produção de uma certa massa de bens. É natural, portanto, que, globalmente, seu resultado seja a redução do tempo de trabalho produtivo em relação ao tempo total disponível para a produção o que, na sociedade capitalista, se manifesta por meio da diminuição da população operária paralelamente ao crescimento da população que se dedica a atividades não produtivas, às que corresponde os serviços (MARINI, 2005, p. 176).

Em termos de uma economia dependente, conjugando ambos os excertos, fica claro que os efeitos aqui são perversos, já que concomitante à redução da população produtiva, existe um crescimento das camadas sociais não produtivas. Os problemas de realização e de lucro dentro da economia são reajustados de tal maneira que permita-se a intensificação do ritmo de trabalho do operário, elevando sua produtividade e, junto de tudo isso, apropriando-se do fundo próprio para sua subsistência. A dissociação entre esfera alta e esfera baixa, como visto no começo da seção, persiste e na verdade se agrava portanto nas economias dependentes, dado que nossa produção, cumprindo um novo papel na D.I.T, só atende setores populares nas economias centrais e as parcelas correspondentes a um poder de consumo relativamente alto dentro dos países latino-americanos, e estas últimas dependem, necessariamente, da compressão do consumo da classe trabalhadora (MARINI, 2005, p. 178).

Considerando que todo progresso da técnica e seu correspondente ganho de produtividade não se traduz em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia (o que implicaria, como foi visto, no barateamento dos bens-salário da classe trabalhadora), mas sim através da massa de valor realizado, se tem aqui a chave para compreender a reprodução ampliada da dialética da dependência agora sob uma nova etapa mundial.

Logo, o progresso técnico caminha, na verdade, lado-a-lado com uma *maior* exploração do trabalhador, porque a acumulação “continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor - e portanto de mais-valia - que da taxa de mais-valia” (MARINI, 2005, p. 177).

Ainda assim, subsiste uma questão fundamental: a maior oferta de mercadorias dentro das economias latino-americanas coloca em xeque constante a realização de sua oferta. Entra

em ação um pilar caro à essa monografia: o Estado. Considerando a derrota da burguesia nacionalista, consagrada pela instauração das ditaduras militares em diferentes países do continente, temos “a acentuação do papel dirigente do Estado e ao aumento considerável dos gastos militares, que vão se tornando, em escala crescente, parte da demanda de uma oferta industrial que não pode se basear na expansão do consumo popular” (MARINI, 2017, p. 63).

Além da “ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo supérfluo” o Estado também é utilizado para “intervir na inflação, com o propósito de transferir poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação; isso implicou em rebaixar ainda mais os salários reais, com o objetivo de contar com excedentes suficientes para efetuar a transferência de renda” (MARINI, 2005, p. 177-178). Em um largo prazo, todo esse processo burocrático servirá para constituição de uma classe média que consiga dar sustentação à economia dependente.

Assim, enquanto as indústrias de bens supérfluos encontraram solo fértil para crescimento, as indústrias que eram voltadas ao consumo das massas enfrentam não só contornos dramáticos de demanda, mas tampouco recebem estímulos ao investimento tecnológico em si. A conclusão desse processo não poderia ser outra senão que a estrutura industrial de nossos países alcança uma adequação à estrutura própria de circulação do capitalismo dependente, apoiada invariavelmente na superexploração da força-trabalho.

As condições sociais que se generalizam no século XX assombram até os dias de hoje, em larga escala, o povo brasileiro. Dentre elas, uma das mais evidentes é a contradição entre campo e cidade. Considerando o próprio diagnóstico encampado por Celso Furtado e João Goulart no documento *Síntese do Plano Trienal de Desenvolvimento* (apud MARINI, 2017, p. 84), as razões para tamanho subdesenvolvimento no campo estavam diretamente relacionadas à “absurda e antieconômica distribuição das terras”. Assinala Marini (2017, p. 85) que

Essa estrutura, que deixa mais da metade das terras nas mãos de menos de 26% dos proprietários, enquanto mantém, em 10% das terras, 75% da população ativa rural em condições de muito baixa produtividade, coloca a maioria dos camponeses em uma situação permanente de subemprego e de miséria, permitindo, além disso, que toda a riqueza produzida no setor agrícola seja apropriada por uma minoria de latifundiários, através do arrendamento da terra.

Não surpreende, por óbvio, o tema da reforma agrária persistir com tamanha atualidade. A situação é agravada ainda à medida que

qualquer transformação tecnológica introduzida no trabalho agrícola, como a utilização de equipamentos e fertilizantes produzidos pela indústria, não se reflete em uma melhoria real da situação do camponês. Pelo contrário, é fonte de desemprego, forçando o trabalhador rural a fugir para as cidades, onde, por um lado, irá somar-se ao triste quadro de favelas cariocas, dos mocambos de Recife, das cidades-satélites de Brasília, e por outro lado, irá aviltar o nível dos salários urbanos, devido ao aumento da oferta de mão de obra (MARINI, 2017, p. 86).

Conjugados os problemas do campo aos colocados ao longo dessa seção, outra contradição fundamental colocada por Vânia Bambirra (2019, p. 177) do capitalismo dependente em seu estágio monopólico é que

O processo de industrialização se desenvolveu baseado fundamentalmente no crescimento dos mercados urbanos, sem poder gerar uma incorporação extensa dos mercados rurais potenciais. Isso significou, sem dúvida, uma limitação substancial para o desenvolvimento da indústria [...]. A exploração intensiva dos mercados existentes, localizados nas zonas urbanas, não é capaz de resolver o problema da capacidade ociosa da indústria, que, em vários ramos, chega a variar entre 30, 40% ou mais.

Isso me leva, por fim, ao elemento final desta presente seção. Reiterei, em diferentes vezes, a importância de dedicar-se ao estudo das condições com que se produz e reproduz a vida social, resgatando o sentido do trabalho durante o período colonial, mercantil-exportador e, agora por fim, no capitalismo dependente plenamente estabelecido. Nota-se que entre a progressão dos dois últimos não subsiste uma transformação radical no sentido de *como* se explora a força-trabalho, mas sim uma intensificação em torno da superexploração da força-trabalho como pilar fundamental para o pleno funcionamento do ciclo do capital no capitalismo dependente.

Dado que, em meio ao desenvolvimento industrial, tecnológico e imperialista, expandem-se problemas de realização cuja única possibilidade de mediação, como também frisado ao longo do capítulo, é o Estado, podemos finalizar tratando do que Bambirra (2019) chamou de *Estado amalgamado*. Dada a codependência das classes oligárquicas e burguesas, seu compromisso

realizado através da orientação impressa à política estatal, tende a se manter, década após década. E, ainda que os interesses industrializantes sejam aqueles que definitivamente predominam e que o Estado cumpra sistematicamente as metas infraestruturais - abrindo caminho para a

realização do desenvolvimento burguês -, suas funções paternalistas seguem vigentes, restringindo muitas vezes a adoção completa de medidas indispensáveis ao pleno desenvolvimento capitalista (BAMBIRRA, 2019, p. 196).

Em outras palavras, o ponto de Vânia dedica-se a explicitar que, a despeito do conservadorismo que reflete a estrutura agrária dentro dos países dependentes - muitas vezes atrasando a própria inserção tecnológica e melhor integração entre as cadeias produtivas do país -, o Estado amalgamado é um imperativo, um mediador que joga diferentes funções de dominação e concessão para a estabilidade política de seus países.

Um exemplo claro dessa função é a década de 1960 e o Estado brasileiro. Existem diferentes questões de cunho internacional e nacional que jogam em favor da intervenção militar, mas um dos pontos-chave eram as reformas de base estipuladas por João Goulart. Logo,

Ainda que no Brasil tenha se concretizado o modelo mais radical de repressão econômica e política contra as classes dominadas, devido às metas do desenvolvimento burguês, ali a burguesia tampouco foi capaz de superar completamente a contradição resultante da necessidade de que o Estado, mesmo sendo um órgão de sua dominação, tivesse que exercer certas funções de proteção de interesses de outras classes (BAMBIRRA, 2019, p. 197).

Além de, portanto, mediar as situações inter-classe do país, reprimir as articulações de cunho popular e transformador, o Estado burguês também teve de fazer concessões dentro de seu aparato burocrático, através de diferentes políticas empregatícias, salariais e de subsídio com o intuito de justamente estabilizar os conflitos próprios da estrutura de classes de nosso país. À guisa de uma conclusão de capítulo, o que observo com o advento do Imperialismo é a complexificação de problemas internos, cuja resolução não poderia ser mediada dentro dos limites do Estado, já que este último é elemento constitutivo do capitalismo dependente.

Nas palavras de Bambirra, ao final de seu livro, podemos observar a totalidade dessa situação, em que

ocorre, portanto, a desnacionalização progressiva da propriedade dos meios de produção, que corresponde a perda simultânea do controle nacional sobre o processo produtivo. E, desta forma, embora se realize um processo paralelo de fortalecimento do capitalismo de Estado, no plano econômico o mesmo se expressa no crescimento do controle do Estado sobre setores infraestruturais que não competem diretamente com o capital estrangeiro, mas, ao contrário, cuja expansão favorece o funcionamento daquele [...]. O

capitalismo de Estado, tende pois, a se combinar com o capital estrangeiro e a compartilhar com este os mecanismos de poder; e, mais ainda, a transformar-se no agente da dominação burguesa imperialista (BAMBIRRA, 2019, p. 216).

Uma cisão, portanto, com as estruturas sociais vigentes nos países latino-americanos foi, é e será um tema de discussão de relevância fundamental em termos de busca por condições dignas ao povo. À medida que se observa a progressão entre um padrão de reprodução do capital agrário-exportador para o de industrialização-dependente, é possível perceber também que o diagnóstico em torno da necessidade da industrialização como superação de nosso subdesenvolvimento é, em si, contestado pelas condições sociais em que se desdobra esse fenômeno. Isto é, a industrialização denotou na verdade uma piora nas condições e qualidade de vida da classe trabalhadora e das massas nos países latinos (compreendendo, inclusive, a quantidade de pessoas que não são incorporadas ao mercado de trabalho).

O que a história tende a mostrar, e nesse sentido acredito que a TMD tem um papel fundamental para interpretar, é que o eixo da *superexploração da força-trabalho - capital nacional - capital internacional* é indissociável. E, mais além disso, esse eixo se torna cada vez mais violento na medida em que nossa posição, à periferia do sistema, coloca demandas de acumulação cada vez mais difíceis de se realizarem em meio às sucessivas transformações tecnológicas e da própria divisão internacional do trabalho, cuja substância é radicalmente alterada no período da *mundialização do capital*, tema este que será, agora, desenvolvido em nossa segunda seção.

3 VIDA E CAPITAL QUE NÃO PODEM PARAR: A TUMULTUADA HISTÓRIA DA MUNDIALIZAÇÃO E SUAS REPERCUSSÕES PARA A PERIFERIA DO SISTEMA

O capital assume uma configuração diretamente *social*, por várias razões: não é mais um proprietário controlando a "sua" produção, mas proprietários unidos apenas pela própria propriedade, e que precisam converter seu dinheiro, *através de quaisquer mãos*, em mais-valor (FONTES, 2010, p. 29).

O conceito de modo de produção não se limita à atividade econômica imediata, mas remete à *produção da totalidade da vida social*, ou ao modo de existência. A materialidade crucial que está em questão não é a das coisas, mas a dos seres sociais concretos, imersos na historicidade que os constitui (FONTES, 2010, p. 40).

Natural que se inicie, nesse capítulo intermediário da monografia, explicando a estrutura que interpelará as principais mudanças que decorrem da mundialização na América Latina. Dividirei a exposição em dois momentos. O primeiro, como instintivamente aponta a categoria de *mundialização*, buscará explicitar as determinações mais universalizantes que emanam das novas disposições do capital através do sistema internacional.

À luz das epígrafes utilizadas, o objetivo do primeiro momento é tão somente introduzir as mudanças que ocorrem na circulação do capital no sistema internacional. A partir disso, contaremos com uma base capaz de sustentar o segundo momento do capítulo.

Nele, pretendo explicitar como essas tendências universalizantes se reproduzem na particularidade latino-americana. A questão fundamental será compreender como essa nova configuração do capital tensiona a produção da vida social em nosso continente e resulta, necessariamente, em *adaptações* nas sociedades dependentes, ao que exploraremos mais efetivamente no terceiro e último capítulo o caso brasileiro no século XXI.

Antes, no primeiro capítulo, tratou-se de como o trabalho na América Latina foi forjado entre/pelo passado colonial até a gênese de um capitalismo *sui generis*. Agora, me ocupo em como o trabalho passa a corresponder à novas demandas de acumulação que possuem cada vez mais uma vocação internacional - dada a propriedade cada vez mais financeirizada do capital.

O que não gostaria de perder de vista ao longo do capítulo é o fato de que, apesar da fluidez que pode aparentar o capital em sua faceta de maior concentração e alcance global, a remuneração do capital (o mais-valor) segue dependente de trabalhadores com nome e

endereço. Isso determinará, portanto, meu caminho aqui no segundo capítulo: i) partindo do universal, das mudanças (e o porquê delas) no capital em um sentido mundial até o ii) particular, ou de como essas mudanças expressam novas condições para a circulação/participação dos países dependentes na divisão internacional do trabalho.

À guisa de concluir essa introdução, farei algumas pequenas considerações sobre temas de relevância para o fenômeno do capítulo. A primeira é com relação à razão do emprego da categoria de mundialização. Em acordo com Fontes (2010, p. 154), acredito que essa é a maneira mais adequada para conciliar o teor crítico na compreensão de uma nova etapa do capitalismo sem redundar em um abandono de um léxico clássico marxista.

Isso se contrapõe, sobretudo, às categorias de globalização e neoliberalismo. A respeito da primeira, sua utilização *ad nauseam* sublinha a capacidade ideológica do capital em articular uma série de símbolos em torno de um “mundo globalizado” - como um mundo civilizado, em constante progresso através da integração, comércio internacional e cooperação “multilateral”.

Esses últimos são tópicos tão bem quistos, por exemplo, nas Relações Internacionais. Subjaz, no emprego da globalização, a compreensão de que problemas que se agravam ao longo da história recente, como a desigualdade, fome, guerras²¹, etc. seriam pontos fora da curva, à espera de um “ajuste” ou de uma “adaptação” à nova realidade.

Já com relação ao neoliberalismo, empregado de maneira mais recorrente inclusive em leituras de teor crítico, a maior dificuldade, a meu juízo, reside na displicência em seu emprego. Atualmente, essa categoria tem um caráter descritivo, geralmente balizando o debate por vias mecanicistas, definida por associação e soma de agendas/políticas/ideários de austeridade econômico-social, etc.

Assim, embora de fato consiga trazer determinações contemporâneas do capitalismo (a questão da brutalidade com que se explora os trabalhadores é algo diretamente conectado com essa agenda *neoliberal*, por exemplo), ela por si só não dá conta de articular a totalidade do problema que enfrentamos. Ela ainda abre margem para interpretações em um sentido de que

²¹Como lembra Fontes (2010, p. 14), “Novas características resultariam exatamente de sua dilatação em nova escala [do imperialismo]. A perpetuação da violência de classes se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento, tentando dissuadir a classe trabalhadora pela repetição *ad nauseam* de que este é o único modo de existência possível. Violência e convencimento seguem conjugados, na disseminação de verdadeiros exércitos compostos por tanques de pensamento (*think tanks*). Nunca foi dispensável, entretanto, a violência clássica do imperialismo, com repetidas e devastadoras agressões militares e imposição de ditaduras contra inúmeras revoltas populares em diferentes países”.

a agenda neoliberal é *uma* entre tantas opções a ser feita em disputas eleitorais, por exemplo. Ou seja, a categoria não deixa claro que a brutalidade atual é uma *imposição* do atual momento do capitalismo.

Nesse sentido, a categoria

de mundialização do capital é mais elaborada. Procura dar conta do duplo fenômeno (globalização e neoliberalismo), com viés fortemente crítico, associando-a à expansão de um certo tipo de capitalismo (financeirizado), a um certo tipo de política e de ideologia (neoliberal) sem eliminar as características do imperialismo. (FONTES, 2010, p. 154).²²

Feita essa pequena digressão sobre o plano de fundo do segundo capítulo, passo para considerações de alguns outros campos. Se, como comentei, a globalização é uma expressão ideológica, voltada sobretudo aos símbolos das potencialidades e pacificidade de um mundo conectado, resta perguntar para quê e para quem.

Apesar do sentimento deixado pela superação da II Guerra Mundial, a violência não apenas não cessou, como aumentou vertiginosamente. Basta lembrar as disputas por recursos nos países à periferia do sistema, com intervenções diretas e indiretas derramando sangue às expensas do imperialismo na América Latina. O que invariavelmente une esses tópicos, de suma importância aqui, é o país que assume a hegemonia do sistema internacional na última metade do século XX e passa a irradiar sua capacidade de determinar as relações internacionais: os E.U.A.

Em que pese as múltiplas facetas dessa questão, como a própria máquina de guerra que o país se tornou - ou seja, assumindo a vanguarda da violência mundial -, tocar no tema da hegemonia estando apoiado em Fontes (2010) me remete a reiterar a importância de Gramsci na compreensão da mundialização. O poder do capital a partir do centro do sistema internacional repousa também sobre o arcabouço ideológico produzido e disseminado em massa através das tecnologias de comunicação (academia, livros, rádio, TV e, mais recentemente, internet)²³.

²² Fontes prossegue e, ao preocupar-se com manter o debate em torno da totalidade do sistema capitalista que vivemos, propõe outra categorização para ilustrar esse período que emerge, o *capital-imperialismo*. Longe de querer renegar as elaborações da autora (dado que inclusive já reiteramos a inspiração de seu trabalho para a presente monografia), acredito entretanto que a mundialização não deixa em prejuízo o debate e inclusive permite um trânsito com maior facilidade na articulação de diferentes autores.

²³ A homogeneização e colonialismo cultural que evidencia-se concomitante à mundialização não é fruto do acaso, e seu estudo minucioso é imprescindível para compreensão da luta de classes contemporânea. Além de Ludovico Silva e a sua *Mais-valia ideológica*, já citados na introdução, indico a leitura de *A nova razão do mundo - ensaio sobre a sociedade neoliberal* de Dardot & Laval (2016, Ed. Boitempo) sobre essa temática, numa tentativa audaciosa de unir categorias marxianas, foucaltianas e até lacanianas.

Passo, agora, à tarefa de entender as condições da mundialização do capital e como a América Latina adapta-se à nova fase do sistema internacional.

3.1 ASCENSÃO E QUEDA DE UM PADRÃO DE ACUMULAÇÃO - DO PÓS-GUERRA AO ESGOTAMENTO DO FORDISMO

Ao fechar o primeiro capítulo, sublinhei como o capital passou a se organizar no século XX dentro da perspectiva da América Latina. Parto desse mesmo ponto no tempo aqui, porém em um grau de abstração maior. As inflexões do que podemos chamar de um “prelúdio da mundialização” começam após a Segunda Guerra Mundial.

Distante em termos continentais do conflito, os E.U.A conseguiram assumir a vanguarda na divisão internacional do trabalho que emerge das economias no pós-guerra. Um de seus fatos mais clássicos, o socorro feito através do Plano Marshall aos países destruídos pelos conflitos, foi só uma das muitas demonstrações da capacidade política norte-americana. De fato, como constata Fontes (2010, p. 156),

boa parte das ações empreendidas pelos países imperialistas desigualmente saídos da guerra procurava retornar à situação econômica anterior, porém tendo como nova liderança os Estados Unidos. [...] A expansão do imperialismo no seu formato primitivo precisava responder a novas injunções, de diversas ordens. A nova partilha do mundo – militar, social e econômica – envolvia, de um lado, assegurar a convivência entre os países imperialistas beligerantes e, de outro, afirmar mundialmente o poder militar e econômico da liderança dos Estados Unidos diante da inequívoca importância militar e econômica da União Soviética.

Essa hegemonia estadunidense vinha se gestando há alguns anos a partir de condições acumuladas no interior do próprio país. Seu alicerce estava nas transformações positivas para um novo período de acumulação do capital. Ao atravessar a Grande Crise de 1929, o país adotou uma postura de grande intervenção do Estado²⁴ para resguardar a propriedade e

²⁴A respeito das polêmicas clássicas entre o liberalismo e a intervenção do Estado, já desenvolvi alguns comentários em outro trabalho (FERRAZ, 2019, p. 30). A inauguração do período keynesiano não seria nem a primeira, nem a última intervenção do Estado na construção do capitalismo - como bem alerta Karl Polanyi em sua obra *A grande transformação*. Nas palavras do autor húngaro, “A propósito, isto ajuda a esclarecer o verdadeiro significado do termo “intervencionismo”, com o qual os liberais econômicos gostam de demonstrar o oposto da sua própria política, mas que apenas demonstra confusão de pensamento [...]. De forma estrita, o liberalismo econômico é o princípio organizador de uma sociedade na qual a indústria se baseia na instituição de um mercado auto-regulável. É verdade que, uma vez atingido um tal sistema, mesmo aproximadamente, é cada vez menos necessário um certo tipo de intervenção. Todavia, isto não quer dizer que sistema de mercado e intervenção são termos mutuamente exclusivos. Enquanto esse sistema não é estabelecido, os liberais

restabelecer a lucratividade das economias centrais. A resposta veio, inicialmente, através do *New Deal* de Roosevelt (HARVEY, 2008, p. 122).

Para a monografia, interessa como esse processo leva à criação de um pacto em torno da emergente economia fordista. Nesse estágio, o capital já assumia uma vocação imperialista, no sentido de já expressar uma aproximação entre o capital industrial e financeiro. Dada sua concentração crescente e das subseqüentes dificuldades de seguir valorizando-se, o Estado mostrou-se basilar para corrigir a equação com tendências de queda de taxa de lucro.

Como destaca Harvey, esse seria o cerne da história do Keynesianismo (HARVEY, 2008, p. 125). O Estado assumiu, além do compromisso em aquecer a demanda efetiva dentro do mercado interno (sustentando um crescimento com altas taxas de remuneração do capital), talvez o seu ápice enquanto conciliador entre classes.

Nesse sentido, basta lembrar a força dos movimentos sindicais e de reivindicação por direitos existentes na época, impulsionados pelas experiências de classe e pelas pressões advindas do ideário socialista²⁵. O trabalho nos países centrais alcançava, portanto, uma de suas posições mais confortáveis na história do capitalismo. Podemos compreender que o fordismo significava então um “padrão de acumulação” assentado no

consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática (HARVEY, 2008, p. 121).

O capital é, assim, desafogado internamente e externamente, consideradas também as importantes proposições dos autores da TMD acerca de como os países dependentes também subsidiaram uma redução no preço de manutenção da classe trabalhadora nos países centrais. A partir dessas determinações, observamos o salto qualitativo do período do pós-guerra, assinalado pela

ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os

econômicos apelarão, sem hesitar, para a intervenção do estado a fim de estabelecê-lo e, uma vez estabelecido, a fim de mantê-lo” (Polanyi, 2000, p. 181).

²⁵ Muito esclarecedor de como essas experiências conectavam-se através da III Internacional e dos PC's da época, ligados ao Komintern ou não, é a obra de Vijay Prashad, *Estrela vermelha sobre o terceiro mundo* (2019, Ed. Expressão Popular).

eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico (HARVEY, 2008, p. 125).

Em termos de circulação do capital, pode-se visualizar que internacionalmente, além dos auxílios no pós-guerra, a consolidação do fordismo enquanto padrão de acumulação dos países centrais acentuou-se sobretudo pela própria penetração dos capitais em países com grau de desenvolvimento heterogêneo. A Europa é um dos exemplos claros disso ao acolher investimentos estadunidenses nesse bloco histórico (HARVEY, 2008, p. 131).

O sustentáculo final dessa nova forma de reprodução do capital residia na própria capacidade de se ditar o ritmo do desenvolvimento econômico mundial a partir das políticas monetárias internas estadunidenses. Isso se explica a partir do estabelecimento do dólar como moeda de reserva mundial através do acordo de Bretton Woods em 1944.

Os Estados Unidos da América agia, portanto, “como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente” (HARVEY, 2008, p. 131).

As condições dessa reprodução do capital só vão alterar-se à década de 1970, quando o fordismo, enquanto resposta para manutenção da taxa de lucro, começa a dar sinais de esgotamento. Nas palavras de Harvey (2008, p. 134),

Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia. Só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início.

Na interpretação de Harvey (2008, p. 135), as razões para tal transição acontecer acumularam-se por toda a década de 1960, distribuídas em dois pontos. O primeiro, a capacidade de outros países criarem novos instrumentos de moeda e de serviço de crédito, minando o poderio do dólar. O segundo, o grau de industrialização de países centrais na divisão internacional vigente, realocando parcelas distintas de demanda efetiva no comércio internacional e esfriando, portanto, as bases do crescimento que se observara até então da economia estadunidense.

Harvey (2008, p. 135) busca sintetizar essas dificuldades através da particularidade demasiadamente *rígida* das estruturas de acumulação do fordismo. Subjazia, entre as economias centrais, uma expectativa de demanda e de crescimentos constantes, ao que seus

respectivos encadeamentos produtivos estavam assentados em uma perspectiva de longo prazo (mercados, recursos, insumos, contratos de trabalho), impedindo adaptações para reversões no consumo das massas, por exemplo.

Ou seja, o planejamento das empresas e do capitalismo vigente era incapaz de assimilar e responder ao dinamismo crescente das relações econômicas. Isso só se agravaria, como podemos imaginar, na medida em que as revoluções tecnológicas passam a transformar completamente o comércio internacional. Os sintomas não tardaram em aparecer - a inflação, monstro que aflige discursos e análises acerca do “equilíbrio econômico” até os dias de hoje, descortina o tamanho do abismo com que o capitalismo e os Estados defrontavam-se.

Quer seja pela dificuldade de conter a desvalorização das moedas, ou por fatores externos como as crises do petróleo²⁶, inauguraram-se uma série de processos para o combate da “estagflação”. Essa última categoria faz referência à estagnação sistêmica na produção de bens e a alta inflação que afetava os preços internacionalmente (HARVEY, 2008, p. 140).

Como destacamos à luz da obra de Ludovico Silva, a ideologia é expressão das relações sociais de seu tempo, e não é surpresa que aqui coincida o surgimento da agenda *neoliberal*. Se a categoria neoliberalismo possui importância, está diretamente conectada com a capacidade de interpelar as políticas e discursos que surgem à essa época não como mero vilanismo da burguesia em um sentido internacional, mas sobretudo pelo novo pedido de socorro das classes dominantes existentes.

Isso não poderia ser feito, como veremos, sem profundas transformações na própria forma com que essas classes se articulavam e exploravam o trabalho, ponto que aqui alcanço, então, a categoria *mundialização do capital*²⁷.

26Consequências inclusive da ferocidade dos Estados centrais em atender a valorização do capital de suas classes dominantes e do subsequente acesso a recursos estratégicos. A tragicidade dos fenômenos imperialistas pode ser observada, inclusive, pelas disputas e consequências que povos do Oriente Médio e Leste Europeu vivem até os dias de hoje.

27Harvey, nas páginas subsequentes da obra utilizada, introduz sua categoria de acumulação flexível, cuja relevância é reconhecível. Não acreditamos, entretanto, que a mesma permita o manejo mais preciso de categorias clássicas do marxismo para entender o fenômeno em destaque. Acompanharemos, portanto, a leitura de outros autores sobre as consequências da *crise do fordismo* que Harvey soube introduzir com habilidade. A título de indicação para um debate sobre a produção do geógrafo marxista, indicamos a sessão de *Debates Teóricos de O Brasil e o Capital-imperialismo* de Virgínia Fontes (2010).

3.2 DO PRELÚDIO À SINFONIA DA SALVAÇÃO - OU DE COMO A ESPIRAL CAPITALISTA ENTRA EM UMA NOVA FASE DE CONCENTRAÇÃO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO

Tratar do fenômeno da mundialização, dentro do método crítico-dialético, demanda um cuidado em assimilar e reproduzir as novas determinações do capitalismo ao final do século sem deixar-se levar pela tipificação exageradamente comovida com o mundo que emerge. Como bem coloca Jaime Osorio (2019, p. 162),

A formação do capitalismo como sistema mundial constitui um processo no qual é possível distinguir diversas etapas. *A mundialização se refere a uma etapa particular desse processo.* Com essa afirmação nos distanciamos das visões que consideram a mundialização como algo inerente ao capitalismo desde suas origens [...] Mas também nos distanciamos daqueles que analisam a mundialização (ou globalização, na linguagem vulgar) como um fenômeno inédito [...] sem possibilidade de relacioná-la com o processo histórico do qual é parte.

Pois bem, faço um resumo do que eu trouxe até aqui. Situei, no capítulo I, as contradições fundantes do capitalismo dependente e a interpelação de seu ciclo de reprodução pelos ditames das relações internacionais em seu estágio imperialista; também trouxe as dificuldades que países dependentes enfrentam ao final de sua integração monopólica, por sua dependência tecnológica e também pelos problemas de realização que enfrentam a partir da industrialização.

Assim, passo agora para uma contextualização dos fenômenos que atravessam a construção do sistema capitalista, sobretudo na segunda metade do século XX. Assim será possível assimilar a totalidade articulada entre o universal e o particular - respectivamente, o pós-Guerra e a reconfiguração das economias centrais, e as repercussões no desenvolvimento do capitalismo dependente.

Esse movimento permite entender sobredeterminações desses processos (como lembramos, por exemplo, na questão da redução do custo de vida da classe trabalhadora em países centrais). A questão que me ocupa de agora em diante é como i) aprofundam-se as determinações externas sobre as relações internas dos países e ii) a contradição que envolve o Estado durante esse processo.

Isso demanda algumas distinções entre categorias utilizadas até aqui. A mais importante é entre a categoria imperialismo e a mundialização. O imperialismo, introduzido

ainda no primeiro capítulo, representa um processo particular, novo e fundamental na acumulação e reprodução do capital. O *estágio superior do capitalismo* é, portanto, um salto qualitativo nas relações sociais que organizam a luta de classes e se estende no espaço e no tempo desde o capitalismo do século XX.

Por sua vez, assimilo a mundialização mais em termos de *periodização* acerca do sistema mundial. Ela transcorre “impregnada de imperialismo” para usar a expressão de Fontes (2010, p. 149). A substância fundamental desse fenômeno é a reorganização do sistema internacional para acomodar o capital financeiro/monetário. Ou seja, a mundialização trata da reorganização de Estados, das sociedades, da categoria trabalho, do plano ideológico, a partir de uma complexa teia pelas próprias dinâmicas de urbanização, comunicação e revoluções tecnológicas (OSORIO, 2019, p. 164-165).

O imperialismo, portanto, segue sendo uma categoria fundamental por ser ela que expressa sobretudo o processo histórico de acumulação e reprodução do capital a partir de um novo patamar qualitativo, que assinala a proximidade do capital industrial/funcionante com o financeiro/monetário. Essa aproximação, como se imagina, permite organizar seus recursos para a reprodução ampliada de sua acumulação, através da concentração e centralização de capitais.

Em seu desenvolvimento, o imperialismo apresenta na mundialização características novas que estão destacadas pela própria epígrafe desse capítulo - temos agora proprietários unidos apenas pela própria propriedade do capital, ao que delegam a responsabilidade de valorização de seus recursos aos diferentes capitais funcionantes através do planeta.

A reorganização do sistema financeiro e a emergência de fluxos transnacionais - capitaneados por novas formações empresariais, entre bancos, seguradoras, multinacionais (via bolsa de valores) - são os pilares da mundialização. Expressam essa conversão dos grandes proprietários capitalistas em proprietários de capital sob forma monetária, e aí reside uma transição especial destacada por Fontes (2010, p. 28, grifo meu), já que

em primeiro lugar, a expansão bancária deriva da expansão da acumulação capitalista; em segundo lugar, a assegura; finalmente, a autonomização do capital monetário, originário de diferentes atividades de produção de valor, dirige e impulsiona o conjunto da atividade de extração de mais-valor, o que pode ocorrer através dos bancos (como locais de reunião dessas massas de capitais, cujos proprietários podem ou não ser banqueiros) ou de outras formas de reunião e controle de tais massas de capitais.

A mundialização corresponde, portanto, às escalas e a *forma* com que o capital passa a transitar e transformar estruturas no sistema internacional para continuar a vocação fundamental de valorizar-se. Ou seja,

A economia mundial entrou em crise e, com um intenso esforço, trata de recuperar a taxa de lucro e alcançar um novo ciclo de crescimento. Nesta tarefa, o capitalismo acelera e intensifica suas tendências a operar em escala planetária, transformando a economia mundial no espaço em que põe em marcha os diversos mecanismos que *contrarrestam a queda da taxa de lucro e que permitem superar a fase depressiva*. As principais tendências que caracterizam a reprodução do capital no final do século XX e início do século XXI podem ser interpretadas como [...]: aumento do grau de exploração da classe trabalhadora, redução do salário abaixo do valor da força de trabalho, barateamento dos elementos que formam o capital constante, aumento da superpopulação relativa, intensificação do comércio exterior, aos quais é preciso agregar, entre outros processos, as revoluções tecnológicas a expansão do mercado mundial e inclusive as guerras (OSORIO, 2019, p. 167).

Osorio elenca, ao final da citação, uma série de instrumentos e medidas que correspondem ao movimento capitaneado pelo capital para resguardar sua lucratividade. Ainda, o mesmo destaca como a mundialização foi favorecida pelos

avanços nas comunicações e nos transportes, que permitem multiplicar e acelerar transações financeiras e movimentações de capital, bem como de mercadorias. Esses avanços também tornam rentável a *segmentação dos processos produtivos e o estabelecimento da chamada “fábrica mundial”* (OSORIO, 2019, p. 168, grifo meu).

A esse respeito, Fontes (2010, p. 189) relembra que, apesar da substância homogeneizadora que representa a mundialização e sua face ideológica, essa evolução do capitalismo supõe doses crescentes de violência e desigualdades. A autora desenvolve acerca dessa “fábrica mundial” referida por Osorio, também conhecida no meio das Relações Internacionais como a *formação das cadeias globais de valor*, apontando que

o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e da concentração de capitais a partir da década de 1960, a aproximação cultural (violenta e também persuasiva) entre povos e culturas distantes e distintas significou uma maior complexidade social [...]. Aprofunda expropriações incidindo sobre diferentes áreas da vida social e humana, e implica uma homogeneização mercantil da existência, fomentadora de mais dramáticas desigualdades, mas promove uma unificação que transparece nas imposições

“globalizantes” e na formulação de um “pensamento único”, que supõe a eliminação mágica das contradições que tal unificação suscita.

Essa preocupação é compartilhada por Osorio (2019, p. 170),

Contudo, essa espécie de fragmentação territorial do ciclo do capital não implica que o capitalismo tenha entrado numa etapa de "desterritorialização" da acumulação. Não estamos diante do "fim da geografia", entendido como a ação de um capital sem bases territoriais, que circularia por redes sem hierarquias e sem núcleos articuladores, conforme sugere a imagem proposta por Castells. Ao contrário, na nova etapa a reprodução dá novos brios à conformação de economias imperialistas e economias dependentes, de núcleos espaciais privilegiados de acumulação frente a vastos territórios em que predomina a *desacumulação*²⁸.

À guisa de sintetizar o debate feito até aqui, é importante situar o período da mundialização como uma resposta, uma gestão da crise descrita na seção 1. Dentro da teoria dos ciclos longos de Kondratieff, Osorio (2005, p. 44) assinala em outro trabalho seu que

La mundialización cubre la fase descendente, recesiva, del largo ciclo de expansión capitalista que se inició con posterioridad a la segunda guerra y que tuvo a Estados Unidos como eje central de la acumulación mundial. Esa fase descendente pone de manifiesto el fin de una modalidad de reproducción del capital en el centro, en la semiperiferia y en la periferia, así como el fin de la DIT que acompañó a esa reproducción en el sistema mundial capitalista, y de las correlaciones de fuerza que acompañaron estos procesos, con la apertura de un periodo de *significativas pérdidas de posiciones del trabajo frente al capital*.

Interpelo essa citação com outro aspecto fundamental pinçado por Fontes na *forma* assumida pelo capital internacional além de seu formato monetário/financeiro no pós-guerra: as empresas multinacionais. Desenvolvendo nosso ponto sobre a distinção entre o imperialismo e a mundialização, pontua ela que

O que era um anúncio precoce do capital monopolista, em 1914, se concretizaria de fato no imediato pós-Segunda Guerra Mundial através da enorme expansão de empresas multinacionais que, centradas em países específicos, admitiam participação societária de capitais forâneos. Sua característica mais importante para nosso intuito, entretanto, *foi sua escala de atuação uma vez que passaram a implantar subsidiárias em outros países e a atuar tanto no mercado quanto na produção em níveis mundiais*,

²⁸Nota de rodapé do autor. Por exemplo, entre 1976 e 1997, “a América Latina forneceu a outras regiões um total de 2.051.619.100 de dólares em transferências de excedentes [...] como pagamento de serviços da dívida, perdas de trocas, fugas de capitais, lucro líquido repatriado e erros e omissões” (FERNANDEZ & PETRAS apud OSORIO, p. 111-112).

impelindo a um salto organizativo, a formas de gerenciamento ampliadas e resultando em enorme lucratividade (FONTES, 2010, p. 157, grifo meu).

Todas estas questões, embora já presentes à época das discussões pós-Guerra - como em Bretton Woods e a formação de instituições multilaterais com agendas bem definidas (como BIRD, BM e FMI) -, só vão desabrochar com pleno vigor no período da mundialização. Situadas entre a tensão geopolítica e da crise do capital, as disputas do capital só conseguem as condições concretas de forças para avançar, portanto, na década de 1970 em função:

1. Do desmantelamento da bipolaridade contra o bloco soviético, descortinando a vitória do capital e do "There's No Alternative" (TINA)²⁹;
2. Das consequências da crise do capital, isto é, os efeitos do desemprego³⁰ e da inflação gerarem uma submissão à agenda *neoliberal* em desenvolvimento³¹.
3. Por fim, na América Latina, a própria consequência da dívida internacional que explode a partir da década de 1980 com as políticas de juros avassaladoras do *Federal Reserve Board* estadunidense, em função dos títulos com juros pós-fixados (FONTES, 2010, p. 193).

Existiriam, por óbvio, uma infinidade a mais de razões para explicar porquê e como dos triunfos do capital ao fim do século XX. Mas, em meu juízo, essas são as questões de maior relevância em conjunto com os próprios problemas gerados pelo ciclo de reprodução do capital dependente, à luz dos argumentos de Bambirra (2019) trazidos no capítulo I e que serão aprofundados de agora em diante.

29 Essa faceta ideológica do "Não há alternativa" teve inegavelmente sua relevância para a construção da mundialização, conforme elaborei em trabalho aqui já referenciado (FERRAZ, 2019). Seus principais expoentes, e a razão de utilizar a sigla em inglês, são o presidente Ronald Reagan nos E.U.A e a primeira-ministra Margaret Thatcher no Reino Unido. A construção de um "novo mundo" por esse viés ideológico é desenvolvida de maneira interessante por Dardot & Laval (2016).

30 Aqui me refiro, sobretudo, ao papel disciplinador e educativo que o desemprego assume. A falta de condições para sustentar-se educa e policia a classe trabalhadora, em um momento de clara desilusão com as alternativas fora do sistema capitalista.

31 Quando falo em desenvolvimento, me refiro ao que viria a ser conhecido como *Consenso de Washington*. Faço referência também à traumática experiência da ditadura militar chilena, um laboratório de testes do notório ideólogo, Milton Friedman. Isso é abordado de melhor maneira no documentário *A doutrina do choque* (2007, Dir. Jonas Cuarón, com base na obra de Naomi Klein). Sobre o contexto chileno prévio, vale menção à obra de Ruy Mauro Marini, *O Reformismo e a contrarrevolução – estudos sobre o Chile* (2019, Ed. Expressão Popular).

Podemos observar um elemento fundamental a partir dessa totalidade interpretada pelos diferentes autores aqui trazidos: o capital e suas formas para reproduzir-se ampliadamente se complexificam. Para concluir toda essa seção, Fontes articula toda problemática habilmente. Constata a autora que

Trata-se da formação internacional de massas crescentes de capital portador de juros, ou de capital que, resultando da exploração de mais-valor, a ela precisa retornar, porém sob modalidades que em muito excedem suas bases de exploração prévia, dada a massa impressionante de valor a valorizar [...]. O movimento dessa megaconcentração é triplo: tende a capturar todos os recursos disponíveis para convertê-los em capital; *precisa promover a disponibilização de massas crescentes da população mundial, reduzidas a pura força de trabalho*, e, enfim, transformar todas as atividades humanas em trabalho, isto é, em formas de produção/extração de valor (2010, p. 165, grifo meu).

Aqui redundam, então, o momento em que universal e particular se conectam. A mundialização do capital, enquanto fenômeno universalizante, condiciona a categoria trabalho sob novas configurações.

Para Fontes (2010, p. 167) isso se resume ao momento em que a “dimensão espacial e histórica do processo de reprodução do capital se alargava, com uma socialização profundamente desigual da força de trabalho, efetivamente internacionalizada”. Retornaremos assim, agora ao fim desse capítulo, à América Latina e a assimilação particular desse fenômeno.

3.3 O MOVIMENTO E O SEU DESENLACE: O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL COMO UMA MEDIAÇÃO ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR

A meu juízo, a mediação propiciada pela categoria *padrão de reprodução do capital* é o que permite a compreensão desse presente trabalho enquanto uma totalidade articulada de momentos, contradições e interpretações. Trarei sua concepção aqui na seção final do capítulo II, já que justifico sua mediação entre universal e particular, mas sem antecipar elementos que necessariamente abarcam o Estado e o Brasil, objeto do capítulo do III. Veremos que a mundialização representa, aqui na América Latina, a transição entre um padrão de reprodução e outro.

Assim, como aponta Osorio no ensaio que sistematiza e propõe definições sobre a categoria, intitulado *Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica* (2012, p. 40),

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles [...].

Seu principal mérito é a capacidade de mediar duas zonas fundamentais no estudo de um fenômeno: i) a zona situada na sua formação histórico-social, que remete à consideração das relações econômico-políticas das unidades envolvidas, entendendo como o processo do capital articula contradições, tensões, crises e soluções e ii) a zona da conjuntura, muito mais delimitada em termos territoriais, políticos e temporais, remetendo sobretudo à correlação de forças entre os agrupamentos humanos particulares dentro de um todo articulado (OSORIO, 2012, p. 40). Ou seja, a categoria ao mesmo tempo “se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios” (OSORIO, 2012, p. 41).

Acredito que seja necessário, antes de alcançar a categoria do padrão de reprodução do capital, retornar à interpretação original de Marini sobre como se lê, de fato, um ciclo da economia, para aí sim colocarmos as determinações do atual momento, já que um padrão é, como perceberemos, *a reprodução ampliada desse ciclo*.

Essas formulações do autor vieram a se efetivar enquanto escritos somente em momentos posteriores aos ensaios fundantes da dialética da dependência, o que explica também a razão desta categoria específica aparecer em nossa exposição somente aqui.

3.3.1 Uma leitura original, criativa e marxista: o ciclo do capital na dependência

Início brevemente pela noção do que é o ciclo na acepção marxiana através do trabalho de Marini, *O ciclo do capital na economia dependente*, de 1979. Relembra ele que

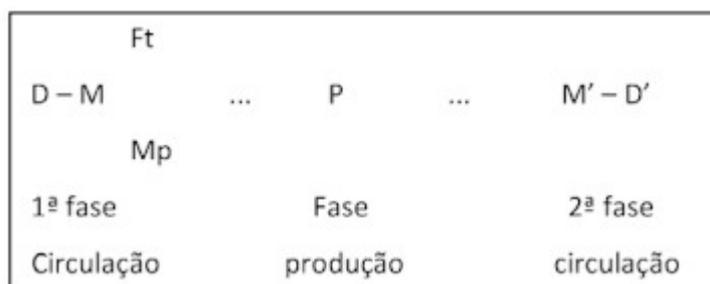
Interessa-nos analisar aqui as três fases do ciclo: circulação, produção e circulação, para o que convém lançar mão da fórmula $D - M \dots P \dots M' - D'$. Esta descreve o movimento pelo qual o dinheiro assume a forma de mercadorias (meios de produção e força de trabalho), naquilo que é a primeira fase da circulação, para dar curso a um processo de produção, do qual resultam mercadorias que devem transitar pela segunda fase da circulação, para que o capital recupere novamente a forma dinheiro (MARINI, 2012, p. 21).

Sobre cada momento desse ciclo, alguns comentários naturalmente já foram feitos ao longo deste trabalho. Sobre a primeira fase da circulação (D - M), tratou-se sobretudo da conjugação entre capital nacional e internacional cuja relação possui tendências homogeneizadoras pela mundialização do capital e cria, assim, uma série de contradições.

Sobre a produção (P), também destacamos que é dela que surge a valorização que remunera o capital, e também é sobre ela que podemos entender melhor a violência do Estado na constituição do capitalismo contemporâneo (seja no centro, seja na periferia). E, acerca da segunda fase da circulação (M' - D'), convém lembrar os problemas de realização que os países dependentes enfrentavam já no período da industrialização por substituição de importações e o também central papel do Estado à essa época.

Passo então ao desenvolvimento com um pouco maior de fôlego sobre cada fase no capitalismo dependente para, assim, delimitarmos a categoria de padrão de reprodução do capital. Deixamos de início, à guisa de uma ilustração e visualização maior, um esquema gráfico para representar a equação que Marini faz referência do ciclo do capital.

Figura 1. Os três ciclos do capital integrados



Fonte: Elaborado por Osorio (2019, p. 83).

Com respeito ao primeiro momento de circulação, devemos nos deter sobre os recursos (D) que compram as mercadorias iniciais para o ciclo (Força-trabalho e matéria prima). Além dos já mencionados capital nacional e estrangeiro (e sua imbricação), existem os investimentos públicos provenientes do Estado. As origens de seus recursos são variadas: transitam entre as transferências de mais-valia para o Estado a partir dos impostos diretos sobre o capital, como também a tributação indireta sobre rendimentos; existem, também, os recursos que se acumulam pela própria agência do Estado enquanto aparelho capitalista com suas empresas estatais.

Passando ao segundo momento da primeira fase da circulação, a compra de mercadorias para a produção, sabemos de algumas de suas determinações já. A exemplo da força-trabalho, sabemos que ela é composta por trabalhadores de uma nação específica, e sabemos dos efeitos que isso implica na periferia do sistema - nomeadamente, a superexploração da força-trabalho.

Além disso, os vetores de capital constante, como terra, matérias primas, etc. possuem determinações nacionais. Entretanto, outra face contraditória desse ciclo é exatamente a maquinaria utilizada, cujas importações implicam um gasto de capital que sai quase que imediatamente rumo ao exterior (MARINI, 2012, p. 27). Essa face da dependência tecnológica, que não suporta o desenvolvimento de um eixo dinâmico de produção de bens capitais, implica em uma drenagem de excedente constante via royalties e assistência técnica, ou seja, uma constante descapitalização da economia.

Essas determinações, em conjunto, levam Marini (2012, p. 28) a concluir que

Na fase de circulação C^1 , portanto, o ciclo do capital dessa economia encontra-se duplamente articulado e é duplamente dependente em relação ao exterior. Essa circulação encontra-se parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro como no que diz respeito ao capital mercadoria.

Agora, me detenho sobre a fase de acumulação e produção, onde gera-se, de fato, o valor das mercadorias. Aqui, a origem do capital é apagada, dado que o processo será executado integralmente no território que se alocam os recursos da primeira fase de circulação.

Mas, considerando as determinações externas sobre a primeira fase de circulação que recém introduzi, subsistem privilégios natos ao capital estrangeiro e suas subsidiárias em territórios periféricos. Isso se dá, como se pode imaginar, pela maior facilidade de acesso à tecnologia e maquinário no centro do sistema internacional. Logo, embora na produção se dê um processo de vocação nacional por excelência, existem sobredeterminações externas. Ao que conclui Marini com isso é que

a partir das condições geradas na primeira fase da circulação, a concentração do capital se acentua, por circunstâncias próprias à esfera da produção em si. As empresas que operam em condições privilegiadas e obtêm sistematicamente uma mais-valia extraordinária concentram porções cada vez maiores da mais-valia produzida e, por conseguinte, do capital que é

investido na economia dependente, por meio do que adquirem *uma posição de dominância indiscutível* (MARINI, 2012, p. 29).

Pode-se falar, inclusive, em um “efeito multiplicador” resultante dessa dominação estrangeira. Marini destaca que, dada a dificuldade de competição frente as empresas de maior dominância, relega-se às empresas médias e pequenas o fardo de recompor suas perdas de lucratividade mediante uma extração maior da massa de valor, cujo processo, conforme vimos no primeiro capítulo, se dá pela superexploração da força-trabalho.

E aqui resulta a triangulação desse “efeito multiplicador” em um sentido de agravamento das condições da classe trabalhadora - o próprio movimento dessas empresas médias e baixas acaba por facilitar, por consequência, a exploração executada pelo grande capital. Isso explica-se pelo fato do capital monopolista empregar a mesma força-trabalho (acabamos de destacar que a produção é um processo de cunho nacional).

Logo, se o nível médio fixado salarial é pressionado para baixo pelas condições médias de trabalho, o capital monopolista é duplamente favorecido - pelo lucro extraordinário decorrente da mais-valia extraída em conjunto com “tecnologias de ponta”, e também pela curva descendente dos gastos com capital variável. “Estabelece-se assim um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende sempre a ser deprimida, pelo fato de que se deprime artificialmente o preço do trabalho, o salário. Isso terá consequências, como veremos para as condições em que se realiza a segunda fase da circulação” (MARINI, 2012, p. 30).

Os contornos finais desse processo já estavam estabelecidos, em alguma medida, pelas conclusões que trouxemos no primeiro capítulo. A introdução da técnica e do progresso tecnológico permitem ganhos de produtividade e, portanto, incorrem em uma dependência reduzida da mão-de-obra humana na segunda fase do ciclo do capital.

Para a categoria trabalho, esse processo tecnológico representa a formação rápida e crescente de um exército industrial de reserva, o que dificulta quaisquer tipo de contramovimentações da classe trabalhadora por melhores condições - existe, além da repressão estatal, a sombra de um desempregado para ocupação de seu posto (MARINI, 2012, p. 31). Conjuga-se a isso, como sublinhamos no primeiro capítulo, a subsequente realocação no setor de serviços e/ou trabalho intermitente de parcela da população.

Isso nos remete, portanto, à parte final do ciclo - a realização das mercadorias e sua reconversão na forma dinheiro. Além dos problemas de realização advindos da situação da classe trabalhadora e da dissociação entre a esfera alta e a esfera baixa tratados no primeiro capítulo, temos agora um novo problema.

Se parte dos lucros e do capital estrangeiro investido é transferido em diferentes momentos do ciclo para as economias centrais, pode-se presumir que o mercado interno é, por consequência, também comprimido. Em uma perspectiva totalizante, pode-se perceber que a estrutura do consumo nos países dependentes corresponde à distribuição de renda interna.

É por esse motivo que o esparso dinamismo da economia dependente redundava, invariavelmente, nas zonas que possuem efetivamente uma maior demanda - nomeadamente, a esfera alta da circulação. Essas são as limitações que explicam, por fim, as tendências exportadoras das economias periféricas, posto que somente assim se consegue compensar a perda do excedente econômico durante a primeira fase de circulação e de produção, já que no exterior se pode completar o ciclo do capital com a realização das mercadorias (MARINI, 2012, p. 35).

Tendo essas considerações sobre o ciclo do capital na economia dependente já no último quartil do século XX, podemos remeter à categoria do padrão de reprodução do capital de fato, colocando sua definição e alguns traços básicos para entender, depois, como ele se constitui no Brasil. E, mais importante para essa monografia, a relevância do Estado nesse processo.

3.3.2 Marcas que perduram no tempo e no espaço - o poder de síntese do padrão de reprodução do capital

À luz da citação de Kosik em nossa introdução, sabemos que na história os pressupostos do passado se inscrevem no presente mediante suas estruturas. Essas últimas, condicionando a reprodução da vida social na atualidade, apontam para o futuro através de suas consequências materiais. As consequências da mundialização sobre o ciclo da economia dependente são notórias - elas inauguram um novo padrão de reprodução do capital que implica, assim, novas condições da criação da vida social que se estendem até os dias de hoje.

O que caracteriza um padrão deve ser uma das perguntas iniciais a ser feita nessa seção. Para que ele exista, entendo que se trata sobretudo da *repetição de um ciclo da economia*. Logo, seu crivo repousa na reprodução de “certas pautas por algum tempo, isto é, que sua passagem pelas esferas da produção e da circulação deixe marcas por meio da repetição” (OSORIO, 2012, p. 70).

Uma das marcas fundamentais dessas pautas é o que podemos chamar de “políticas econômicas”. Dentro de uma acepção crítico-dialética, a separação entre o econômico e político serve somente como forma de representação categórica, mas a sua função e existência são conectadas umbilicalmente - ou seja o Estado e sua agência política, por exemplo, servem para sustentar as relações sociais de um dado agrupamento humano - este sim, responsável pela produção de valor e riqueza mediante o trabalho.

Outro aspecto desses padrões, situado mais especificamente em “zonas de transição”, é a relação dos capitais e das formas assumidas diante de um período de crise. Isso é dizer que, sendo o capitalismo um fenômeno por excelência contraditório, geralmente coexistem um padrão dominante e outro que está subordinado.

Até que a correlação de forças mude e refaça a articulação dos atores envolvidos, formando novos padrões, a relação anterior perdura no tempo e no espaço - não sem um grau de tensão, por óbvio. Isso pode ser percebido no caso brasileiro com maior facilidade na transição entre o pós-Guerra e mundialização, em que o capital nacional jogava uma posição específica durante a fase desenvolvimentista, e sua guinada posterior rearticulada pela ditadura e pelas determinações do capital internacionalmente.

Mas, como destaca Osorio (2012, p. 64), é preciso entender que “os rumos das crises não são ou a catástrofe ou a irrupção de desequilíbrios que só contribuem para a restituição de novos equilíbrios”. Fugindo das dicotomias, as consequências sociais são um crivo e traço indelével na análise de uma crise, já que ali sim se inscrevem novas determinações experimentadas pela classe trabalhadora.

Acredito que, como último elemento digno de menção, cabem as repercussões territoriais que um padrão de reprodução determina. Suas demandas de estrutura, de matérias-primas e inclusive de ocupação dos espaços implicam, necessariamente, em impactos que vão desde a ordem ambiental até a distribuição urbana-semiurbana-rural, reeditando a configuração de trabalhadores urbanos/camposinos e aqueles que transitam entre um e outro pela intermitência gerada pelas economias dependentes como no período agromineiro exportador (OSORIO, 2012, p. 74).

Assim, finalmente, feitas as devidas mediações, passamos à concretude do fenômeno estudado a partir dos padrões de reprodução do capital. Coloco, inicialmente, o quadro elaborado por Jaime Osorio para termos uma visualização fácil dos padrões da América Latina e sua situação no tempo.

Quadro 1. Os padrões de reprodução do capital dominantes e seu período abrangente

Padrão de reprodução dominante	Período que abrange
(a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
(b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
(c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
(d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
(e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente.

Fonte: Elaborado por Osorio (2012, p. 78)

Acredito que o presente trabalho trouxe à análise elementos básicos de todos esses padrões, mesmo sem fazer uma alusão direta a eles (até porque a categoria de Jaime Osorio também surge depois da “primeira geração da TMD”).

O capítulo I tratou de situar as contradições básicas que fundam o capitalismo dependente. Ou seja, ele abordou desde o padrão agromineiro exportador até o fim do padrão industrial. Já o capítulo II buscou explicitar as determinações externas para a etapa de transição, subsidiando o estudo de como se efetiva o padrão exportador de especialização produtiva, contemplando o caso brasileiro no capítulo III.

Conforme Osorio (2012, p. 79), a **transição** para o padrão exportador de especialização produtiva

adquire sentido no quadro de revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços de transportes de mercadorias, e um novo estágio do capital financeiro. Tudo isso proporcionou integrações mais intensas do mercado mundial, assim como novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de realocação de indústrias e serviços, bem como uma elevada mobilidade do capital, processos que foram caracterizados com a noção de mundialização.

Em caminho semelhante seguia Ruy Mauro Marini em texto do final do século XX analisando os impactos da mundialização sobre o sistema internacional, continentes e suas cidades. Afirma Marini (1997, p. 250, grifo meu) que um

Aspecto digno de mención consiste en la profundidad y rapidez que comienzan a presentar esas transformaciones. Ello se debe, en una amplia medida, al grado creciente de urbanización que caracteriza a las sociedades contemporáneas: la concentración demográfica acelera la transmisión de conocimientos, uniformiza comportamientos, homogeneiza formas de pensar. *Pero, sobre todo, es resultado de la revolución que se está operando en materia de comunicación, la cual aumenta la velocidad de circulación de mercancías, servicios, ideas y, primus inter pares, de dinero, con lo que se compra casi todo eso.* El mercado financiero único que está en vías de constitución y que funciona prácticamente sin interrupción, movilizándolo - sólo en la categoría del llamado “capital errante” o, más precisamente, especulativo - 13 billones de dólares, es un buen ejemplo del alto grado de internacionalización del capitalismo contemporáneo.

A relação desse padrão com a mundialização é delimitado por contradições que, à luz de juízos próprios, também reintroduzem o dilema do “fascismo ou socialismo” de Theotônio dos Santos, agora reeditado sobre os termos de “socialismo ou barbárie”. Isso pois “uma vez que incorpora um período de trânsito e esgotamento de condições de elevação da taxa média de lucro e de não emergência de condições que permitam sua recuperação sustentada [a longo prazo], a mundialização supõe para o sistema mundial capitalista um período de incerteza em várias direções” (OSORIO, 2012, p. 85, grifo meu).

Parece-me muito perspicaz a percepção do autor chileno, ao que assinalo através do grifo na citação, em como esse processo pós-crise do fordismo, seja no centro, seja na periferia, *não* é uma resolução definitiva da crise. As condições para criação de um novo ciclo de reprodução ampliada do capital foram gestadas e, de fato, permitiram ganhos e concentrações de capital em cifras vultuosas.

Porém, o grau de concentração da propriedade do capital, além do fato desta ter se tornado internacionalizada, assume um contorno dramático, uma angústia que também é compartilhada por Fontes - como se *sustenta* a ampliação de um monstro já demasiadamente grande, dada que a natureza do capital é sua constante valorização?

A incerteza dessa resposta não pode nos levar à idealizações que nos façam prever o futuro em um sentido distópico, como já se evidenciava com as obras cinematográficas *Blade Runner* e *Matrix* - arte habilmente recuperada por Fontes (2010, p. 153) para ilustrar seu ponto. A crise da humanidade está aqui e agora - assistimos a escalada das tensões em solo

brasileiro precisamente pela incapacidade da burguesia, no capitalismo dependente, em dar conta de sua reprodução ampliada de maneira sustentada *sem* intervir com novas expropriações sobre a classe trabalhadora.

As consequências podiam já ser encontradas na realidade brasileira ao final do século XX. Dentre as principais, Valencia (1997) mencionava o aumento do desemprego, o aumento dos índices de pobreza extrema, a piora na qualidade de vida, o agravamento da criminalidade, do narcotráfico, no desamparo às juventudes e o deterioramento ambiental. Adiciono ainda às preocupações do autor a formação de favelas e cortiços, de periferias intraurbanas que incorporam todas essas contradições de uma só vez, sobretudo se consideramos um aspecto fundamental no Brasil dos dias de hoje: o déficit habitacional e a questão da moradia³².

Não me parece exagero afirmar que o que observamos, e a reforma trabalhista é um bom exemplo para *ilustrar* nosso ponto, é que alcançamos um ponto em que o padrão de reprodução do capital de especialização produtiva está vivendo o ápice de suas tensões.

Somente com um exame cuidadoso do papel do Estado na constituição dessa realidade brasileira, como também no desenvolvimento desse novo padrão em específico, é que podemos compreender o dilema de nosso tempo. A crise social, apesar de já estar instaurada há 3 décadas, *aparece* em momentos e maneiras distintas para o povo. O período Lula é uma das provas fundamentais disso, já que se conseguiu mascarar, no cotidiano, o tamanho do abismo das desigualdades criadas. Parece oportuno fechar esse capítulo com uma citação do filósofo boliviano René Zavaleta Mercado (apud SILVA, 2020, p. 390):

Es razonable concebir la crisis como un instante anómalo en la vida de una sociedad, y eso querría decir una hora en la que las cosas no se presentan como son en lo cotidiano y se presentan en cambio como son en verdad.

32A Fundação João Pinheiro, em relatório publicado em 2021, estimava que o déficit habitacional, no ano de 2019, correspondia a cerca de 6 milhões de domicílios no Brasil.

4 VANGUARDA E RETAGUARDA: AS POSIÇÕES DO ESTADO NA LUTA DE CLASSES BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

O capitalismo necessita de um sistema interestatal para se reproduzir e a atual etapa da mundialização, para operar, *precisa* do Estado-nação [...]. Mais do que uma divisão ou deslocamento, houve uma tremenda centralização do poder político, o que obriga as forças que querem *mudar o atual estado de coisas* não a deixá-lo de lado, mas, ao contrário, a ter que considerá-lo como elemento crucial de qualquer projeto que busque caminhar em tal direção (OSORIO, 2019, p. 9-10, grifo meu).

Finalmente, alcanço a parte de mediação entre todas categorias levantadas para analisar o fenômeno que o trabalho inicialmente se propôs - nomeadamente, a crise, o Estado e sua atuação em um momento de tensão na sociedade brasileira. Fazer o trabalho assim, além das delimitações colocadas por um TCC, tem em seu plano de fundo a tentativa de evidenciar a conexão entre os diferentes aspectos da vida por meio de um traço singular, destacado desde nossa introdução: as relações sociais que criam, transformam e promovem sínteses ao longo da história.

Não seria diferente, portanto, nosso trato aqui nesse capítulo com relação ao Estado. Longe de desqualificar todo o esforço da teoria política e suas teorias sobre o Estado, reitero aqui que esse capítulo não tem o intuito de revisitar todas as determinações que repousam sobre esse “leviatã”. Minha busca, a partir do lastro histórico-social do que o Estado cumpriu ao longo da formação do capitalismo dependente, é fixar a pauta sobre como o Estado brasileiro tem atuado no período recente, e como permanece relevante essa estrutura no período da mundialização

Isso explica, portanto, as funções cumpridas pelos capítulos anteriores. Colocadas as questões do i) capitalismo dependente e da divisão internacional do trabalho, ii) as mudanças que o capital atravessa ao longo do século XX e, por fim, iii) do padrão de reprodução do capital como um meio de campo entre todas essas transformações, poderemos discutir com maior rigor a relevância do Estado brasileiro na história recente da luta de classes.

Para tanto, o capítulo abordará inicialmente o tema do Estado dentro dessa perspectiva crítico-dialética, tentando eliminar mistificações e distinguir essa estrutura como uma parte **ativa** na luta de classes. À medida que consiga esclarecer as determinações fundamentais desse tema, o trabalho seguirá seu caminho no entendimento do Estado no centro da

mundialização - quais suas características, seu papel e porquê o mesmo segue importante no sistema internacional.

Somente será possível destacar sua importância à medida que entendermos suas materializações nas sociedades, e aqui também se justifica a relevância da categoria do padrão de reprodução do capital - se antes introduzimos brevemente as características e objetivos dessa categoria, aqui colocaremos as características fundamentais do padrão de reprodução de *especialização produtiva*. Nele, veremos mais especificamente como o Estado se comporta, sobretudo diante das mudanças no Brasil.

Isso nos levará, como veremos, às contradições fundamentais de nosso tempo, que se desenhavam desde o começo do século XXI. Apesar dos anos de aparente prosperidade que se viveu sob o governo Lula, tentaremos articular todos esses temas para entendermos como se gesta a *crise* que vivemos.

Se desde a redemocratização no Brasil o Estado já conduzia uma série de *expropriações secundárias* e mediações em favor do capital, os contornos dramáticos que alcançamos agora após o golpe de Estado (2016) só ratificam *onde* o curso da luta de classes encampa suas batalhas. Isso explica e atesta o porquê trazemos a reforma trabalhista como um **exemplo**.

O Estado brasileiro, portanto, entre posições de vanguarda e retaguarda nas últimas décadas, sempre esteve determinado por um elemento fundamental: a ofensiva do capital e da burguesia em um país dependente. Vejamos como.

4.1 O ESTADO EM SEU LABIRINTO: CAMINHOS SINUOSOS NA TEORIA E NA HISTÓRIA

Teorizado por diferentes matizes, e com diferentes funções, o Estado é assimilado como uma estrutura que conforma uma unidade social no tempo e no espaço. Na modernidade, surge e é assinalado nas Relações Internacionais a partir da formação do sistema internacional como se entende até os dias de hoje - delimitado por fronteiras. Essas últimas foram arranjadas sobretudo no curso da luta de classes europeia sob a batuta da Paz de Vestfália, e que serviram como alicerce para uma série de abstrações e idealizações no campo de estudos da presente monografia.

O que me parece que é fundamental para ser discutido aqui é relativo principalmente ao tema da soberania: a capacidade de coadunar o poder, entre uma unidade heterogênea, através de um vetor em comum. O Estado-nação surge, nessa perspectiva das relações sociais, a partir de um interesse de classe - aqui estão as bases para o mesmo ser, portanto, um fenômeno de caráter sobretudo social. Essa percepção é compartilhada entre diferentes explicações sobre a atuação do Estado em uma perspectiva marxista, e Osorio (2019, p. 31-32, grifo meu) sintetiza esse debate ao assinalar que

[O Estado-nação] não implica necessariamente uma identidade linguística, étnica, religiosa ou cultural. Geralmente, a conformação dos Estados-nação pressupôs, na verdade, o predomínio de alguma nacionalidade sobre outras, que foram submetidas, enquanto os vencedores tratam de estabelecer um imaginário de homogeneidade (normalmente através de uma ideologia “nacionalista”), sobre uma base real heterogênea, gerando uma identidade comum e uma consciência coletiva que favorece a coesão interna. A formação do Estado-nação constituiu um passo fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que *a centralização do poder* permitiu não apenas resolver questões dos âmbitos político e ideológico – como o controle e disciplinamento das classes (e etnias) dominadas –, mas resolveu também questões do âmbito econômico – como o estabelecimento de moedas únicas no interior das “nações”, o que favoreceu a troca de mercadorias.

Precisamente por essa noção é que podemos entender a relevância de articularmos, a todo momento nessa monografia, a categoria do trabalho. Ela está intimamente ligada ao tema do Estado - pode-se dizer que ambos se determinam dialeticamente e se explicam entre si na modernidade. Em um jogo semântico, Osorio (2019, p. 17) explicita esse movimento ao constatar que "o Estado é muito mais do que dominação de classes - mas *é essencialmente dominação de classes*. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas *é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder*".

Ele também articula, por óbvio, questões como a unidade de interesses sociais, costumes, valores, projetos, etc. Mas, entre cada função de seu aparato visível reside, em sua essência, a violência característica da divisão de classes - isto é, o Estado age sobretudo na manutenção da sociedade e, assim, de uma divisão social da propriedade dos meios de produção e reprodução da vida.

Isso pois, como bem tentamos destacar ao longo do trabalho, o capital não só depende da produção de mercadorias, mas da *reprodução* de um sistema que engendre o “material,

social, político e ideológico, e é o Estado a entidade que cumpre o papel essencial nesse processo” (OSORIO, 2019, p. 18-19).

Ou seja, quando estamos tratando do Estado estamos lidando com uma série de elementos que, mesmo não podendo reproduzir a totalidade deles nessa monografia, podemos segmentá-los através das suas instituições, de seus funcionários, de suas leis e regulamentações, e, por fim, a complexa teia de relações de poder que atravessam uma determinada sociedade que o Estado possa englobar. Se os primeiros aspectos são mais visíveis, como bem sinaliza Osorio (2019, p. 19) é o último aspecto que dá *sentido* ao aparato do Estado.

Portanto, ao falarmos de Estado, farei referência essencialmente à uma “condensação particular de redes e relações de força numa sociedade, as quais permitem que sejam produzidas e reproduzidas relações de exploração e dominação” (OSORIO, 2019, p. 21). Essas relações assumem o significante de "cidadania" no mundo moderno, em que sua forma idealizada, mistificada, faz o Estado parecer tão somente uma entidade à qual se delega "soberanias individuais" para a conformação de um sistema político que as una mediante um pacto democrático sacramentado pelo voto (OSORIO, 2019, p. 23).

Dessa forma, ao entender o Estado enquanto uma condensação de redes e relações de força entre classes sociais numa sociedade, estamos necessariamente delimitando o que é o nosso entendimento sobre o “poder político” - ou seja, qual a particularidade dessa demonstração de força específica. Ela recai, sobretudo, na capacidade de uma dada correlação de forças articular-se e fazer prevalecer seus projetos e interesses em detrimento dos outros (OSORIO, 2019, p. 27).

Dentro desse esquema, pode parecer simplista resumir essas relações de poder sem deixar claro o papel da violência em meio a essas questões: ou seja, como o poder sobredetermina o emprego da violência ou não, a depender exatamente do momento histórico vivido. Essa preocupação é compartilhada por Osorio³³ (2019, p. 29): para o autor, a *dominação* repousa em meios menos coercitivos a depender da capacidade de se gerar estabilidade e consenso interno a partir do projeto em curso. Quando, portanto, um projeto passa a sofrer de graves contradições (como uma crise), os interesses dominantes passam a

³³Percebe-se a influência do escrito *Dialética da Dependência* de R. M. Marini nessa questão: àquela época, o brasileiro dedicava-se a explicitar sobre as determinações da violência que iniciam o colonialismo e passam a desdobrar-se no tempo e no espaço sobre formas menos abruptas de dominação. Osorio, agora, faz a mesma pontuação entendendo o papel do Estado dentro de uma análise contemporânea.

dependem de meios de maior coerção para levar a cabo a reprodução ampliada de suas vocações capitalistas.

Nesse sentido, esclarecidos do que engloba o Estado e de como ele é determinado pelas relações sociais, retornamos ao seu *aparato visível* munidos de um sentido totalizante: seus poderes (executivo, legislativo, judiciário), leis, instituições, funcionários, etc., são responsáveis por *reproduzir* as correlações de força dentro de um bloco histórico. Sua condensação material, seu estado "coisificado" é o que implementa e manifesta, na realidade, os interesses das classes que detém o poder político (OSORIO, 2019, p. 36).

Algumas mediações agora se tornam possíveis a partir das delimitações que colocamos sobre o Estado. Uma delas é de pertinência muito grande: como explicar o ascenso de projetos que, pelo menos na aparência, se distanciam de um interesse burguês?

Para responder isso, Osorio (2019, p. 40) faz uma distinção entre classe dominante e classe reinante. A primeira foi abordada ao longo de todo esse trabalho enquanto uma força de caráter burguês; já a classe reinante é a classe que alcança ocupar as funções administrativas do Estado. Isso coloca, de uma vez só, alguns elementos de análise: não necessariamente a classe dominante precisa ocupar todo o espaço político inerente ao Estado, posto que sua estrutura já é criada para manutenção de suas propriedades (divisão social do trabalho) e sua reprodução ampliada (exploração do trabalho).

Com isso, diferentes projetos quando colocados em disputa (como, por exemplo, nas eleições) podem manejar os interesses distintos intra e inter-classes, a depender, sem sombra de dúvidas, do momento histórico para a reprodução do capital. Isso justifica a relevância da categoria de *padrão de reprodução do capital*, dado que o padrão e suas contradições dentro da divisão internacional do trabalho colocam as cartas sobre a mesa e postulam a posição de **vanguarda** ou **retaguarda** do Estado.

O Estado está à disposição, sem dúvidas, de um interesse dominante, hegemônico, mas que permitem diferentes manobras políticas para implementar mudanças na correlação de forças e privilegiar, em determinados momentos, algumas franjas de classe específicas. À guisa de sintetizar esse problema à luz de experiências históricas, Osorio (2019, p. 41) assinala que

A ocupação de posições dentro de uma estrutura fortemente hierárquica e com funções e papéis definidos faz com que a classe reinante tenha limites precisos dentro dos quais pode se mover. Estas hierarquizações e funções estão delimitadas pelo caráter de classe do poder do Estado. Assim, a classe

reinante pode transmitir em sua gestão um estilo pessoal de governar, mas estará limitada pelas fronteiras demarcadas pelos interesses de classe que o Estado representa. Este foi um dos principais problemas que figuras progressistas como Salvador Allende, no Chile, ou Hugo Chávez, na Venezuela – para citar alguns exemplos – não puderam superar.

Dessa maneira, é importante conseguir sintetizar este debate acerca do Estado de maneira que possamos ter instrumentos para analisar a realidade atual. A noção de *frente de poder* categorizada por Osorio (2019, p 45) permite expressar essas disputas no tempo e no espaço, ao entender que existe uma relação orgânica entre a classe reinante e as classes dominantes, cuja função fundamental é alterar a **posição** do Estado na luta de classes. Destacar o autor que

Com esta noção busca-se ressaltar a aliança entre esses setores, ao mesmo tempo em que se destaca que na frente de poder é a classe reinante que aparece, *ocultando* o papel das classes dominantes quanto ao tema de quem detém o poder político. [...] (OSORIO, 2019, p. 45, grifo meu).

Entre as distintas frentes de poder pode-se conformar configurações distintas de figuras, partidos políticos e aportes de frações do capital nacional e internacional. Ou seja, dada a heterogeneidade dos atores envolvidos, e principalmente das necessidades para reproduzirem-se, alcançamos um momento fundamental dessas disputas.

A meu juízo, trata-se de quem consegue tornar-se o *bloco no poder*, como assinala Osorio (2019, p. 46). Ora, exatamente entre as disputas intra/entre-classes pode emergir um bloco capaz de hegemonizar o projeto de sociedade vigente. A hegemonia só pode ser alcançada, portanto,

no bojo de agudas disputas que chegam a envolver não apenas os participantes do bloco dominante, mas também as classes dominadas, mediante a busca de apoio e de força nestas últimas. Pode haver momentos de descompasso, mas geralmente o setor dominante que se encontra *favorecido pelas tendências de reprodução do capital tratará de ganhar a direção do Estado no seio do bloco de poder* (OSORIO, 2019, p. 47).

Dessa maneira, podemos esclarecer finalmente que o Estado não é só um “reflexo” da luta de classes. À medida que essas classes dominantes ocupam esse espaço, o Estado possui um papel constantemente *ativo* em conquistar novas posições dentro da divisão social do trabalho, na manutenção de um projeto político e, como se pode imaginar, em reconfigurar as relações sociais e de poder nos momentos de crise, *em favor daqueles que dominam*.

É essa a conclusão que alcança Osorio (2019, p. 51), ao atestar que

Supor que o Estado “reflete” a luta de classes implicaria concebê-lo como uma entidade neutra, que revela o ponto em que se encontra a correlação de forças entre as classes, algo assim como um termômetro político. Mas, ao contrário, *o Estado tem um papel ativo na luta de classes a favor da integração e da organização das classes dominantes e da dispersão e desarticulação das classes dominadas*. (OSORIO, 2019, p. 51, grifos do autor).

É nesse sentido que podemos pontuar, então, que o Estado tem somente na aparência essa representatividade do “interesse comum” de toda a sociedade. Ele representa um “falso” universal”, como destaca Fontes (2010, p. 130)

A crítica de Marx e Engels modifica a definição de Estado hegeliana, que conservava um cunho sobremaneira filosófico. Trazem-na para o âmbito do processo histórico efetivo. O Estado é conceituado como elemento histórico, coligado à existência de classes sociais, não expressando um momento de universalidade efetiva. Embora se apresente como universal, reduz-se de fato a uma parcialidade travestida de universalidade, quando uma generalização do interesse dominante deve assumir a forma de ser de todos.

Antes de passar para as discussões sobre o Estado no centro da mundialização, e mais particularmente sobre quem assume o bloco de poder a partir das determinações que citamos aqui, acredito que caiba um breve comentário sobre como se expressa ideologicamente essa dominação entre classes. Além de também ser uma longa discussão no campo da teoria política, é importante sobremaneira entender a capacidade do Estado *encapsular* diferentes problemas e lutas sociais, retirando a possibilidade de um enfrentamento totalizante das mazelas que vivemos nos dias de hoje.

Isso pois, inegavelmente, subsistem ganhos e mudanças à favor da classe trabalhadora que ocorrem em diferentes momentos da correlação de forças do capitalismo. Mas como bem pontua Osorio (2019, p. 52), essas conquistas são filtradas e distorcidas pelo aparato estatal, principalmente se considerarmos a força ideológica de creditar ao *voto eleitoral* a única capacidade de transformar a ordem das coisas, retirando de cena as relações sociais entre expropriantes e expropriados.

Portanto, pode-se considerar isso como uma camisa de força que se coloca sobre as classes dominadas, dado que as regras do jogo são impostas à priori da disputa em si. Dessa maneira, são filtradas e distorcidas as demandas e problemas sociais quando se considera que

a maneira com que estas podem ser manifestadas oficialmente pela mediação da representação política. Essa fórmula privilegia “a visão da política como uma atividade entre iguais (cada cabeça um voto), bem como a desagregação e dissolução das classes, enquanto a cidadania se constitui com base nos indivíduos e não na relação entre agrupamentos humanos” (OSORIO, 2019, p. 54, grifo meu).

Esse processo reitera um dos argumentos centrais do presente capítulo - sobre como o Estado *segue* sendo importante nos dias de hoje por ser nele que se expressa o poder entre classes, e que esse poder já começa a ser gestado de maneira *anterior à eleição em si*. Um exemplo mais concreto trazido por Osorio (2019, p. 155) permite finalizar essa breve digressão

Portanto, faz sentido que o dono da Telmex e o porteiro desta empresa depositem apenas um voto. Na verdade, porém, Carlos Slim e todos seus pares, já votaram (ou, mais claramente, já decidiram) previamente, estabelecendo as fronteiras da legalidade e ilegalidade, do possível e do impossível, do jogo, do campo de jogo e de suas regras. E são essas decisões prévias, como poder constituído, que de fato organizam o curso da vida em comum – e, claro está, também as eleições. Por isso, tendencialmente, aqueles que expressam esse poder sempre ganham as eleições, qualquer que seja o resultado. E o voto dos porteiros e de seus pares contará como a conta dos que não contam, no dizer de Rancière. Tendencialmente, estes sempre perdem, qualquer que seja o resultado.

Esclarecida a temática do Estado enquanto uma relação social e dos aportes elementares para compreender suas posições dentro de uma situação concreta, passo para uma breve análise sobre o Estado durante o período de mundialização do capital. A meu juízo, aqui se inicia um posicionamento de *vanguarda* do Estado, pois para efetivar mudanças qualitativas na circulação do capital nacional e internacional, o Estado é assumido e conduzido por novos blocos de poder, em especial na América Latina. Isso se explica, à luz do ciclo do capital introduzido no capítulo 2, porque

A reprodução do capital e suas tendências têm um papel fundamental na definição dos rumos dos processos econômicos e do espaço que define quais setores do capital podem hegemonizá-los, porque esses processos *exigem*, por exemplo, determinados montantes de capital, particulares alianças com o capital internacional etc. (OSORIO, 2019, p. 62).

Para compreender o papel do Estado nisso, revisito sua relação com os três momentos do ciclo do capital (C¹, P, C²). No primeiro, os principais problemas a serem resolvidos, como descreve Osorio (2019, p. 83), são:

contar com capitais que comecem o ciclo, políticas que estimulem os investimentos (junto a fatores também extraeconômicos, como a paz social); incidir no preço da força de trabalho (através da fixação de salários mínimos e de leis trabalhistas que determinam as formas de organização e defesa dos trabalhadores etc.); operar na fixação do preço de algumas matérias-primas básicas (como energia, por exemplo); oferecer acesso às tecnologias necessárias para o processo etc.

Já na fase da produção, trata-se sobretudo de organizar as formas de utilização da força de trabalho (regulamentação de jornadas, legislações de direitos trabalhistas, organização sindicalizada, etc), como também a questão de matérias primas e fontes de energia.

Por fim, já na segunda fase de circulação a questão principal é encontrar mercados para a realização das mercadorias. As principais formas para isso são os

mercados internos, através da distribuição positiva ou regressiva da renda; mercados externos, estabelecendo acordos e pactos no mercado mundial ou regional; impostos ou isenções sobre os lucros de empresas transnacionais etc. (OSORIO, 2019, p. 84).

Em conjunto, pode-se pensar essas intervenções através deste resumo de políticas econômicas que o Estado tem a capacidade de executar:

Quadro 2. Campo de aplicação e instrumentos do Estado

Campo de aplicação	Instrumento
Monetário	Taxa de juros
Fiscal	Impostos (pessoas e empresas)
Comércio exterior	Tipo de câmbio Nível de tarifas de importação
Investimento estrangeiro	Impostos sobre lucros e dividendos Empréstimos
Consumo	Impostos de compra e venda

	Seguridade social
Mão de obra	Taxas salariais
Produção	Subsídios Controle de preços
Investimento	Taxa de juros Isenção de impostos Investimento público

Fonte: Elaborada por Osorio (2012, p. 71).

Esse quadro é importante pois permite, de uma vez só, delimitar qual é o campo de determinados instrumentos econômicos para o desenvolvimento de um padrão e também a sua diferença com relação às expropriações secundárias que o Estado promove. Essa última está diretamente conectada com a atuação do Estado em modalidades específicas da existência da classe trabalhadora.

Dessa maneira, cabe adentrar o ponto final dessa seção: explicar o porquê do Estado no centro da mundialização assumir uma posição de vanguarda. Ou melhor: adiantar alguns elementos característicos sobre essa estrutura em um plano universal (dado que a mundialização é um processo no sistema internacional como um todo) para que, ao analisarmos a configuração das relações do capital brasileiro já estejamos esclarecidos das posições que o Estado *pode* assumir.

A questão fundamental dessa equação é: como explicar a relevância do Estado em um mundo em que a propriedade concentrada do capital flui com tanta facilidade? Isso implica, como tocamos no segundo capítulo, em dilemas que se colocam sobre a soberania de todos os Estados-nação. Em termos de divisão internacional do trabalho (centro e periferia), podemos falar em soberania *de jure* e *de facto*.

Se os países que nascem no jugo colonial têm suas relações sociais determinadas fundamentalmente por uma dinâmica dependente (como no caso latinoamericano), a independência formal não significou, como se pode imaginar, uma soberania *de facto*, já que nossas estruturas sociais persistiram voltadas ao plano internacional ou, quando muito, à esfera alta da circulação interna. Isso, por si só, desmantelaria o mito da “perda da centralidade” do Estado na mundialização - ainda que as soberanias sejam exercidas

desigualmente, esse é um padrão que se repete na história do capitalismo como um todo (OSORIO, 2019, p. 177).³⁴

A razão de ser do Estado, como tentamos mostrar até aqui, reside em “cumprir as tarefas do poder político em territórios delimitados” (OSORIO, 2019, p. 186). E isso se estende também aos Estados no centro do sistema internacional, já que possuem fundamentalmente a tarefa de *centralizar* um poder político para levar a cabo transformações que esse mesmo capital demanda. É o que Osorio (2019, p. 191) insiste ser o tema da mundialização: soberania com diferentes graus de robustez junto de um poder político forte.

A minha preocupação, portanto, reside em compreender quem que se beneficia desse poder político forte nessa nova periodização que assinala a mundialização. Contra teses de que o “poder está em todo lugar”, que parecem fugas à explicação da dominação de classes, Osorio (2019, p. 193-194) relembra que grupos locais nas nações periféricas

tiram proveito de suas alianças com o capital transnacional, financeiro e industrial, participando também no curso desses processos, o que não nega a presença de contradições e conflitos. Isso explica o paradoxo de que, enquanto os países dependentes se empobrecem, cresce o número de grandes fortunas de empresários do mundo periférico nas listas dos principais milionários do planeta, baseados particularmente na América Latina.

Ou seja: o capital financeirizado corresponde materialmente a interesses estatais, quer seja no centro da divisão internacional do trabalho (corporificado sobretudo enquanto “aportadores” de capital para valorizar-se), seja na periferia do sistema (em que os processos de exploração da força de trabalho são o principal vetor de valorização do capital financeiro). Explica, inclusive, as pressões que se exercem a partir do centro do sistema internacional para a abertura e adaptação de todos países periféricos em captar os “gloriosos” recursos que só casas financeiras e corretoras do primeiro mundo são capazes de oferecer (OSORIO, 2019, p. 194).

Se diferentes estudos “têm demonstrado que mais de 80% das decisões fundamentais em termos de investimentos e tecnologia dos grandes conglomerados financeiros, industriais e de serviços são tomadas nas casas matrizes baseadas nos países e regiões centrais” (OSORIO, 2019, p. 196), fica claro que o poder *não* está descentralizado. E para que essas decisões

³⁴Jaime Osorio mais adiante, inclusive, dá a tônica dessa questão com um exemplo didático: “O fato de hoje a Ford, a Nestlé, George Soros ou o FMI tomem decisões que ferem a soberania dos Estados latino-americanos nos revela um processo que, pelo menos em seus aspectos essenciais, tem pouco de novidade e constitui uma característica constitutiva dos Estados latino-americanos e das regiões dependentes em geral: a presença de soberanias restringidas” (OSORIO, 2019, p. 189).

sigam transcorrendo de maneira a favorecer classes dominantes locais e internacionais, a consequência sobre o Estado só pode ser uma:

para além da transformação de empresários em “classes reinantes” – passando a ocupar as altas posições do aparato estatal –, *a atual etapa da mundialização expressa a neo-oligarquização dos Estados*, em que frações, setores e pequenos grupos sociais, ligados aos bancos e às grandes corporações industriais e de serviço assumiram o poder político para organizar o sistema mundial de acordo com seus interesses. *Os grandes atores políticos dessa etapa da mundialização são, portanto, os Estados neo-oligarquizados*, e não um capital financeiro “desterritorializado”, as corporações multinacionais ou mesmo os organismos financeiros internacionais (OSORIO, 2019, p. 196-197, grifos do autor).

Essa é, portanto, a contradição fundamental que repousa sobre a mundialização capitalista: ela somente alcança os níveis atuais, e somente poderá prosseguir em sua vocação de criar condições para o capital valorizar-se, mediante uma atuação do Estado (OSORIO, 2019, p. 200). Passo, portanto, ao estudo de quem compõe *o bloco no poder* do Estado no capitalismo dependente mediante o estudo sistematizado pela categoria do *padrão de reprodução do capital*, buscando assinalar como o Estado expressa, no Brasil, essas tendências da mundialização e a **vanguarda** que ele assume na instauração do novo padrão.

4.2 QUAL PROJETO, QUAL BURGUESIA: O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Delimitar os agentes das transformações sociais brasileiras cumpre uma função importante: sabendo as classes, e sobretudo, com qual projeto se deseja ocupar o Estado, temos um entendimento mais totalizante, articulado da realidade brasileira no período contemporâneo. A presente seção irá se dedicar à identificação desses elementos assinalados.

Até aqui, situamos as estruturas mediadas do capitalismo dependente mediante as compreensões da TMD sobre nossa inserção na economia internacional. Relembro que, mesmo no ápice da industrialização e de um projeto "nacional-desenvolvimentista", ainda os países latino-americanos eram carregados das limitações de uma “subsoberania” dentro da divisão internacional do trabalho (OSORIO, 2019, p. 190). É nesse espírito que emerge o novo padrão de reprodução do capital durante a mundialização.

Agora, as economias dependentes carregadas pelo acúmulo dos processos de substituição de importações e de breves períodos com fôlego nacionalista, são subsumidas dentro da concorrência do mercado internacional. São obrigadas, portanto, a continuar reproduzindo a um traço essencial que tratamos no capítulo I: a dissociação entre nossa produção e as necessidades do mercado interno. Essa é sua forma de sobreviver dentro da nova divisão internacional do trabalho mediada pela mundialização (FONTES, 2010, p. 331-332).

A abertura comercial, a desregulamentação dos anos de 1990 (tipos específicos de atuação do Estado na mundialização, como vimos na seção 3.1, para facilitar o C¹ da economia) se traduziram, no Brasil, na implementação do plano Real para *estabilização* da inflação e crise brasileira à época, conjugada aos substantivos aportes feitos pelo BNDES para parcelas seletas do capital nacional (Fontes, 2010, p. 328). Em seguida, Fontes relembra que a equipe por trás do plano, sob a égide de Fernando Henrique Cardoso, se ocuparia

centralmente das privatizações e da adequação legal aos formatos impostos pelo predomínio do capital portador de juros (GRANEMAN, 2006). Não por acaso, posteriormente praticamente toda esta equipe estaria convertida em novos banqueiros ou em gestores de setores financeiros não bancários (GUIOT, 2006, *passim*) (FONTES, 2010, p. 333).

A abertura comercial e desregulamentações para a entrada do capital implicou, portanto, o fim da industrialização como um projeto de autonomia econômica, como bem se atentou Osorio (2012) em seu ensaio *América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva*. Permanecem vivas somente franjas com vantagens estratégicas e industriais em economias de maior complexidade, como a do Brasil e México (OSORIO, 2012, p. 106).

Virgínia Fontes concorda com a mesma tese. Considerando sobretudo o caráter dos IDE's que passam a adentrar o Brasil a partir de 1990 com o objetivo de aquisição de empresas aqui já instaladas (e privatizações), a autora destaca que a principal característica do país é ser um

exportador de produtos primários e de produtos com uso intensivo de recursos naturais para os países desenvolvidos, ao lado da exportação de produtos de "escala intensiva", especializados ou com maior índice de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para a América do Sul (FONTES, 2010, p. 330).

O aspecto das exportações assinala a importância dos mercados externos na realização das mercadorias (o C²) e evidencia, mais ainda, a emergência desse novo padrão a que fazemos referência. Na verdade, essa é uma tendência arrebatadora em toda a América Latina, como podemos ver pelos seguintes dados:

Tabela 1. América Latina: valor das exportações totais em anos selecionados
(em milhões de dólares)

Ano	Exportações
1980	76.010.700
1990	150.380.400
1998	308.885.200
2005	643.821.300
2008	985.476.100

Fonte: Elaboração minha com base em Osorio (2012, p. 106).

Conjugando essas inferências dos autores, podemos entender o porquê do aumento vertiginoso dos IED's na América Latina. Segundo Osorio (2012, p. 108), o investimento externo direto em nosso continente passa da cifra de 15% do total mundial em 1990 para 37,8% em 1996 - um crescimento de cinco vezes em relação ao montante do período inicial, superando inclusive as marcas relativas ao continente asiático. Já no Brasil, ainda segundo o mesmo autor, o montante (em milhões de dólares) de IED em 1990 passou da cifra de 989 para 31.913 em 1998.

Um dado interessante que também resgata Osorio (2012, p. 109), frisando o papel das privatizações e do Estado nessa vanguarda da mundialização, é o fato que “somente entre 1998 e 1999, foi de 61 o número de empresas adquiridas e de licitações públicas superiores a 100 milhões de dólares vencidas pelo capital estrangeiro, totalizando 46,76 bilhões de dólares”. Além desse campo, os IED's destinam-se sobretudo ao estabelecimento de segmentos de novas cadeias produtivas, tratando-se, em geral, “de investimentos com pouco enraizamento, nos quais trabalhos de maquila, montagem, embalagem e rotulagem são

prioritários, o que facilita a mobilidade do capital para outras regiões” (OSORIO, 2012, p. 109).

Aqui pesa em favor das economias mexicana³⁵ e brasileira os seus legados históricos em termos de i) infraestrutura, ii) mercados internos e externos e iii) complexidade de suas economias; todos esses elementos atraem com maior facilidade os aportes estrangeiros. Conseguimos então, junto da próxima tabela, ter mais claro as principais franjas de capital que passam a dominar a América Latina.

Tabela 2. América Latina: as quinhentas maiores empresas locais e transnacionais, em 2006, por vendas e setores de atividade econômica (em %)

	Privadas locais	Estatais	Transnacionais
Primário			
Mineração	19	51	30
Petróleo/gás	10	80	10
Manufatureiras			
Automobilística/peças	7	-	93
Eletrônica	23	-	77
Agroindústria/ alimentos	63	-	37
Serviços			
Telecomunicações	53	1	46
Energia elétrica	21	53	26
Comércio	70	-	30

³⁵No México subsiste ainda a singularidade de estar geograficamente próximo dos Estados Unidos da América, sendo um vetor muito mais convidativo aos investimentos de capital estrangeiro desse país. Não a toa que o termo "indústrias maquiladoras" surge junto ao desenvolvimento desse setor industrial específico no país mexicano.

Fonte: Elaborada por Osorio (2012, p. 110).

Podemos perceber quais são as plataformas *exportadoras* desse novo padrão que emerge, como também a elevada relevância do setor de serviços dentro da composição do capital nacional (contradição já antecipada por Marini ainda no século XX). As plataformas que denotam a economia interna estão diretamente relacionadas, em ordem de importância, com a agroindústria, as telecomunicações e os setores de matérias primas, mineração, petróleo e seus derivados. O capital estrangeiro por sua vez, além das participações elencadas na tabela, chega a controlar em muitos casos mais de 80% das atividades no setor bancário-financeiro (OSORIO, 2012, p. 111).

Esses dados explicam, assim, a denominação de *especialização produtiva* para as atuais exportações que saem do continente latino-americano. Seus eixos dinâmicos estão bem delimitados, seja em termos de recursos estratégicos, soja, automóveis, eletrônica e extração de minerais; sobre eles, determinam-se a capacidade ou não das diferentes economias dependentes incorporarem tecnologias de ponta na produção, ficando escanteadas questões como as de PDI (pesquisa, desenvolvimento e inovação) como bem se atentou Fontes.

Assim,

a especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição, sob novas condições, de novos enclaves, à medida que um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam *sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local*, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários, e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do design, *sendo os salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local* (OSORIO, 2012, p. 113).

Na estrutura produtiva brasileira em específico predomina uma gama de valores de uso relativamente equilibrada entre os diferentes setores - nenhum deles ultrapassa os 10% do peso relativo da tabela acima no total das exportações, combinando bens primários e industriais diversificados (OSORIO, 2012, p. 116). Isso explicaria, portanto, a capacidade da economia brasileira liderar alguns índices de crescimento principalmente no começo do século XXI, dado que sua estrutura se adaptou rapidamente ao novo padrão e encaixou-se na totalidade do capital mundializado a partir das cadeias globais de valor.

Acompanhado de uma tabela com índice de preços relativos aos produtos exportados por essas economias, Osorio (2012, p. 120) constata que “não há produto básico de exportação das economias latino-americanas que não tenha aumentado seus preços até 2008”. Sublinha também o autor a relevância que, dentre essa pauta exportadora, residiam produtos do tipo bens-salário ou bens de capital de uso industrial básico cuja demanda só cresceu nessa década, a partir de mercados em expansão como o da China.

Isso se traduziu em ganhos de uma autonomia relativa para a economia brasileira, ao que associa, para esse período do Estado brasileiro compreendido entre os anos de 2000 e 2010, a condição de **retaguarda** do capital. Esse é o período compreendido pelo governo de Lula da Silva (PT), em que dada uma diversificação vantajosa das exportações brasileiras (vide tabela a seguir) para todas as regiões do planeta, permitiu-se converter os aportes de recursos nacionais e internacionais em um projeto político de maior abrangência para o povo como um todo - ainda que, como veremos, em termos relativos a pobreza no país não tenha sido reduzida.

Tabela 3. Mercados das exportações brasileiras: 2000 vs. 2007
(em % do total de exportações)

	AL e Caribe	China	Ásia/Pacífico	Estados Unidos	União Europeia
Brasil	25 - 25	2 - 10	12 - 18	24 - 15	28 - 24

Fonte: Elaborada por Osorio (2012, p. 121).

A queda observada na dependência das exportações para os Estados Unidos da América é também um dos elementos que permitem, assim, a “política externa ativa e ativa” que aclama-se durante esse período brasileiro, com um grande ímpeto de integração regional e com o sul global (principalmente via BRICS).

Essa diversificação nas exportações explica também o retardamento dos efeitos da crise que irrompeu em 2008 a partir da economia estadunidense. As repercussões da crise só alcançam o Brasil de maneira mais séria a partir do momento que irradia para a Europa ocidental e outros mercados em meados de 2010-2011, cujo peso na balança exportadora do país vão ser reconhecidamente mais fortes (OSORIO, 2012, p. 121-122).

De todo modo, a gestação da crise social que estende-se em larga medida até os dias que vivemos será alvo de nossa última seção. Tomo esse espaço final para resgatar as determinações fundamentais do Brasil, o Estado e a luta de classes no período da mundialização.

Começo com a síntese de Fontes sobre a atuação decisiva que o Estado assume na década de 1990 - uma linha de **vanguarda** na luta de classes brasileira e de uma série de expropriações secundárias. Ela é encarnada sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), caracterizada pelo ataque concertado

aos direitos sociais e, sobretudo, às organizações mais combativas dos trabalhadores, seja de maneira abertamente violenta contra entidades de trabalhadores que resistiam (caso, por exemplo, do sindicato dos petroleiros), pela permanência e aprofundamento da truculência policial, seja pela violência indireta – privatizações a toque de caixa e estímulo às demissões. À violência somava-se uma nova “pedagogia da hegemonia” difundida pelas entidades empresariais e governamentais, abrangendo o universo sindical, escolar (em todos os níveis, do elementar ao ensino superior), igrejas, entidades associativas e culturais e praticamente toda a mídia, agindo intensamente para espalhar a dinâmica do capital em todos os espaços organizativos (FONTES, 2010, p. 264).

Questões de fundo desse período, como as enormes desigualdades entre o povo brasileiro eram endereçadas a partir do trato da pobreza como um mero "fato" político, fruto de uma incapacidade administrativa que remontaria até as origens do nosso país. Assim, ela seria corrigida pelo *bloco no poder* de FHC-empresariado, capaz de lidar de maneira "tecnocrata" com esses problemas administrando a criação de empregos e desenvolvimento econômico mediante a intensificação da exploração da classe trabalhadora (FONTES, 2010, p. 277) - um típico instrumento de *superexploração da força de trabalho*.

Assim, separou-se discursivamente o econômico do político: o deus "mercado" passa a ser a solução neutra para esses problemas. Esse deslocamento da grande política para a esfera micro - composta por cada empresa e capital de um país - permitiu a gestação de melhores condições para firmar um projeto hegemônico (OSORIO, 2019, p. 222). Assim, a mundialização e o neoliberalismo são, sim, estadocêntricos, na medida em que o Estado foi fundamental nesse período para implementar as políticas

que estimularam a venda de empresas públicas ao capital privado nacional e estrangeiro, a retirada de direitos vinculados à seguridade social, fortes perdas salariais e o aumento do desemprego, além de reformas trabalhistas

que enfraqueceram os sindicatos, de aumento das jornadas de trabalho e da deterioração geral das condições de trabalho (OSORIO, 2019, p. 224).

O período posterior, que aqui denomino como o Estado na **retaguarda** na luta de classes brasileira, foi condicionado pela conciliação que buscou criar condições um pouco mais privilegiadas para a classe trabalhadora, no intuito de gerar uma estabilidade contínua para a burguesia explorar e lucrar às expensas do povo. Aqui reside o cinismo nos brados de Lula da Silva ao comemorar que em seu governo "bancos e empresas lucraram como nunca", sem nunca ter pautado, por exemplo, uma taxaço progressiva sobre a riqueza, impostos sobre lucros e dividendos, etc.

Não à toa o projeto que o Partido dos Trabalhadores ajuda a gestar enquanto *bloco no poder* é minado, passadas as condições favoráveis para uma economia exportadora. Na verdade, pode-se imaginar que no período de bonança de exportações, franjas do capital exportador se fortaleceram, como veremos mais adiante com dados. Assim, assinala-se uma nova frente de poder que, no meio da crise internacional, busca compor um novo bloco de poder capaz de levar adiante seus interesses enquanto burguesia dependente dentro de uma reconfiguração da economia internacional (OSORIO, 2019, p. 227).

Medidas de cunho popular nesse governo conseguiam, inclusive, reeditar formas de destinar recursos para o setor privado - como explicar a política de fortalecimento do FIES, por exemplo, e a inoperância do governo em discutir o acesso universal à educação, como o fim do vestibular? É o que Fontes veio a chamar da constituição de uma *cidadania da miséria*:

o prévio aval de seu governo à segurança da propriedade monetária [carta ao povo brasileiro] e sua ação enérgica em prol do "alívio à pobreza" sob forma privatizada e antiuniversal, revela seu papel de fomentador oficial de vasto celeiro de mão de obra sem direitos. O Programa Fome Zero (que retomou o mote da Campanha de Betinho) e o Bolsa Família generalizaram a experiência [...] (FONTES, 2010, p. 296-297).

A **retaguarda** que, portanto, faço referência nesse período está circunscrita na aparente contenção das mazelas sociais por políticas públicas que tinham um forte apelo social, mas que não tocaram nas raízes das desigualdades da sociedade brasileira. Ao contrário, o Estado sob gestão do bloco do Partido dos Trabalhadores se preocupou em criar condições para a maior lucratividade possível dos setores dominantes do novo padrão de reprodução do capital de especialização produtiva.

Ora, terminamos essa seção com vastos apontamentos e materiais para analisar a crise que se instaura a partir de 2008. Em que pese as diferentes experiências das décadas de 1990 e 2000, algumas contradições fundamentais ressurgem nesse período, e com elas, o papel do Estado começa a ser novamente disputado.

De comum nessa crise e na intervenção do Estado só existe um elemento: a manutenção e reprodução ampliada das relações sociais extremamente desiguais que se gestaram nesse período e que tentamos evidenciar aqui, expressas, em alguma medida, pelas *expropriações secundárias* que aconteceram com FHC e já começam a ser renovadas agora. Elas são, a meu juízo, um dos nexos que assinala a nova **posição** do Estado na luta de classes brasileira mais recente, e por isso a trago como exemplo.

4.3 PONTO DE PARTIDA OU PONTO DE CHEGADA? A VIOLENTA CRISE BRASILEIRA E O ESTADO DE SEGURANÇA DO GRANDE CAPITAL

Retorno ao ponto de partida que deu início à presente monografia: a centralidade do Estado no capitalismo dependente brasileiro durante a fase de mundialização do capital, e a crise social que atravessamos desde então. É o ponto de chegada, portanto, de tantas categorias que busquei assinalar como estruturantes do violento processo que estamos atravessando. É também o ponto de partida para uma série de estudos que podem, e devem, se desdobrar a partir das várias pistas que foram sendo levantadas ao longo do trabalho.

Longe de esgotar o fenômeno aqui estudado (dada a riqueza da totalidade social brasileira), acredito que esta penúltima seção é uma tentativa de analisar o projeto político em vigor nos anos recentes e seus eventos. É, portanto, uma resposta à provocação que originou toda essa monografia, e que destaquei já na introdução do trabalho. Resgato as palavras de Virgínia Fontes:

A crise social, que se prolonga e intensifica há três décadas no Brasil, expressa a crise *do* capitalismo ou pode ser um ponto a partir do qual, aprofundando ainda mais as desigualdades e iniquidades, se *expandem* relações capitalistas? (FONTES, 2010, p. 11, grifos da autora).

Esse trecho é fundamental pelas provocações que faz: a vida social brasileira, de fato, foi tão boa no período em que a luta de classes aparentava relativo "pacifismo"? Ou será que, como acredito que seja uma explicação mais próxima da verdade, desde a redemocratização

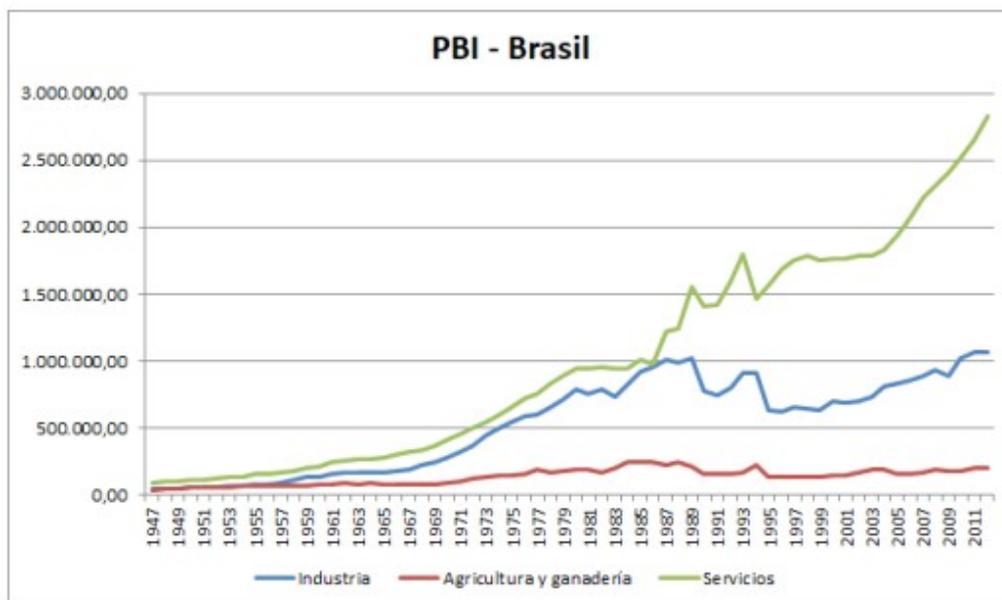
(e, portanto, desde a mundialização) o povo brasileiro foi incorporado a uma nova divisão internacional do trabalho, cujas consequências sobre a vida social sempre estiveram presentes e só se tornaram mais *graves* com o fim do ciclo “próspero” de Lula da Silva?

Acredito que o problema reside sobretudo na falsa associação que sempre foi feita entre estar empregado e, assim, ter uma relativa qualidade de vida. O novo padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva deu diferentes provas de que as condições da massa trabalhadora pouco importam para seu ciclo. Primeiro, pela razão de ser um padrão voltado à realização de suas mercadorias nos mercados externos, desligando-se do atendimento das necessidades da população local e, em um efeito bola de neve, *deprimindo* o salário-médio da classe trabalhadora (OSORIO, 2012, p. 123).

Segundo, e mais importante, a própria concorrência desse padrão nos mercados externos necessariamente implica a deterioração dos salários e na depreciação de tudo que possa elevar o custo de trabalho. Esses mecanismos típicos da *superexploração da força de trabalho* são fundamentais para permitir ganhos de *massa de valor* produzida e gerar posições de maior competitividade das burguesias dependentes (OSORIO, 2012, p. 124).

Assim, apesar da redução em termos absolutos de indicadores de pobreza mediante políticas focalizadas, como no caso brasileiro, podemos perceber que mesmo uma economia de alta complexidade na região é atravessada pelas determinações da barbárie capitalista-dependente – os salários não passam por “melhoras” (OSORIO, 2012, p. 126).

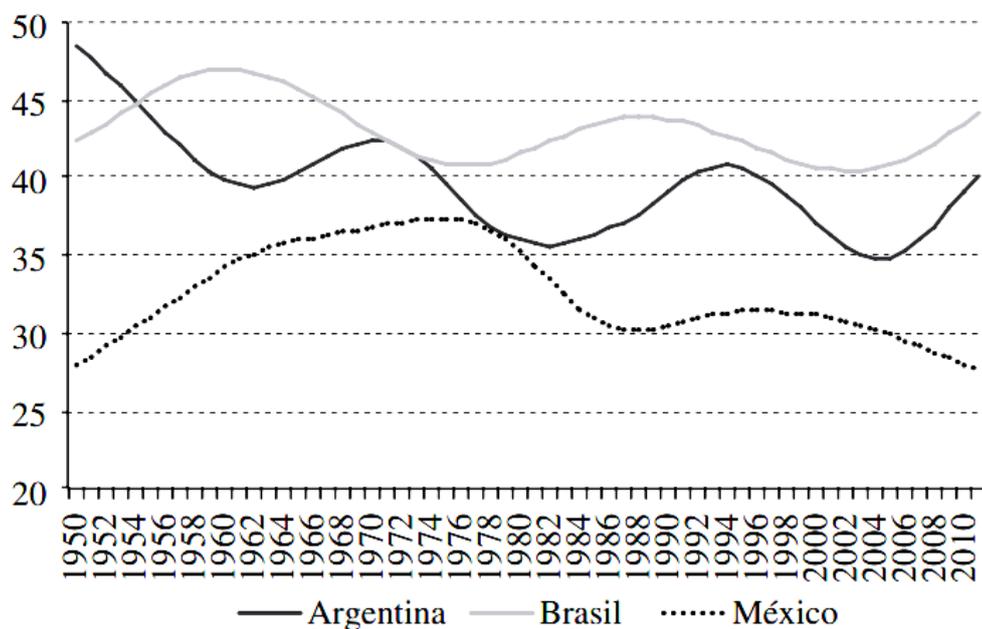
Isso pode ser observado ao compararmos os dados do PIB brasileiro e sua correspondente participação dos salários: o PIB em caminho de valorização não se traduziu em uma correspondente elevação do consumo das massas trabalhadoras. Houve uma valorização já ao final da década (2008-2010), mas ela equivale tão somente ao consumo da chamada “década perdida” pela CEPAL (1980-1990). A riqueza brasileira aumenta, mas a participação do povo no mercado interno é deprimida.

Gráfico 1. PIB Brasileiro deflacionado e dividido por setor de produção

Fonte: Elaborado por Silva (2020, p. 387).

Gráfico 2. Participação salarial em relação ao PIB

(Em % do PIB)



Fonte: Elaborado por Tosoni (2014, p. 47).

Aqui reside a chave de análise, a meu juízo, para entender a relação entre o passado, o presente e o futuro da economia dependente brasileira. Se, como diz Osorio (2012, p. 129, grifo meu)

O problema não é só de níveis de desenvolvimento diferentes, de modo a firmar que, se os países da região se desenvolverem, atingirão aqueles níveis [salários de países centrais]. [...] Uma ofensiva brutal do capital sobre o fundo de consumo dos trabalhadores, convertidos agora em fundos de acumulação, *é o que sustenta* o atual padrão exportador na América Latina.

Estão claras as condições do dito período próspero como também da relevância que o Estado volta a assumir para o Brasil, mergulhado em uma nova crise. Passada a "paz" gerada pelo *boom* nas exportações, em que a burguesia conseguiu realizar lucros volumosos, o período assinalado pela crise internacional é o pontapé para novas disputas de luta de classes, mostrando a realidade e as condições do povo brasileiro como de fato são.

Essas disputas são travadas exatamente pelos setores que se fortaleceram durante o período de bonança da economia brasileira. Isso é dizer, resgatando a discussão em torno da palavra *crise*, que esse período não significa o fim do capital, ou tampouco da "incompetência" da nossa burguesia³⁶ - assinala tão somente o ápice das contradições e disputas que esse padrão desenvolve.

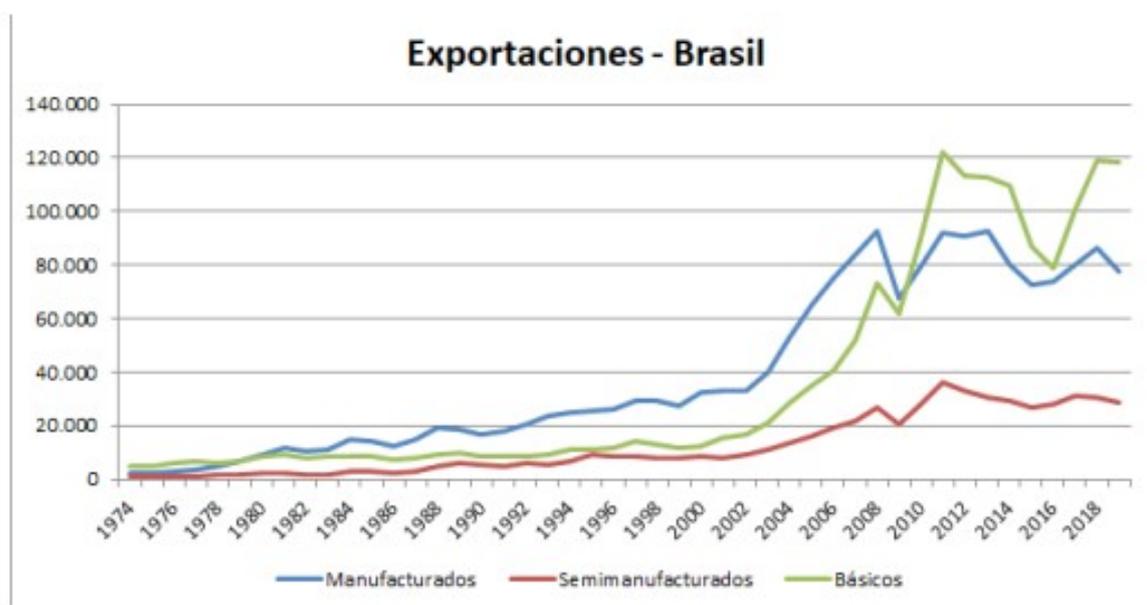
Como se pode imaginar, ocorreu um fortalecimento do setor *agroexportador* e de produtos básicos, ao passo que os eixos dinâmico-industriais brasileiros passaram por uma forte reversão - a participação no PIB desse último 21,4% em 1970 para somente 12,6% em 2017 (MORCEIRO & TESSARIN apud SILVA, 2020, p. 388).

Trata-se então de uma disputa pela hegemonia no atual padrão exportador; essa hegemonia visa manter e ampliar condições que, dentro dele, permitam uma maior valorização do capital aportado.

Podemos acompanhar essa disputa pela mudança no perfil das exportações brasileiras até recentemente e, a partir disso, inferir alguns pontos-chave sobre a década de 2010 em diante. Conforme o gráfico abaixo, essas mudanças no perfil das exportações atestam o caráter de reversão industrial e fortalecimento dos produtos básicos.

³⁶Esse argumento vem quase sempre alimentado pela ideia de uma elite do atraso, culturalmente incapaz. Fica a questão: se apreendemos o movimento do capitalismo dependente e de suas estruturas, me parece um tanto quanto ingênua a percepção de que é possível existir uma "elite do progresso".

Gráfico 3. Exportações brasileiras por fator agregado
(em milhões de dólares)



Fonte: Elaborado por Silva (2020, p. 388).

Somada à essa mudança nas exportações, vemos, com a tabela abaixo, que essa mudança de perfil hegemônico veio atrelada a uma concentração da riqueza entre as frações mais ricas do país³⁷.

Tabela 4. Distribuição da renda dos lares urbanos
(por quintil, destacando o primeiro e último decil)

País	Ano	Decil 1	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Decil 10
		10% mais pobres						10% mais ricos
Brasil	1979	1,3	3,9	7,9	12,2	20	56	39,1
	1990	1,1	3,3	7	11,1	19,4	59,2	41,8
	1996	1,1	3,4	7,2	10,4	18,2	61,9	44,3
	2008	0,8	2,6	6,3	10,4	17,3	63,5	48,7

³⁷ Relembro aqui que a categoria **classe** na acepção marxista não é informada pelo poder de consumo distinto entre as classes dominante e as classes dominadas, apesar que, como espera-se, a separação de um e de outro se expressa num maior poder de consumo, informado, portanto, pelo Decil 10 da Tabela 4.

Além disso, conseguimos entender o caráter do descontentamento social que é capturado sobretudo no movimento das jornadas de junho de 2013, dada a desigualdade entre os 10% mais pobres. Entretanto, a desigualdade na distribuição da riqueza é só um dos muitos elementos que agudizam os setores mais explorados da sociedade, conforme chama atenção Osorio (2012, p. 129, grifo meu):

Em 1992 [no Brasil], o percentual de jovens entre 15 e 24 anos que não trabalhava e tampouco estudava era de 21,1%. Em 2007, após políticas sociais que buscaram mitigar a barbárie dominante, as cifras seguiam sendo altas, reduzidas apenas com relação à anterior, passando para 18,8%. O desemprego urbano no último ano mencionado sobe para 9,2% da população economicamente ativa (PEA); o percentual da população ocupada que tem de trabalhar **mais de 48 horas** semanais sobe, em 2007, para **20,3%**. A população que trabalha **mais de 44 horas** semanais **chega a 35,5%**.

Em 2012, o dado relativo à ocupação dos jovens no Brasil entre 15 e 29 anos (PNAD/IBGE) já estava na casa dos 25%. Na pandemia, esse número já alcança estrondosos 30%. Isso explicaria, portanto, a efusividade e a relevância das juventudes na disputa política do país.

Não pretendo me alongar aqui em uma análise completa sobre o significado de 2013 e todos os movimentos que levam ao golpe contra Dilma Rousseff. Sublinho que, a partir da disputas intra-classes dominantes e no *bloco no poder* do Estado brasileiro, as bases de um projeto conciliatório e de retaguarda política foram completamente minadas. Osorio (2019, p. 49) destaca a fragilidade de projetos desse tipo, dado que tantas concessões entre-classes para um equilíbrio acabam arrefecendo a reprodução do capital.

Em que pese não poder adentrar todo o fenômeno de disputa política dentro do Brasil, destaco a relevância dos aparelhos privados de hegemonia que serviram, à meu juízo, como baluarte das classes mais conservadoras do país em conquistar a massa jovem e difundir, com maior facilidade, ideologias de cunho fascistizante. Outro aspecto fundamental foi a incapacidade da esquerda brasileira em fazer frente a despolitização de pautas que lhe eram caras, e recair em um complexo encastelado que pouco soube dialogar com as massas sobre a situação dramática do país³⁸.

³⁸Ainda que não possa me alongar sobre a temática, gostaria de deixar indicado obras que tocam nesses fenômenos e são frutos de pesquisas muito mais densas do que a aqui realizada. Sobre o primeiro aspecto, é a tese de doutorado de Flávio Henrique Calheiros Casimiro, posteriormente publicada pela Ed. Expressão Popular intitulada *A Nova Direita – aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo* (2018),

Fato é que essa crise gestada no interior do próprio padrão, agravada pelo momento externo, se arrasta e perdura até os dias de hoje. Irei revisitar, inclusive, os indicadores de emprego na última seção, já que fará mais sentido compará-los junto da reforma trabalhista - um instrumento do novo *bloco no poder* dentro de um projeto hegemônico cada vez mais violento. Concordo com Fontes (2010, p. 304) que algo intrínseco a esses períodos de crise, uma *normalidade* no capitalismo, é que

quanto mais dramática foi a crise social, mais parecem ter saído fortalecidos os setores mais concentrados. Sem negar o impacto econômico de tais crises, vale lembrar que elas atuaram como facilitadoras para massivas expropriações, em todos os setores da vida social (terras, águas, direitos laborais e outros, etc.).

Se existe alguma novidade nesse momento da cena latino-americana, acompanho a leitura feita por Jaime Osorio, ao propor uma nova categoria para o Estado emergente no capitalismo dependente: o *Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral*. Esse Estado, além de assinalar o novo momento de **vanguarda** na luta de classes brasileira, tem o seu "alicerce democrático" colocado em xeque para assegurar a reprodução do capital.

O golpe de Estado no Brasil, além dos episódios recentes na Bolívia, Peru e Venezuela³⁹ ratifica a pertinência da categoria. Todos os casos assinalam que o conjunto do capital passa a

redobrar seus esforços no sentido de recuperar a gestão do aparato de Estado, buscando pôr fim àqueles governos [progressistas] e reforçar na região políticas de segurança, concebidas num sentido amplo, não apenas para fazer frente ao crime organizado ou à delinquência, mas, sobretudo, para combater as forças sociais, organizações e lideranças que questionam as políticas do capital (OSORIO, 2019, p. 233).

Mantém-se, nesse Estado, uma aparente vida democrática sustentada pela manutenção das vias burocráticas do país (ou seja, sem romper com as instituições de maneira completamente vertical). Mas a totalidade da vida social passa a ser regida e controlada de maneira mais impositiva, seja na forma de subjetivação e propaganda ideológica do grande

orientada inclusive por Virgínia Fontes. Sobre o segundo aspecto, não poderia deixar de fazer menção à obra de Sabrina Fernandes, responsável por resgatar o marxismo nas redes sociais entre jovens, também fruto de sua pesquisa de doutorado, posteriormente publicado pela Ed. Autonomia Literária (2019), com o título *Sintomas mórbidos - a encruzilhada da esquerda brasileira*.

³⁹Respectivamente, o golpe executado contra Evo Morales, a conturbação política peruana que foi culminar na eleição recente de Pedro Castillo (já dando sinais de esgotamento de seu dito "progressismo"), e as tentativas de usurpação do poder por Juan Guaidó na Venezuela.

capital, seja pelas forças coercitivas e aparelhamento dos poderes judiciário, executivo e legislativo. A disputa travada, por exemplo, em torno da cassação de Lula da Silva é simbólica desse período.

A questão fundamental desse período, portanto, é a questão do **controle** que se busca ter sobre a sociedade, dado que a luta de classes está em um momento de acirramento das contradições pela crise e, portanto, demanda uma contenção forte sobre a classe trabalhadora. Esse controle, de maneira resumida por Jaime Osorio (2019, p. 234), é feito por

mecanismos através dos quais se aumenta a percepção da insegurança pública; pelo incremento do medo diante de supostos inimigos da paz social e dos valores da "comunidade"; pela desqualificação e repressão da resistência social. Todos esses procedimentos buscam desarticular as organizações populares e desmobilizar a sociedade, tirando-lhe a iniciativa e justificando a vigilância e a intervenção policial e militar. Para isso é necessário que parte da imprensa e dos meios de comunicação, particularmente os públicos, sofram ataques que limitem suas atividades, ao mesmo tempo que se reforça o peso da imprensa e da televisão próximas aos interesses sociais que tratam de estabelecer e prevalecer.

Aqui se encerra, enquanto uma totalidade articulada de categorias e reflexões, o trabalho da presente monografia. Trarei, em seguida, o exemplo da reforma trabalhista para mediar com todos os elementos que busquei analisar acerca do **Estado**, da **crise** e do **trabalho** no capitalismo dependente brasileiro.

O Estado é um tema complexo, de alcance muito amplo, considerando que é a unidade elementar do sistema internacional atual. O capítulo buscou mediar tanto a contradição da mundialização com o Estado, como também as contradições do Estado no Brasil, já que não existe fenômeno desconectado da história e da realidade concreta. O universal se expressa no particular, e o estudo do Brasil permitiu se apoderar de elementos específicos da crise atual.

Nesse sentido, basta lembrar que noções como soberania, categoria tão universal e compartilhada por todos os Estados-nação, são assinaladas de formas diferentes no sistema internacional. Tal qual o Estado, dado que seu aparato visível e seus instrumentos correspondem ao bloco no poder e às disputas de classe de um país; podem até existir elementos compartilhados por todos no período recente, mas existem também especificidades.

E assim, acredito que uma das tarefas mais importantes, e que foi a tônica da monografia como um todo, é relativa à condição dependente latinoamericana, expressa sobretudo pela superexploração da força de trabalho. Além dela, reside exatamente a força desigual que impera entre soberanias do sistema internacional, em que a lei do valor é

constantemente tensionada e disputada entre países centrais e da periferia do sistema. Esse é o ponto de partida para análises futuras que compartilhem da inspiração que esse trabalho assinalou.

Portanto, dentro do período da crise atual, podemos assinalar não só a **relevância** do Estado no momento atual, como sua singularidade no Brasil. Com todas as determinações e violência do momento que estamos vivendo, a categoria **Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral** parece ter uma potencialidade em assinalar o caráter classista que vivemos, e portanto de um ponto em que as contradições do capital demandam uma *segurança* cada vez maior para sua valorização. Trago, assim, o exemplo da reforma trabalhista para situar esse meu ponto relativo às expropriações secundárias que garantem, ao capital, novas e maiores condições para avançar sua exploração.

4.4 A REFORMA TRABALHISTA: UMA ATUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

No dia 13 de julho de 2017, quase um ano depois de consumado o golpe contra a presidenta eleita Dilma Rousseff (2014), é publicada a Lei Nº 13.467, que altera uma série de legislações do Estado brasileiro sobre as relações de trabalho no país. O texto original, enviado em dezembro de 2016 já pelo novo presidente do país, tinha como principais propostas iniciais:

ampliação da abrangência do contrato por tempo parcial (de 25 horas para 30 horas semanais), estabelecimento da prevalência do negociado sobre o legislado em 13 pontos das relações de trabalho, instituição e regulamentação da representação não sindical no local de trabalho em empresas com mais de 200 trabalhadores, multa para combater a informalidade e ampliação do prazo dos contratos de trabalho temporário (de três para seis meses) (DIEESE, 2017, p. 1).

Após uma série de discussões no âmbito legislativo, o projeto foi alterado e tomou forma sobre o PLC 38/2017 que, após aprovado, foi publicado sob a lei supracitada e entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017⁴⁰. Para o estudo de suas mudanças, acompanharei a divisão feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para verificar as modalidades que, em unidade, atualizam os termos de

⁴⁰Após os prazos legais instituídos pela CF (120 dias após publicação no Diário Oficial da União).

superexploração da força de trabalho: i) as condições do trabalho em si, ii) a organização sindical e iii) a capacidade de negociações coletivas. Junto delas, interpelarei o artigo de Ricardo Antunes e Luci Praun, *A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária - a dupla face de um mesmo projeto*.

4.4.1 As novas possibilidades e condições do trabalho

Começo pelo aspecto primordial - o enfraquecimento das modalidades do contrato de trabalho oficialmente instituídas. Seu ponto fundamental é oportunizar, aos capitalistas, diferentes formas de explorar a força de trabalho comprometendo a menor quantidade possível de capital variável, seja em forma da oferta de contratos com menores garantias trabalhistas, seja sob a forma de contratos com delimitações temporais mais flexíveis. O “cardápio de contratos”, como faz referência o DIEESE, é sumarizado por Antunes e Praun da seguinte forma:

Quadro 3. Vínculos formais e modalidades de trabalho em vigor e suas características

Vínculos	Características gerais/ legislação correspondente
Por tempo indeterminado	Forma típica de contratação prevista pela CLT.
Por tempo determinado	Alteração do prazo limite, antes, para este tipo de contrato, de até 90 dias, para 270 dias , conforme alteração instituída pela Lei 13.429, de 2017, artigo 10, §1º e §2º.
Terceirizado	Possibilidade de terceirização tanto de atividades meio como fim , cf. Lei 13.429, de 2017.
Por tempo parcial	Ampliação do limite da jornada de tempo parcial de 25h/s para até 30h/s . Instituição da jornada de 26h com possibilidade de realização de até seis horas extras semanais. Possibilidade de Banco de Horas em jornadas parciais. Aqueles/as que cumprem jornada parcial passam a poder converter

	o 1/3 das férias a que têm direito em abono pecuniário , cf. Lei 13.467/2017.
Autônomo	A Lei 13.467/2017 institui a possibilidade de prestação de trabalho autônomo de forma contínua e exclusiva para uma única empresa . Antes da reforma de 2017, a instituição do Microempreendedor Individual (MEI), cf. Lei Compl. 128/2008, viabilizou a contratação na forma de Pessoa Jurídica, fundamentada na noção de empreendedorismo.
Intermitente	Sem restrições de uso. Trabalhador/a deve ser comunicado do trabalho com até três dias de antecedência . Aceito o trabalho, o não comparecimento é gerador de multa de 50% devida ao empregador. Remuneração: relativa apenas às horas trabalhadas. Tendência: remunerações em valor mensal inferior ao salário mínimo . Cf. Lei 13.467/2017. Destaque-se que a MP 808/2017 previa carência de 18 meses para que um/a trabalhador/a contratado/a por tempo indeterminado fosse demitido e recontratado, pela mesma empresa, como intermitente. Tal carência perdeu a validade.

Fonte: Antunes e Praun (2019, p. 63, grifos meus).

Notas: Baseado na Lei 9.601/1998; Lei 11.598/2007; Lei Compl. 128/2008; Lei 13.429/2017; Lei 13.467/2017; MP 808/2017.

A respeito da terceirização irrestrita de atividades meio como atividades fim, esse vínculo inscreve-se sobretudo nos estudos de precarização das condições de trabalho, campo de estudos de referência de Ricardo Antunes. Ao segmentar os diferentes trabalhadores dentro de uma empresa, impede-se uma organização conjunta dos mesmos, fazendo com que o elo mais fraco na totalidade da empresa (o terceirizado) esteja sob uma pressão salarial constante; isto, portanto, permite um avanço da superexploração da força de trabalho.

Além disso, a terceirização exige diferentes empresas e empregadores de responsabilidades jurídicas e gastos passíveis de capital variável, permitindo, portanto, um aumento na composição orgânica do capital e, assim, do lucro.

Já no caso do contrato por tempo parcial, são muitos os elementos que dialogam com a superexploração da força de trabalho. Dentre elas, destaco inicialmente a modalidade do trabalho parcial: a ampliação do limite da jornada é, em um vínculo parcial, um elemento que atualiza a massa total de valor possível de ser produzida. Ao remunerar proporcionalmente ao período trabalhado, permite extrapolar a integralidade do salário mínimo estabelecido em lei⁴¹, sendo um típico instrumento da burguesia dependente em explorar sua classe trabalhadora, conforme nosso capítulo 1.

Junto a esse instrumento atualizado, a possibilidade de converter $\frac{1}{3}$ de férias em abono pecuniário reedita a quantidade de horas que um trabalhador disponibiliza para seus empregadores - dado precisamente que os salários-médios do país estão em franca depressão, esse é um recurso que sustenta a conta-gotas a preservação e recuperação do desgaste da classe trabalhadora, já que a resposta mais natural é aceitar a conversão e continuar trabalhando. Em unidade, além da violência que esse contrato assinala, ele permite

uma “subutilização da força de trabalho”, muitas vezes determinada pelas condições sociais e culturais, e atinge, principalmente, jovens e mulheres e resulta em rendimentos inferiores. A elevação do limite da jornada em tempo parcial para 30 horas torna mais atrativa para as empresas a *substituição de trabalhadores em tempo integral por tempo parcial*. Há ainda o risco de que a fixação do limite do contrato em tempo parcial em 30 horas semanais possa *precarizar os contratos de trabalho de categorias que têm jornadas inferiores a 40 horas semanais* (DIEESE, 2017, p. 3).

As modalidades de trabalho parcial e por tempo determinado, portanto, acrescentam formas de disponibilizar a classe trabalhadora para o capital sob prazos temporais distintos. São, assim, opções que interessam tão somente à burguesia, já que se aproveita da fragilidade imposta pela (in)capacidade de organização coletiva e sindical dos trabalhadores, como veremos mais adiante.

Por fim, o vínculo autônomo, como bem destacam os autores ao elaborar o quadro, é uma continuidade no processo de "PeJotização" da classe trabalhadora. Agora que o trabalhador autônomo pode dedicar-se exclusivamente a uma empresa, sem configurar uma relação de emprego, temos uma manobra para a burguesia escapar em cumprir com as garantias trabalhistas previstas em lei.

⁴¹Esse que, conforme outros estudos do DIEESE, está completamente inadequado às condições básicas para o estabelecimento de uma vida digna. Conforme estudo recorrente, acessado em 23 de fevereiro de 2022, “Em janeiro de 2022, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 5.997,14 ou 4,95 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00” (DIEESE, 2022).

O trabalho intermitente, por sua vez, é a institucionalização do vínculo mais precário possível, e carrega consigo o peso das determinações que se criam na totalidade da vida social brasileira. Como bem destaca o DIEESE (2017, p. 3),

essa modalidade de contrato – também conhecida como “jornada zero hora” - é uma forma de legitimar o “bico” como uma das opções de trabalho formal, porém, com menores custos para o empregador. Estabelece um vínculo de trabalho que permite à empresa pagar somente as horas de efetivo serviço, deixando o trabalhador sempre à disposição, “resolvendo” um problema de fluxo de trabalho dos empregadores e impondo aos trabalhadores condições precarizadas de trabalho e vida.

Atrelados a todos esses vínculos, a reforma facilita a utilização das horas extras, *retirando* a necessidade do empregador comunicar autoridades competentes sobre as razões dessas horas extras incorrerem em jornadas superiores à 10h, além das mudanças na forma de firmar os acordos sobre banco de horas que veremos adiante (DIEESE, 2017, p. 7).

Cabem, por fim, duas considerações da mais alta relevância sobre as condições de trabalho que a reforma reedita para a porção feminina da população. Interpelando a *superexploração da força de trabalho* com a *divisão de gênero do trabalho*, temos determinações novas que se criam com a reforma trabalhista: i) a trabalhadora gestante e lactante pode trabalhar em locais insalubres com grau médio e mínimo - e em caso de impossibilidade dessas condições, a remuneração da mesma passa para a previdência social federal; ii) as pausas para amamentação passam a poder ser negociadas diretamente com o empregador (DIEESE, 2017, p. 10).

Frente ao desemprego massivo, torna-se a regra não só criar diferentes modalidades de contrato de trabalho para maior exploração de cada trabalhador, mas que esse mesmo trabalhador concorra e acumule diferentes contratos (ANTUNES & PRAUN, 2017, p. 65), pressionando o salário-médio interno para baixo e fragilizando sua reprodução social.

Assim, temos uma grande síntese do que destacamos ser as *expropriações secundárias* com a reforma trabalhista. E vislumbramos também o Estado cumprindo a função de garantir a **segurança do grande capital**, conforme proposto por Osorio (2019), ratificado por Antunes & Praun (2017, p. 61-62, grifo meu), já que

essas alterações nas normas legais [...] impactam de forma qualitativa na estruturação e dinâmica das relações de trabalho no Brasil. Incidem fortemente no nível e composição dos empregos. Atingem ainda, de forma direta e indireta, a capacidade de mobilização e organização sindical dos

trabalhadores e trabalhadores, almejando enfraquecê-las ainda mais, fator também contributivo para o aprofundamento da precariedade das ocupações e do acesso a direitos. No cerne das novas formas e das alterações por elas desencadeadas (parte delas em discussão desde os anos 200) encontram-se as noções de **segurança** jurídica e de **flexibilidade**.

4.4.2 Desmantelamento das organizações sindicais

A reforma trabalhista também estabelece a possibilidade de criação de **Comissão de Representantes** em empresas com um número superior a 200 empregados. Sua função, em um interregno de sobreposições com o sindicato, é mediar diretamente com a administração da empresa conflitos de trabalho, reivindicações da classe, supervisionar os diferentes âmbitos do trabalho, assegurando o tratamento justo e imparcial sobre os empregados.

Em meu juízo, o caráter dessa comissão é de esvaziar a substância politizante e classista que denota os sindicatos, atomizando os trabalhadores e seus interesses de classe, interpelando problemas de categoria à meras resoluções intra-empresa.

A busca pelo esvaziamento dos sindicatos parece ser ratificada pela queda da contribuição sindical obrigatória prevista na reforma também. Desmantelando as bases políticas e econômicas dos sindicatos, a ofensiva final da reforma trabalhista é afastar a entidade do momento mais desigual na relação de poder entre expropriante e expropriado: a rescisão contratual. Como explica o DIEESE (2017, p. 13), a reforma

ao revogar os parágrafos 1º, 3º e 7º do Artigo 477 da CLT, exclui a obrigatoriedade do acompanhamento do sindicato ou do Ministério do Trabalho na rescisão de empregados com contratos vigentes há mais de um ano. Isso deixa o trabalhador vulnerável às pressões, facilitando casos de assinatura de termos de quitação com renúncia de direitos. Novamente, o projeto aprovado contraria o espírito da lei, que deve ser o de proteger o elo mais frágil da relação trabalhista.

4.4.3 Negociações sobre o trabalho: a espinha dorsal da reforma trabalhista

Percebe-se, ao longo da escrita desta seção, a vocação da reforma em transferir responsabilidades e acordos para o âmbito micro da classe trabalhadora. Pois, como argumentam Antunes & Praun (2019, p. 62), a espinha dorsal da reforma trabalhista reside na prevalência do **negociado** sobre o **legislado** (mesmo com condições inferiores), em que se

abre o caminho para uma ampla flexibilização das normas trabalhistas por meio de acordos ou convenções coletivas, inclusas as situações nas quais passam a ser válidos os acordos individuais. A instituição desse dispositivo viabiliza, em meio ao ambiente de alto desemprego e de projeção de fechamento de mais postos de trabalho em patamares cada vez mais rebaixados, ainda que, em tese, legais.

Junta-se a isso uma nova vigência máxima de **acordos coletivos** em até 2 anos e a possibilidade de negociação **individual** para trabalhadores com ensino superior, seja dos termos do contrato de trabalho, seja na negociação da rescisão de contrato de trabalho e da compensação do banco de horas (DIEESE, 2017, p. 17-18).

4.4.4 À guisa de levantar provocações sobre o período pós-golpe e manifestações recentes

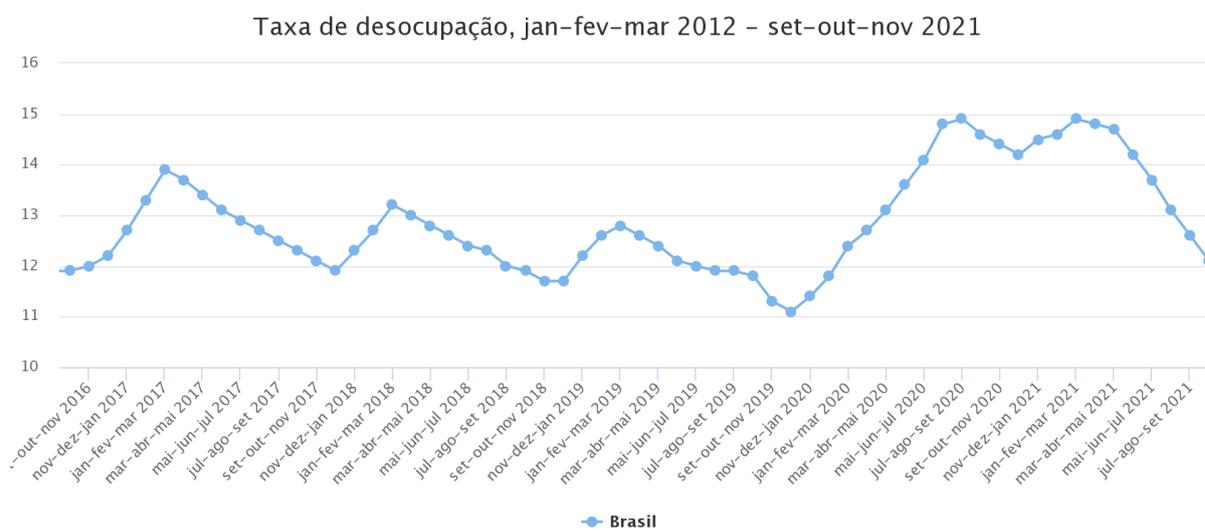
Trago nessa última subseção dois aspectos, já em caráter de provocação e de indicações conjunturais sobre o futuro brasileiro. À reforma trabalhista, seguiu-se ainda uma reforma da previdência, cuja substância também é de aumentar a capacidade de explorar a classe trabalhadora e converter seus fundos em matéria de especulação financeira.

Além disso, foi estabelecido um teto de gastos para o Estado brasileiro em até 20 anos, com possibilidade de revisão somente passados 10 anos de sua implementação. A ascensão de Jair Bolsonaro ao poder veio acompanhada de uma equipe econômica que seria capaz, segundo suas fraseologias ideológicas, de articular os recursos necessários para deslanchar a economia, além de conter a inflação.

Dentre tantos discursos e promessas, me parece pertinente verificar os impactos de todas essas medidas nas taxas de ocupação. O gráfico abaixo, delimitado pelo período após queda de Dilma Rousseff, parece dar as respostas às angústias que tanto gestaram-se ao longo desta monografia. Sustenta, assim, o caráter de classe que permanece sobre o Estado, a capacidade da burguesia atual em articular ideologicamente seu plano de ação e fazer avançar condições pauperizadas sobre o povo brasileiro.

Gráfico 4. Taxa de desocupação no Brasil, médias trimestrais a partir de Agosto/Setembro/Octubro de 2016.

(em %)



Fonte: Elaborado no portal do IBGE, com base na PNAD-Contínua.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo este trabalho seguro de que, dentro dos moldes do capitalismo dependente no Brasil, não existe uma alternativa que contemple a dignidade do povo brasileiro como sonhada por Darcy Ribeiro - aquele Brasil que pode ser, que há de ser. O estudo do período recente também serviu para assegurar ponderações mais críticas acerca do período de governos progressistas por toda a América Latina, dado que seu posto no Estado, na verdade, intensificou a crise que vivemos.

Concluo esse trabalho com maiores inquietações acerca da conjuntura do que quando ingressei na universidade em 2016. Não imaginaria, à época, as possibilidades que vejo se conformando atualmente em 2022, em termos de barganha política e conciliação de classes. Finalizo esse período, portanto, enriquecido pelo contato com leituras e estudos que aprofundam um conhecimento *totalizante* do Brasil.

Essa totalização, no presente trabalho, foi informada pela reflexão de como as contradições se articulam e dão movimento aos fenômenos; longe de se anularem, podem se reforçar e promover sínteses. Nesse sentido, a compreensão da *crise* não como algo anômalo, mas sim característico do capitalismo permitiu uma investigação e exposição com maior clareza acerca do período atual que atravessamos.

Isto está relacionado diretamente com a expansão das relações capitalistas. Se uma crise não se trata de uma derrocada "fatal" do capital, tampouco se trata somente de uma mera reorganização, de um novo equilíbrio que surgirá; ela coloca em evidência as condições sociais cruas, violentas como elas de fato são. É disso que se trata, portanto, a expansão da relação-capital: um avanço sobre as formas de ser e existir do povo brasileiro. Um avanço para a reprodução e valorização do capital; uma valorização da riqueza das classes dominantes aqui e em todo o planeta.

A despeito das intervenções estereotipadas e/ou ideológicas acerca do marxismo, esse se prova, dia após dia, como um dos instrumentos mais potentes na assimilação da realidade. A partir dele, foi possível situar o tema do Estado em seu sentido amplo, suas expressões específicas, e mais importantemente, sem mistificá-lo. O *Estado*, além de ter um papel *ativo* na luta de classes brasileira, mostra-se uma condensação das relações sociais que vivemos.

Se o Estado assinala esse elemento *social* constitutivo, precisamente pelo estudo da realidade como ela é, acredito que esse trabalho seja um testemunho da relevância dessa

teoria, cujo maior legado não são receituários, nem bíblias prontas - é um método de investigação refinado. Tamanha é a relevância desse método que autores tropicais, com estudo e dedicação próprios, conseguiram estudar nosso passado histórico e fazer as mediações singulares e necessárias para entendermos, de fato, a América Latina.

Em meu juízo, e aqui encaminho as considerações finais desta monografia, a Teoria Marxista da Dependência, entre tantas contribuições, originalidades e muita *práxis* de seus autores, é um campo de contribuição inestimável para o estudo das Relações Internacionais. A categoria de superexploração da força de trabalho, causadora da *boa* polêmica, indica alguns "segredos" por trás das condições dramáticas que vivemos.

Junto à essa categoria, foi possível assinalar a relevância do Estado na atualização das condições de *trabalho* no Brasil, mediante a mediação dos estudos dentro do *padrão de reprodução do capital* exportador de especialização produtiva. Mediante diferentes reformas e eventos desde a redemocratização, evidenciou-se o aumento da superexploração da força de trabalho, deixando singelas sinalizações de estudos a serem feitos, dado que essa monografia é tão somente um pontapé no trato do eixo Estado - trabalho - crise no capitalismo dependente brasileiro. Diferentes determinações estão marchando sobre o povo brasileiro, e o debate aqui suscitado indicou caminhos para compreender as particularidades atuais.

Acredito, portanto, que esta monografia cumpriu seus objetivos em analisar o **porquê** do Estado brasileiro ser de suma relevância para o período atual - um período de i) economia mundializada e ii) do retorno à plataformas majoritariamente exportadores em nossa economia interna. As sínteses, a partir disso, surgiram como demonstrações de **como** ele atuou ativamente para transformação da realidade social, sob o crivo da luta de classes. Sua relação com as expropriações secundárias está diretamente conectado com o que evidenciamos ser uma crise, assinalando disputas intensas pelo projeto de bloco no poder a ser executado em nossa sociedade atual.

Por fim, a particularidade da atuação do Estado no capitalismo dependente é que o mesmo está condicionado a *atualizar* os signos da dependência, cuja superexploração da força de trabalho é uma das muitas consequências por estar à periferia da divisão internacional do trabalho. Entre tantas novidades e diferenças que também apresentamos aqui, a arrebatadora tendência assinalada por André Gunder Frank (1967) acerca dos países periféricos, o *desenvolvimento do subdesenvolvimento*, segue sendo fundamental para futuros estudos.

Se a violência é característica de nossos tempos e do fenômeno estudado, urgem não somente maiores análises que esclareçam a realidade como ela de fato é, mas também uma práxis que busque transformá-la.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária - a dupla face de um mesmo projeto. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 57-81, 3 jul. 2019. Revista Juridica Trabalho e Desenvolvimento Humano. <http://dx.doi.org/10.33239/rtdh.v2i1.43>.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. 178. ed. São Paulo, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Valor da cesta básica aumenta em 16 capitais em janeiro de 2022**. São Paulo, 2022.

FERRAZ, João Vitor Koenig. A MORBIDADE DO INDIVÍDUO MODERNO: relações entre as democracias e os fenômenos econômico-políticos mundiais. **Cadernos de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 2019, n. 2, p. 25-45, 26 nov. 2019. Faculdades Catolicas. <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.cadri.45952>. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=45952@1>. Acesso em: 11 fev. 2022.

FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias; MARINI, Ruy Mauro (org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Ufrj, 2010.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Cidade do México: Siglo XXI, 1967.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

LENIN, Vladimir I.. **Imperialismo**: estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARIATEGUI, José Carlos. **7 ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-181.

MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARTINS, Carlos Eduardo (comp.). **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires y Bogota: Clasco, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Siglo del Hombre Editores, 2008. p. 1-292.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias; MARINI, Ruy Mauro (org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-37.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Fl: Insular, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir. **Manifesto Comunista / Teses de Abril**. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSORIO, Jaime. Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización. In: **Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização** (8 a 13 de Outubro de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura, 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp17.pdf>.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias; MARINI, Ruy Mauro (org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-87.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias na região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias; MARINI, Ruy Mauro (org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 103-135.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRASHAD, Vijay. **Estrela vermelha sobre o terceiro mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1969.

SANTOS, Theotônio dos. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2020.

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Insular, 2017.

SILVA, Maicon Cláudio da. **O Estado em seu labirinto**: a particularidade do estado na América Latina. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Cse, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215056>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SILVA, Maicon Cláudio da. Implicaciones de la crisis del capital en Brasil. **La Roca**, Buenos Aires, v. 7, n. 1, p. 379-392, dez. 2020.

TOSONI, Germán Alarco. Participación salarial y crecimiento económico en América Latina: 1950-2011. **Revista Cepal**, [S. L.], v. 113, n. 1, p. 43-60, ago. 2014. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/36958>. Acesso em: 28 fev. 2022.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.